

Novo Mercado
Renda Fixa
Longo Prazo



Suplemento Definitivo ao Prospecto Definitivo Atualizado do Terceiro
Programa de Distribuição Pública de Debêntures de Emissão da

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

6ª Emissão Pública de Debêntures

Código ISIN BRBNDPDBS0A1 (1ª Série);
Código ISIN BRBNDPDBS0B9 (2ª Série); e
Código ISIN BRBNDPDBS0C7 (3ª Série).

Classificação de Risco Moody's: "Aaa.br"

R\$2.000.000.000,00

Coordenadores



O Coordenador Líder da Oferta é o Banco Itaú BBA S.A.

Coordenadores Contratados



A data deste Suplemento Definitivo é de 19 de Abril de 2012





Novo Mercado
Renda Fixa
Longo Prazo



BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Companhia Aberta - CVM nº 1677-2
Conjunto 1, Bloco J, 12º e 13º andares, Setor Bancário Sul, Brasília, DF
CNPJ nº 00.383.281/0001-09

CÓDIGOS ISIN BRBNDPDBS0A1 (1ª SÉRIE), BRBNDPDBS0B9 (2ª SÉRIE) E BRBNDPDBS0C7 (3ª SÉRIE)

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO MOODY'S: "Aaa.br"

REGISTROS N° CVM/SRE/DEB/2012/009 (1ª SÉRIE), CVM/SRE/DEB/2012/010 (2ª SÉRIE) E CVM/SRE/DEB/2012/011 (3ª SÉRIE), EM 17 DE ABRIL DE 2012.

R\$2.000.000.000,00

Distribuição pública de 2.000.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografia) ("Debêntures"), em três séries, sendo 409.000 Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Suplemento), 302.000 Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Suplemento) e 1.289.000 Debêntures da Terceira Série (conforme definido neste Suplemento), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 em 1º de abril de 2012 ("Data de Emissão"), totalizando o montante de R\$2.000.000.000,00 ("Oferta" ou "Emissão"), de emissão da BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR ("Emissora" ou "BNDESPAR").

A Emissão é a segunda realizada no âmbito do terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografia ou subordinada, de emissão da Emissora, no valor de até R\$8.000.000.000,00, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 10 de dezembro de 2010, sob o nº CVM/SRE/PRO/2010/001 ("Programa de Distribuição").

Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Coordenador Líder"), BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A. ("BB-BI") e pelo BANCO BRADESCO BBI S.A. ("Bradesco BBI") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BB-BI, "Coordenadores", por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"), sem limites mínimos ou máximos, tendo sido confirmada a existência e a quantidade das Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Suplemento), das Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Suplemento), e das Debêntures da Terceira Série (conforme definido neste Suplemento) e definidas as respectivas remunerações, conforme previsto neste Suplemento.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 300.000 Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição (conforme definido neste Suplemento), que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, não tendo havido tal emissão. A Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures em até 20%, ou seja, em até 400.000 Debêntures adicionais, com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"), não tendo havido tal emissão.

A Emissão e a Oferta são realizadas com base nas autorizações deliberadas pela Diretoria do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES ("BNDES"), (i) na reunião realizada em 21 de setembro de 2010, conforme Decisão nº Dir. 1717/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") em 7 de outubro de 2010 e publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010; (ii) na reunião realizada em 14 de outubro de 2010, conforme Decisão nº Dir. 1771/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010; e (iii) na reunião realizada em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão nº Dir. 83/2012-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012; (iv) parecer do conselho fiscal nº 03/2010, datado de 20 de setembro de 2010; e (v) parecer do conselho fiscal nº 01/2012, datado de 23 de janeiro de 2012, que aprovaram nos termos da Instrução CVM 400, (a) o arquivamento do Programa de Distribuição; e (b) a realização da Emissão. O resultado do procedimento de *Bookbuilding* foi aprovado pela Diretoria do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES.

As Debêntures foram registradas para (i) distribuição pública, no mercado primário, por meio: (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP") e as Debêntures custodiadas e registradas no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; e (b) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso; e (ii) negociação no mercado secundário por meio: (a) da Plataforma de Negociação Eletrônica - CetipNet ("CetipNet"), administrada e operacionalizada pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND; e (b) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, e, ressalvado o disposto na parte final deste parágrafo, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros. As Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, sendo admitidas negociações cursadas fora do ambiente de negociação eletrônica CetipNet, devendo as negociações ser liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND.

O Agente Fiduciário atua, também, como agente fiduciário das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografia, da quinta emissão da Emissora, no valor total de R\$2.025.000.000,00, composta por 2.025.000 debêntures, em três séries, sendo que a primeira série é composta por 500.000 debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, a segunda série é composta por 1.000.000 de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, e a terceira série é composta por 525.000 debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo havido qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento até o momento.

Este Suplemento não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

Antes de tomar a decisão de investimento nas Debêntures, recomenda-se aos potenciais investidores a leitura deste Suplemento em conjunto com as informações apresentadas no prospecto do Programa de Distribuição ("Prospecto") e no Formulário de Referência da Emissora, que é parte integrante do Prospecto, bem como das seções que tratam dos fatores de risco desses documentos.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", iniciada na página 77 deste Suplemento, a seção "Fatores de Risco" iniciada na página 38 do Prospecto e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" que se iniciam nas páginas 141 e 175, respectivamente, do Formulário de Referência, que é parte integrante do Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Debêntures.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, em garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas."

As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série foram registradas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, sendo que, com o intuito de fomentar o mercado de renda fixa de longo prazo, foi concedida pela ANBIMA, em caráter excepcional e exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, a dispensa parcial do requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, sendo admitida a participação individual máxima de até 25% do valor total da referida série; consequentemente, em caráter excepcional, tal fato não ensejará a hipótese de recompra das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no Código ANBIMA de Renda Fixa.

Selo ANBIMA - Novo Mercado de Renda Fixa

A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa - NMRF da ANBIMA. O registro ou análise prévia desta oferta pública não implica, por parte da ANBIMA, qualquer responsabilidade e/ou garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do ofertante e/ou do título ou valor mobiliário a ser distribuído, tampouco em recomendação de investimento.

Coordenadores



Bradesco BBI

O Coordenador Líder da Oferta é o Banco Itaú BBA S.A.

Coordenadores Contratados



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
Definições	5
Formulário de Referência e Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP	14
Considerações Sobre Estimativas e Declarações Futuras	15
Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores, do Consultor Legal e do Auditor Independente	16
Emissora	16
Coordenadores	16
Coordenadores Contratados	17
Consultor Legal	18
Auditor Independente	18
Agente Fiduciário	18
Banco Mandatário e Instituição Escrituradora	18
Declarações da Emissora e do Coordenador Líder	19
Sumário dos Termos e Condições da Oferta	20
Cronograma Estimado das Etapas da Oferta	29
Informações Sobre os Coordenadores e Relacionamento com a Emissora	31
Coordenador Líder	31
BB-BI	32
Bradesco BBI	35
Coordenadores Contratados	37
BANIF	37
BCG Brasil	38
BTG Pactual	39
Citi	41
HSBC	42
Safr	44
Votorantim	44
Atividade de <i>Investment Banking</i> do Votorantim	45
Operações Vinculadas à Oferta	46
Coordenador Líder	46
BB-BI	46
Bradesco BBI	46
Coordenadores Contratados	46
BANIF	46
BCG Brasil	46
BTG Pactual	47
Citi	47
HSBC	47
Safr	47
Votorantim	47
Sumário da Emissora	48
Emissora	48
Objetivo de Atuação	49
Política de Investimentos	50
Política de Desinvestimentos	51
Política de Fortalecimento do Mercado de Capitais	51
Principais Fatores de Risco relacionados à BNDESPAR	53
Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora	55
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	57
Informações Relativas à Oferta	59
Autorização	59
Capital Social	59
Características da Emissão	59
Assembleia de Debenturistas	67
Classificação de Risco	68
Identificação do Público Investidor Alvo	68
Inadequação de Investimento	69
Modificação da Oferta	69
Suspensão da Oferta	69
Cancelamento ou Revogação da Oferta	70
Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série	70
Contrato de Distribuição	70
Extrato de Custódia	75
Destinação dos Recursos	76
Fatores de Risco	77
Fatores de Risco Relacionados à Oferta	77
Fatores de Risco Relacionados à BNDESPAR	78
Capitalização	83
Capacidade de Pagamento	84
Demonstrativo do Custo da Oferta	85
ANEXO	87
Anexo 1 – Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão	89
Anexo 2 – Decisões da Diretoria do BNDES, Acionista Único da BNDESPAR	173
Anexo 3 – Súmula da Classificação de Risco das Debêntures	183
Anexo 4 – Declaração da Emissora nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	189
Anexo 5 – Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	193

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INTRODUÇÃO

Definições

Formulário de Referência e Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Considerações Sobre Estimativas e Declarações Futuras

Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores, do Consultor Legal e do Auditor Independente

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

Sumário dos Termos e Condições da Oferta

Informações Sobre os Coordenadores e Relacionamento com a Emissora

Operações Vinculadas à Oferta

Sumário da Emissora

Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Definições

Os termos abaixo definidos, quando utilizados neste Suplemento, seja no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta seção. Entretanto, salvo quando definidos diferentemente neste Suplemento, também devem ser observados os termos definidos no Prospecto Definitivo quando da leitura deste Suplemento.

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários O Agente Fiduciário atua, também, como agente fiduciário das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quinta emissão da Emissora, no valor total de R\$2.025.000.000,00, composta por 2.025.000 debêntures, em três séries, sendo que a primeira série é composta por 500.000 debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, a segunda série é composta por 1.000.000 de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, e a terceira série é composta por 525.000 debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo havido qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento até o momento.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
AA	Área Administrativa da Emissora
ARH	Área de Recursos Humanos da Emissora
AC	Área de Créditos da Emissora
AF	Área Financeira da Emissora
AJ	Área Jurídica da Emissora
AP	Área de Planejamento da Emissora
ACE	Área de Capital Empreendedor da Emissora
ACO	Área de Controle da Emissora
AGR	Área de Gestão de Riscos da Emissora
AMC	Área de Mercado de Capitais da Emissora
ATI	Área de Tecnologia da Informação e Processos
Assembleia Geral de Debenturistas	A assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e a assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, em conjunto.
Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série	A assembleia geral dos Debenturistas da Primeira Série.
Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série	A assembleia geral dos Debenturistas da Segunda Série.
Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série	A assembleia geral dos Debenturistas da Terceira Série.

Atualização Monetária da Terceira Série

Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, pela variação do IPCA, desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Terceira Série", na página 63 deste Suplemento.

Avisos ao Mercado

Avisos publicados pela Emissora e pelos Coordenadores informando o início do Período de Reserva e do Procedimento de *Bookbuilding*, bem como o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

BACEN

Banco Central do Brasil.

Banco do Brasil ou BB

Banco do Brasil S.A.

Banco Mandatário

Itaú Unibanco S.A.

BANIF

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

BB-BI

BB – Banco de Investimento S.A.

BCG Brasil

Banco Caixa Geral Brasil, S.A.

BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

BNDESPAR, Emissora ou Companhia

BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

BOVESPAFIX

Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

Bradesco

Banco Bradesco S.A.

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

BTG Pactual

Banco BTG Pactual S.A.

CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

CetipNET

Plataforma de Negociação Eletrônica – CetipNET, administrada e operacionalizada pela CETIP.

Citi

Banco Citibank S.A.

Código ANBIMA de Renda Fixa

Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa, de 1º de outubro de 2011, conforme alterado.

Contrato de Distribuição

Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples da Sexta Emissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, firmado entre a BNDESPAR e os Coordenadores, e seus eventuais aditamentos.

TJ3

Taxa de juros de referência de 3 meses, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>), com data de divulgação indicada na tabela abaixo para cada Período de Capitalização da Segunda Série:

Define-se "Período de Capitalização da Segunda Série" o intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016

Coordenador Líder

Itaú BBA.

Coordenadores

O Coordenador Líder, o BB-BI e o Bradesco BBI.

Coordenadores Contratados

Instituições intermediárias subcontratadas pelos Coordenadores, de comum acordo com a Emissora, para atuarem na distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição e identificadas na seção "Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores, do Consultor Legal e do Auditor Independente", na página 16 deste Suplemento.

Corretoras Consorciadas

Corretoras membros da BM&FBOVESPA, subcontratadas pelos Coordenadores para atuarem na distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

1º de abril de 2012.

Data de Liquidação da Primeira Série

A data de liquidação física e financeira das Debêntures da Primeira Série, que está prevista para ser realizada até as 16 horas do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação.

Data de Liquidação da Segunda Série	A data de liquidação física e financeira das Debêntures da Segunda Série, que está prevista para ser realizada até as 16 horas do segundo Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Primeira Série.
Data de Liquidação da Terceira Série	A data de liquidação física e financeira das Debêntures da Terceira Série, que está prevista para ser realizada até as 16 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Segunda Série.
Data de Subscrição e Integralização	A data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures.
Data de Vencimento da Primeira Série	1º de julho de 2016.
Data de Vencimento da Segunda Série	1º de julho de 2016.
Data de Vencimento da Terceira Série	15 de maio de 2019.
DDA	DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série em conjunto.
Debêntures Adicionais	Até 400.000 Debêntures adicionais, equivalentes a até 20% da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, que poderiam ter sido emitidas pela Emissora, não tendo havido tal emissão.
Debêntures da Primeira Série	409.000 Debêntures, com as características descritas na seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão", na página 59 deste Suplemento.
Debêntures da Segunda Série	302.000 Debêntures, com as características descritas na seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão", na página 59 deste Suplemento.
Debêntures da Terceira Série	1.289.000 Debêntures, com as características descritas na seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão", na página 59 deste Suplemento.
Debêntures em Circulação	São as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, e as Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluindo aquelas Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade: de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.
Debêntures Suplementares	Até 300.000 Debêntures suplementares, equivalentes a até 15% da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, não tendo havido tal emissão.
Debenturistas	Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e Debenturistas da Terceira Série em conjunto.
Debenturistas da Primeira Série	Os titulares das Debêntures da Primeira Série.
Debenturistas da Segunda Série	Os titulares das Debêntures da Segunda Série.
Debenturistas da Terceira Série	Os titulares das Debêntures da Terceira Série.
Dia Útil	Qualquer dia que não um sábado, domingo ou feriado nacional.
DOU	Diário Oficial da União.
Eletrobrás	Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.)

Emissão ou Oferta	6ª Emissão Pública de Debêntures da Emissora, considerando conjuntamente a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional.
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Encargos Moratórios	Multa moratória de 2% e juros de mora de 1% ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.
Escritura de Emissão	"Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR", firmado entre a BNDESPAR e o Agente Fiduciário, e seus eventuais aditamentos.
Evento do IPCA	Extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às Debêntures da Terceira Série.
Evento de TJ3	Extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da TJ3 às Debêntures da Segunda Série.
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FIDC	Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial.
Formulário de Referência	O formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo ao Prospecto.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
Instituição Esrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituição Intermediária	Coordenadores, Coordenadores Contratados e Corretoras Consorciadas.
Instrução CVM 400	Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, da CVM, e alterações posteriores.
Investidores de Varejo	As pessoas físicas, pessoas jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais e que realizem Pedido de Reserva em valor entre R\$1.000,00 e R\$500.000,00.
Investidores Institucionais	Quaisquer dos investidores identificados nos seguintes itens: (i) Investidores Qualificados, exceto pelas pessoas físicas e jurídicas citadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, cujos regulamentos permitam investimentos em títulos e valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis com os das Debêntures; ou (iii) investidores que desejarem aplicar mais de R\$500.000,00 para aquisição das Debêntures objeto da Oferta.

Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM 409, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> I. instituições financeiras; II. companhias seguradoras e sociedades de capitalização; III. entidades abertas e fechadas de previdência complementar; IV. pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I da Instrução CVM 409; V. fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e VI. administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal.
Juros da Terceira Série	Juros prefixados, correspondentes a 5,3999% ao ano, definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os Juros da Terceira Série serão pagos em 15 de maio de 2014, 15 de maio de 2015, 15 de maio de 2016, 15 de maio de 2017, 15 de maio de 2018 e na Data de Vencimento da Terceira Série. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Terceira Série", na página 63 deste Suplemento.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Light	Light Serviços de Eletricidade S.A.
Montante Preferencial	O valor individual de cada Pedido de Reserva até o limite de 15 Debêntures por Investidor de Varejo, observado o disposto em "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano de Distribuição – Oferta de Varejo", na página 70 deste Suplemento.
Novo Mercado de Renda Fixa	Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, regulado pelo Código ANBIMA de Renda Fixa.
Oferta de Varejo	A Oferta destinada aos Investidores de Varejo.
Oferta Institucional	A Oferta destinada aos Investidores Institucionais.
Pedidos de Reserva	Os pedidos de reserva de Debêntures realizados pelos Investidores de Varejo.
Pedidos de Reserva Admitidos	Os Pedidos de Reserva apresentados pelos Investidores de Varejo não cancelados em virtude de desconformidade com os termos e condições da Oferta, especialmente com os termos do inciso II da seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano de Distribuição – Oferta de Varejo", na página 70 deste Suplemento.

Período de Capitalização da Segunda Série

O intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016

Período de Capitalização da Terceira Série

O intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização da Terceira Série, ou na data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, no caso dos demais Períodos de Capitalização da Terceira Série, e termina na data de pagamento dos Juros da Terceira Série correspondente ao respectivo Período de Capitalização da Terceira Série. Cada Período de Capitalização da Terceira Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

Período de Reserva

O período entre 8 de março de 2012 a 3 de abril de 2012 (inclusive), em que os Investidores de Varejo, que não sejam Pessoas Vinculadas, realizaram seus Pedidos de Reserva.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas

O período entre 8 de março de 2012 a 26 de março de 2012 (inclusive), em que os Investidores de Varejo, que sejam Pessoas Vinculadas, realizaram seus Pedidos de Reserva.

Pessoas Vinculadas

Pessoas que sejam (i) controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores, dos Coordenadores Contratados e/ou das Corretoras Consorciadas; (iii) outras pessoas vinculadas à emissão das Debêntures e à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.

Prazo de Colocação

Até cinco Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, podendo a colocação das Debêntures, portanto, ocorrer entre o primeiro e o quinto Dia Útil do Prazo de Colocação.

Preço de Subscrição e Integralização	O preço de subscrição e integralização de cada Debênture, equivalente ao Valor Nominal Unitário.
Primeiro Programa de Distribuição	O primeiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, de emissão da Emissora, no valor de até R\$1.500.000.000,00, aprovado e arquivado na CVM em 19 de dezembro de 2006, sob n.º CVM/SRE/PRO/2006/011, já encerrado.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de <i>bookbuilding</i> , organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e, tendo em vista que foi confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, e das Debêntures da Terceira Série, para definir, de comum acordo com a Emissora (i) a quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, e de Debêntures da Terceira Série, conforme definido na seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão – Quantidade de Debêntures e Séries", na página 60 deste Suplemento; e (ii) a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a Sobretaxa das Debêntures da Segunda Série e os Juros das Debêntures da Terceira Série.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo Atualizado do Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, em conjunto com o Formulário de Referência.
Real ou R\$	A moeda corrente no Brasil.
Remuneração	A Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série e a Remuneração da Terceira Série, em conjunto.
Remuneração da Primeira Série	Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 11,169% ao ano, definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga na Data de Vencimento da Primeira Série. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Primeira Série", na página 61 deste Suplemento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado. A forma de cálculo da Remuneração da Primeira Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.
Remuneração da Segunda Série ou Taxa Flutuante	A Sobretaxa da Segunda Série em conjunto com a TJ3. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Segunda Série", na página 61 deste Suplemento.
Remuneração da Terceira Série	A Atualização Monetária da Terceira Série e os Juros da Terceira Série. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Terceira Série", na página 63 deste Suplemento.
Safra	Banco J. Safra S.A.
SDT	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Segundo Programa de Distribuição	O segundo programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, de emissão da Emissora, no valor de até R\$6.000.000.000,00, aprovado e arquivado na CVM em 29 de julho de 2008, sob n.º CVM/SRE/PRO/2008/007.
SISTEMA BNDES	BNDES, BNDESPAR, FINAME e BNDES Limited.

SND	SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Sobretaxa da Segunda Série	Sobretaxa equivalente a 0,55% ao ano, definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, que será somado à variação acumulada da TJ3, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, incidentes cumulativamente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Segunda Série", na página 61 deste Suplemento.
STN	Secretaria do Tesouro Nacional.
Suplemento Preliminar	O suplemento preliminar ao Prospecto Definitivo.
Suplemento ou Suplemento Definitivo	Este suplemento definitivo ao Prospecto Definitivo.
Taxa Flutuante ou Remuneração da Segunda Série	A Sobretaxa da Segunda Série em conjunto com a TJ3. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Segunda Série", na página 61 deste Suplemento.
Taxa SELIC	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no SELIC.
Terceiro Programa de Distribuição ou Programa de Distribuição	O terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, de emissão da Emissora, no valor de até R\$8.000.000.000,00, aprovado e arquivado na CVM em 10 de dezembro de 2010, sob o n.º CVM/SRE/PRO/2010/001.
Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Unitário atribuído às Debêntures, na Data de Emissão, correspondente a R\$1.000,00.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.

Formulário de Referência e Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora poderão ser encontradas no Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) referentes aos Exercícios Sociais Findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e os respectivos Relatório dos Auditores Independentes anexos ao Prospecto, iniciando-se, respectivamente, nas páginas 119 e 375 do Prospecto, e que também se encontram disponíveis para consulta nas seguintes páginas da Internet: (a) da Emissora: www.bndes.gov.br/debentures – nessa página acessar "Prospecto Definitivo Atualizado do 3º Programa de Distribuição de Debêntures da BNDESPAR"; (b) do Coordenador Líder: www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp – nessa página clicar em "BNDESPAR – Prospecto Definitivo Atualizado do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (c) do BB-BI: www.bb.com.br/ofertapublica – nessa página clicar em "BNDESPAR" e em seguida acessar "Prospecto Definitivo"; (d) do Bradesco BBI: www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas – nessa página clicar em "BNDESPAR", e em seguida nos itens "Prospecto Definitivo"; (e) do BANIF: www.banifib.com.br – nessa página acessar, no cabeçalho da página, a opção "Produtos e Serviços", clicar em "Mercado de Capitais" e buscar por "Prospectos". Clicar em "BNDESPAR - Prospecto Definitivo do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (f) do BCG Brasil: <http://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Paginas/Divulgacao-Informacoes.aspx> – nessa página clicar em "BNDESPAR - Prospecto Definitivo do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (g) do BTG Pactual: [www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento/Mercado de Capitais](http://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento/Mercado_de_Capitais) – nessa página clicar em 2012 e, em seguida em Distribuição Pública de Debêntures da Sexta Emissão da BNDESPAR "Prospecto Definitivo"; (h) do Citi: www.corporate.citibank.com.br – nessa página acessar "Prospectos", em Seguida clicar na aba "Oferta Pública de Ações e Debêntures", e acessar o arquivo "BNDESPAR - Prospecto Definitivo do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (i) do HSBC: <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes> – nessa página clicar em "BNDESPAR - Prospecto Definitivo do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (j) do Safra: www.safrabi.com.br – nessa página clicar "BNDESPAR - Prospecto Definitivo do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (k) do Votorantim: www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas – nessa página clicar em "BNDESPAR - Prospecto Definitivo do 3º Programa de Distribuição Pública de Debêntures"; (l) da CVM: www.cvm.gov.br – nessa página clicar, em "acesso rápido", no item "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" e digitar "BNDESPAR" no campo disponível e, em seguida, acessar "BNDES Participações S.A. – BNDESPAR", e, posteriormente, "Prospecto Definitivo Atualizado do Terceiro Distribuição Pública de Debêntures"; (m) da CETIP: www.cetip.com.br – nessa página selecionar "Prospectos de Debêntures", digitar "BNDESPAR" e o ano "2012" e clicar em BUSCAR, na sequência acessar os links referentes à sexta emissão da "BNDES Participações S.A. – BNDESPAR"; e (n) da BM&FBOVESPA: www.bmfbovespa.com.br – nessa página, clicar no link abaixo de "Empresas Listadas", digitar "BNDESPAR" no campo disponível e clicar em BUSCAR. Em seguida, clicar em BNDESPAR e acessar "Informações Relevantes", e, posteriormente, clicar no link "Prospectos de Distribuição Pública" para ter acesso ao Prospecto Definitivo Atualizado.

O Formulário de Referência também se encontra disponível para consulta nas seguintes páginas da Internet: BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, www.bndes.gov.br/debentures; e Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br, nessa página acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" e digitar "BNDES Participações S.A. – BNDESPAR" no campo disponível e, em seguida, acessar "BNDES Participações S.A. – BNDESPAR", e, posteriormente, "Formulário de Referência".

Considerações Sobre Estimativas e Declarações Futuras

Este Suplemento contém declarações prospectivas, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em premissas da Emissora e em informações disponíveis. Declarações prospectivas incluem afirmações a respeito das intenções ou expectativas atuais da administração da Emissora em relação a uma série de assuntos, entre os quais se destacam:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que a Emissora atua;
- nível de endividamento e demais obrigações financeiras, e capacidade da Emissora de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- capacidade de implementar planos de investimento da Emissora;
- inflação e desvalorização do real, bem como flutuações das taxas de juros;
- leis e regulamentos existentes e futuros;
- sucesso na implementação da estratégia da Emissora; e
- outros fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco" na página 77 deste Suplemento, na seção "Fatores de Risco" do Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" nas páginas 141 e 175 do Formulário de Referência.

O investidor deve estar ciente de que os fatores mencionados acima, além de outros discutidos neste Suplemento, no Prospecto e no Formulário de Referência, poderão afetar resultados futuros e poderão levar a resultados diferentes daqueles expressos nas declarações prospectivas feitas neste Suplemento, no Prospecto e no Formulário de Referência pela Emissora. A Emissora não assume a obrigação de atualizar tais declarações.

As palavras "acredita", "pode", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima", "antecipa", ou similares têm por objetivo identificar estimativas.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. A condição futura da situação financeira e dos resultados operacionais poderão apresentar diferença significativa se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Emissora. O investidor é alertado para não depositar confiança indevida em declarações prospectivas, porventura aqui manifestadas.

Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores, do Consultor Legal e do Auditor Independente

Emissora

Diretor da Área Financeira do BNDES

Av. República do Chile 100, sala 2115

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Maurício Borges Lemos

Telefone: (21) 2172-7050/7059

Fac-símile: (21) 2240-3890

E-mail: mblemos@bndes.gov.br

Diretor de Relações com Investidores

Av. República do Chile 100, sala 1715

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Julio César Maciel Ramundo

Telefone: (21) 2172-8332/7805

Fac-símile: (21) 2220-6410

E-mail: jramundo@bndes.gov.br

Superintendente da Área Financeira do BNDES

Av. República do Chile 100, sala 514

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Selmo Aronovich

Telefone: (21) 2172-7528

Fac-símile: (21) 2172-6228/6219/6218

E-mail: selmo@bndes.gov.br

Chefe do Departamento de Renda Fixa do BNDES

Av. República do Chile 100, sala 511

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Eduardo Lourenço Pires da Rosa

Telefone: (21) 2172-7066

Fac-símile: (21) 2172-6218

E-mail: elourenco@bndes.gov.br

Coordenadores

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brig. Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares

04538-132 São Paulo, SP

At.: Sr. Gustavo Bellon

Telefone: (11) 3708-8715

Fac-símile: (11) 3708-2533

E-mail: gtbellon@itaubba.com.br

BB-Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas 105, 36º andar

20031-080 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Patricia Romano

Telefone: (21) 3808-3625

Fac-símile: (21) 3808-3239

E-mail: patriciaromano@bb.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Av. Paulista 1450, 8º andar
01310-917 São Paulo, SP
At.: Sr. Leandro de Miranda Araujo
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4880
E-mail: leandro.miranda@bradescobbi.com.br

Coordenadores Contratados

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
Rua Minas de Prata, nº 30 – 15º andar
04552-080 São Paulo, SP
At.: Sr. Cleber Machado Campos / Rodrigo Capato de Alencar
Telefone: (11) 3074-8076 / 3074-8033
Fac-símile: (11) 3074-8096
E-mail: ccampos@banifib.com.br / ralencar@banifib.com.br

Banco Caixa Geral Brasil, S.A.
Rua Joaquim Floriano 960, 17º andar
04534-004 São Paulo-SP
At.: Sr. Marcelo Leitão
Telefone: (11) 3514-9420
Fac-símile: (11) 3073-9420
E-mail: marcelo.leitao@bcgbrasil.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Praia de Botafogo 501, 5º andar
22.250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Daniel Vaz
Telefone: (11) 3383-2576
Fac-símile: (11) 3383-2474
Correio Eletrônico: daniel.vaz@btgpactual.com

Banco Citibank S.A.
Avenida Paulista 1.111, 10º Andar, parte
01311-920 São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Freitas
Telefone: (11) 4009-2823
Fac-símile: (11) 2122-2061
E-mail: eduardo.f.freitas@citi.com

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3064. 2º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Antonio Marques de Oliveira Neto
Telefone: (11) 3847 5078
Fac-símile: (11) 3847 5021
E-mail: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

Banco J. Safra S.A.
Avenida Paulista 2150
01310-930 São Paulo, SP
At.: Laura Lenti
Telefone: (11) 3175-8963
Fac-símile: (11) 3175-7537
E-mail: laura.lenti@safra.com.br

Banco Votorantim S.A.
Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, 18º andar
04794-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Roberto Roma
Telefone: (11) 5171-2612
Fac-símile: (11) 5171-2656
E-mail: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

Consultor Legal

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar
01310-923 São Paulo, SP
At.: Sr. Francisco José Pinheiro Guimarães/Sra. Ivie Moura Alves
Telefone: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
E-mail: fjpg@pinheiroguimaraes.com.br / imoura@pinheiroguimaraes.com.br
www.pinheiroguimaraes.com.br

Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Av. Pres. Wilson 231, 22º, 25º e 26º andares
20030-905 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marcelo Cavalcanti Almeida Sra. Claudia Ponsio
Telefone: (21) 3981-0500
Fac-símile: (21) 3981-0600
E-mail: mcavalcanti@deloitte.com / cponsio@deloitte.com
www.deloitte.com.br

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Ferreira (Back Office)
Srta. Nathalia Machado (Jurídico)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br
juridico@pentagonotruster.com.br
<http://www.pentagonotruster.com.br/Site>

Banco Mandatário e Instituição Escriuradora

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira 707, 7º andar
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac símile: (11) 50291920
E-mail: Claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br
Site: www.itau.com.br

Itaú Corretora de Valores S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac símile: (11) 50291920
E-mail: Claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br
Site: www.itau.com.br

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder para os fins do artigo 56 da Instrução CVM 400 estão anexas a este Suplemento, respectivamente, nas páginas 189 e 193, respectivamente.

Sumário dos Termos e Condições da Oferta

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre o Terceiro Programa de Distribuição, a Emissão e as Debêntures que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento.

Recomenda-se a leitura cuidadosa do Prospecto Definitivo, da seção "Informações Sobre a Oferta" na página 57 deste Suplemento e da Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.

Emissora	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.
Coordenador Líder	Itaú BBA.
Demais Coordenadores	BB-BI e Bradesco BBI.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários O Agente Fiduciário atua, também, como agente fiduciário das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quinta emissão da Emissora, no valor total de R\$2.025.000.000,00, composta por 2.025.000 debêntures, em três séries, sendo que a primeira série é composta por 500.000 debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, a segunda série é composta por 1.000.000 de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, e a terceira série é composta por 525.000 debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo havido qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplimento até o momento.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Instituição Escuritadora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco	"Aaa.br"
Registro para Distribuição no Mercado Primário	As Debêntures foram registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio (i) do SDT, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; e (ii) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tais sistemas.
Registro para Negociação Secundária	As Debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) da CetipNet, administrada e operacionalizada pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, e, ressalvado o disposto na parte final deste item, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros. As Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, sendo admitidas negociações cursadas fora do ambiente de negociação eletrônica CetipNet, devendo as negociações ser liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND.
Valor Total da Emissão	R\$2.000.000.000,00, na Data de Emissão.
Colocação	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de garantia firme de liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Os Coordenadores envidarão seus melhores esforços para que as Debêntures de cada série sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, dez investidores, com participação individual máxima de 20% do valor total da respectiva série, em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa.

Não obstante o disposto acima, caso as Debêntures de qualquer das séries não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, dez investidores, ou caso (i) a participação individual de qualquer investidor nas Debêntures da Primeira Série e/ou nas Debêntures da Terceira Série seja superior a 20% do valor total da respectiva série; ou (ii) a participação individual de qualquer investidor nas Debêntures da Segunda Série seja superior a 25% do valor total da respectiva série, a Oferta das Debêntures da respectiva série não será registrada no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA.

As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série foram registradas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, sendo que, com o intuito de fomentar o mercado de renda fixa de longo prazo, foi concedida pela ANBIMA, em caráter excepcional e exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, a dispensa parcial do requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, sendo admitida a participação individual máxima de até 25% do valor total da referida série; consequentemente, em caráter excepcional, tal fato não ensejará a hipótese de recompra das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no Código ANBIMA de Renda Fixa.

Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição", na página 68 deste Suplemento.

Foi concedido aos Investidores de Varejo e aos Investidores Institucionais o direito de desistir, respectivamente, de seus Pedidos de Reserva e intenções de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série", na página 70 deste Suplemento.

Distribuição Parcial

Não há opção de distribuição parcial das Debêntures.

Valor Nominal Unitário

R\$1.000,00, na Data de Emissão.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de *bookbuilding* organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, e das Debêntures da Terceira Série, e, tendo em vista que foi confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, e das Debêntures da Terceira Série, para definir, de comum acordo com a Emissora: (i) a quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, e de Debêntures da Terceira Série, conforme definido na seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão —Quantidade de Debêntures e Séries"; e (ii) a Remuneração da Primeira Série, a Sobretaxa da Segunda Série, e os Juros da Terceira Série.

Quantidade de Debêntures e Séries

A Emissão será realizada em, três séries sendo que:

(i) a primeira série é composta por 409.000 Debêntures (Debêntures da Primeira Série);

(ii) a segunda série é composta por 302.000 Debêntures (Debêntures da Segunda Série); e

(iii) a terceira série é composta por 1.289.000 Debêntures (Debêntures da Terceira Série).

Conversibilidade e Forma

As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, e têm a forma nominativa escritural.

Espécie	As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária). Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
Data de Emissão	1º de abril de 2012.
Data de Vencimento da Primeira Série	1º de julho de 2016.
Data de Vencimento da Segunda Série	1º de julho de 2016.
Data de Vencimento da Terceira Série	15 de maio de 2019.
Remuneração da Primeira Série	Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes 11,169% ao ano, definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento (<u>Remuneração da Primeira Série</u>). A Remuneração da Primeira Série será paga na Data de Vencimento da Primeira Série. Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Primeira Série", na página 61 deste Suplemento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado. A forma de cálculo da Remuneração da Primeira Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.
Remuneração da Segunda Série	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado. Observado o disposto abaixo, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios, em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, correspondentes à taxa de juros de referência – TJ3 – 3 meses, com data de apuração indicada na tabela abaixo, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp) (TJ3), somada de sobretaxa equivalente 0,55% ao ano, definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (<u>Sobretaxa da Segunda Série</u> , e, em conjunto com a TJ3, <u>Remuneração da Segunda Série</u>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, incidentes cumulativamente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga na Data de Vencimento da Segunda Série. A forma de cálculo da Remuneração da Segunda Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.

Define-se "Período de Capitalização da Segunda Série" o intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016

O Agente Fiduciário deverá, na data de início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, disponibilizar, em sua página na Internet, a Remuneração da Segunda Série para o respectivo Período de Capitalização da Segunda Série, sem necessidade de realização de aditamento à Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Segunda Série", na página 61 deste Suplemento.

Remuneração da Terceira Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente. A Atualização Monetária da Terceira Série será paga na Data de Vencimento da Terceira Série com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série. A forma de cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série está descrita na Escritura de Emissão.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a 5,3999% ao ano, definido no Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Terceira

Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, "Remuneração da Terceira Série"). Os Juros da Terceira Série serão pagos em 15 de maio de 2014, 15 de maio de 2015, 15 de maio de 2016, 15 de maio de 2017, 15 de maio de 2018 e na Data de Vencimento da Terceira Série. A forma de cálculo da Remuneração da Terceira Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.

O Agente Fiduciário deverá, em cada data de aniversário da Terceira Série, disponibilizar, em sua página na Internet, o Valor Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, sem necessidade de realização de aditamento à Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série.

Para mais detalhes ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração das Debêntures da Terceira Série", na página 63 deste Suplemento.

**Preço de Subscrição e
Integralização**

A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data (Data de Subscrição e Integralização).

Aumento da Oferta

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 300.000 Debêntures suplementares (Debêntures Suplementares), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, não tendo havido tal emissão.

A Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures em até 20%, ou seja, em até 400.000 Debêntures adicionais, com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (Debêntures Adicionais), não tendo havido tal emissão.

Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

Recompra Obrigatória

Observado o disposto abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º, observado que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, não configurará não atendimento ao requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, caso sejam subscritas e integralizadas Debêntures da Segunda Série por, no mínimo, dez investidores, sendo admitida a participação individual máxima de 25% do valor total da referida série;
- b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou

d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

A Emissora deverá, no prazo de até dez Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos no parágrafo acima, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos do item Publicações abaixo, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escriutadora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- a) o evento ocorrido, nos termos do parágrafo acima;
- b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a seis meses contados da data de publicação do aviso;
- c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a trinta dias contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos do parágrafo acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escriutadora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série foram registradas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, sendo que, com o intuito de fomentar o mercado de renda fixa de longo prazo, foi concedida pela ANBIMA, em caráter excepcional e exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, a dispensa parcial do requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, sendo admitida a participação individual máxima de até 25% do valor total da referida série; consequentemente, em caráter excepcional, tal fato não ensejará a hipótese de recompra das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no Código ANBIMA de Renda Fixa.

Foi concedido aos Investidores de Varejo e aos Investidores Institucionais o direito de desistir, respectivamente, de seus Pedidos de Reserva e intenções de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série", na página 70 deste Suplemento.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, desde que observando o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição e manutenção em tesouraria de mais de 5% das Debêntures da Primeira Série, e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até 30 de abril de 2014.

A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures, devendo a aquisição ser feita prioritariamente por meio da CetipNet e/ou do BOVESPAFIX.

Somente após 30 de abril de 2014, a Diretoria da Emissora poderá aprovar o cancelamento das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

Vencimento Antecipado

A Emissão está sujeita a hipóteses de vencimento antecipado. Para maiores informações ver seção "Informações Relativas à Oferta—Vencimento Antecipado", na página 66 deste Suplemento.

Local de Pagamento	Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e/ou Instituição Escriuturadora, para os titulares das Debêntures que não estejam vinculadas à BM&FBOVESPA ou à CETIP.
Encargos Moratórios	Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
Mora do Debenturista	Sem prejuízo do disposto no item "Encargos Moratórios" nesta página, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.
Publicidade	Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Valor Econômico", no boletim oficial da bolsa de valores e da entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.
Assembleia Geral de Debenturistas	<p>A assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ("<u>Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série</u>"), a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série ("<u>Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série</u>") e a assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série ("<u>Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série</u>" e, em conjunto com a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, "<u>Assembleia Geral de Debenturistas</u>") pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e por Debenturistas da Terceira Série que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.</p> <p>A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou de Debenturistas da Terceira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.</p> <p>Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observados os quóruns abaixo, nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, observado que alterações na Remuneração e/ou as Datas de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos na Escritura de Emissão deverão contar com aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 90% das Debêntures</p>

da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 90% das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

Sem prejuízo do quorum de 90% previsto acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA e/ou da TJ3, o quorum necessário para definição do novo parâmetro da Remuneração da Segunda Série e/ou da Remuneração da Terceira Série deverá ser composto por Debenturistas da Segunda Série e/ou Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 55% das Debêntures da Segunda Série em Circulação e/ou 55% das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso.

Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação reunidos Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

Considera-se: (i) "Debêntures da Primeira Série em Circulação" todas as Debêntures da Primeira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas aquelas Debêntures da Primeira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora; (ii) "Debêntures da Segunda Série em Circulação" todas as Debêntures da Segunda Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas aquelas Debêntures da Segunda Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora; e (iii) "Debêntures da Terceira Série em Circulação" todas as Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas aquelas Debêntures da Terceira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

Público Investidor Alvo

Os Coordenadores efetuarão a colocação pública das Debêntures para:

- Investidores Institucionais: quaisquer dos investidores identificados nos seguintes itens: (i) Investidores Qualificados, exceto pelas pessoas físicas e jurídicas citadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, cujos regulamentos permitam investimentos em títulos e valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis com os das Debêntures; ou (iii) investidores que desejarem aplicar mais de R\$500.000,00 para aquisição das Debêntures objeto da Oferta; e
- Investidores de Varejo: as pessoas físicas, pessoas jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais e que realizem Pedido de Reserva em valor entre R\$1.000,00 e R\$500.000,00.

O montante equivalente a 35% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) era destinado prioritariamente à

colocação pública para Investidores de Varejo, observadas as condições do Pedido de Reserva. Os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam ter aumentado o montante destinado aos Investidores de Varejo, conforme os objetivos da Oferta, não tendo ocorrido tal aumento. As Debêntures da Emissão destinadas aos Investidores de Varejo que não foram alocadas aos Investidores de Varejo foram destinadas aos Investidores Institucionais, junto com as demais Debêntures. Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Plano de Distribuição" na página 70 deste Suplemento.

Período de Reserva

Os Investidores de Varejo que não sejam Pessoas Vinculadas tiveram o período entre 8 de março de 2012 a 3 de abril de 2012 (inclusive), em que realizaram seus Pedidos de Reserva.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas

Os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas tiveram o período entre 8 de março de 2012 a 26 de março de 2012 (inclusive), em que realizaram seus Pedidos de Reserva.

Autorizações

A Emissão é realizada com base nas autorizações deliberadas pela Diretoria do BNDES, em reuniões realizadas (i) em 21 de setembro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1717/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 7 de outubro de 2010, publicada na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 28 de outubro de 2010 e no DOU em 29 de outubro 2010; e (ii) em 14 de outubro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1771/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010; (iii) em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012; (iv) parecer do conselho fiscal n.º 03/2010, datado de 20 de setembro de 2010; e (v) parecer do conselho fiscal n.º 01/2012, datado de 23 de janeiro de 2012. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi aprovado pelo Diretor da Emissora responsável pela Área Financeira do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES, conforme a Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES.

Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série

Nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, entre o dia 10 de abril de 2012 e o dia 17 de abril de 2012 ("Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série"):

- (i) os Investidores de Varejo que realizaram Pedido de Reserva para as Debêntures da Segunda Série tiveram o direito de desistir de seu respectivo Pedido de Reserva (no que tange às Debêntures da Segunda Série) devendo, para tanto, ter informado sua decisão à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, sendo que caso não tenha informado sua decisão de desistir do Pedido de Reserva (no que tange às Debêntures da Segunda Série) dentro do Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série, o respectivo Pedido de Reserva será considerado válido, e o valor do investimento devido na Data de Liquidação da Segunda Série; e
- (ii) os Investidores Institucionais que manifestaram intenção de investimento nas Debêntures da Segunda Série tiveram o direito de desistir de sua respectiva intenção de investimento, devendo, para tanto, ter informado sua decisão à Instituição Intermediária que tenha recebido a respectiva intenção de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série, sendo que caso não tenha informado sua decisão de desistir de sua intenção de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série dentro do Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série, a respectiva intenção de investimento será considerada válida, e o valor do investimento devido na Data de Liquidação da Segunda Série.

Inadequação de Investimento

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que não estejam dispostos a correr o risco de crédito da Emissora, bem como os demais riscos relacionados à Emissora e a setores da economia, riscos relacionados à Oferta e riscos relacionados a fatores macroeconômicos. Para maiores informações sobre os riscos a que está sujeito o investimento nas Debêntures, ver seção "Fatores de Risco" na página 77 deste Suplemento. O mercado secundário de títulos privados existentes no Brasil apresenta historicamente baixa liquidez. Apesar de a Emissora ter firmado contratos de formadores de mercado para as Debêntures, não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação da totalidade das Debêntures que permita aos subscritores sua pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento.

Fatores de Risco

O investimento nas Debêntures envolve riscos. Ver a seção "Fatores de Risco" na página 77 deste Suplemento para maiores informações.

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta" na página 59 deste Suplemento. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 31 de janeiro de 2012, tendo a CVM concedido o registro em 17 de abril de 2012, sob o n.º CVM/SRE/DEB/2012/009, para as Debêntures da Primeira Série, n.º CVM/SRE/DEB/2012/010, para as Debêntures da Segunda Série e n.º CVM/SRE/DEB/2012/011, para as Debêntures da Terceira Série.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da BNDESPAR era de R\$57.428.861.286,78, representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao BNDES. Não houve qualquer alteração na composição acionária da BNDESPAR desde aquela data.

Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta.

Evento	Data Prevista (1)
Publicação do Aviso ao Mercado	1.3.12
Disponibilização do Prospecto Definitivo e do Suplemento Preliminar	1.3.12
Início das Apresentações de <i>Road show</i>	1.3.12
Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Corretoras Consorciadas)	8.3.12
Início do Período de Reserva	
Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	
Publicação do Aviso ao Mercado Referente ao Ajuste nas Demonstrações Financeiras da Emissora	13.3.12
Término do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	26.3.12
Término do Período de Reserva	3.4.12
Encerramento das Apresentações de <i>Road show</i>	4.4.12
Realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> /Aprovação do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	4.4.12
Publicação do Resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> no site da Emissora	5.4.12
Publicação do Aviso ao Mercado com o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	10.4.12
Início do Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série	10.4.12
Término do Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série	17.4.12
Registro da Oferta pela CVM	17.4.12
Publicação do Anúncio de Início	19.4.12
Disponibilização do Suplemento Definitivo	
Liquidação Física e Financeira – 1ª série	20.4.12
Início da Negociação das Debêntures da 1ª Série	23.4.12
Liquidação Física e Financeira – 2ª série	24.4.12
Início da Negociação das Debêntures da 2ª Série	25.4.12
Liquidação Física e Financeira – 3ª série	25.4.12
Início da Negociação das Debêntures da 3ª Série	26.4.12
Publicação do Anúncio de Encerramento	30.4.12

- (1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores.

Nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo, do Suplemento Preliminar e do Suplemento Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo investidor, ou a sua decisão de investimento, poderá Investidor de Varejo desistir do Pedido de Reserva ou Investidor Institucional da intenção de investimento, conforme o caso, nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor de Varejo deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos do respectivo Pedido de Reserva e o Investidor Institucional deverá informar sua decisão de desistência da intenção de investimento à Instituição Intermediária que recebeu a respectiva intenção de investimento.

Na hipótese de a Oferta ser suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400, ou modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a suspensão ou a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) as Instituições Intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser comunicado diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirme, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação; e

Na hipótese de não haver conclusão da Oferta, ou na hipótese de rescisão do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese prevista na legislação de não produção de efeitos ou desconsideração de Pedidos de Reserva, estes serão, todos, cancelados, e os investidores serão comunicados sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer por meio de publicação de aviso ao mercado.

Nas hipóteses de cancelamento, suspensão ou modificação da Oferta, caso o investidor já tenha efetuado o pagamento nos termos do pedido de reserva, no caso dos Investidores de Varejo, ou nos termos da intenção de investimento, no caso dos Investidores Institucionais, o investidor terá direito à restituição integral dos valores pagos, sem adição de juros ou correção monetária, com reembolso e sem dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de cinco dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Foi concedido aos Investidores de Varejo e aos Investidores Institucionais o direito de desistir, respectivamente, de seus Pedidos de Reserva e intenções de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série", na página 70 deste Suplemento.

Informações Sobre os Coordenadores e Relacionamento com a Emissora

Coordenador Líder

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$1.426 bilhões, uma carteira de crédito de R\$100 bilhões, e patrimônio líquido de R\$6 bilhões em 30 de novembro de 2011. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável pelas operações com as grandes empresas, provendo um completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de *Investment Banking* oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 46%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da SulAmérica (R\$500 milhões), do Grupo Pão de Açúcar (R\$450 milhões), da BR Malls (R\$405 milhões), da Fleury (R\$450 milhões), da Contax (R\$400 milhões), Valid (R\$100 milhões) e Coelce (R\$400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da BR Malls (R\$200 milhões), da Autoban (R\$950 milhões) e da Contax (R\$230 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), FIDC Intermedium (R\$150 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$405 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Siemens (R\$26 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$200 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2011 o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 18 ofertas de *bonds*, cujo montante total alcançou US\$14,6 bilhões. Em 2010 o Itaú BBA participou de 24 ofertas, com um montante total de US\$ 13,3 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como *sole bookrunner* ou *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas da Braskem (US\$ 250 milhões), Minerva (US\$ 350 milhões), Virgolino de Oliveira (US\$ 300 milhões), Petrobras (US\$ 7 bilhões), Codere (US\$ 300 milhões), Banco Itaú (US\$ 550 milhões), Arauco (US\$ 500 milhões) e República Federativa do Brasil (US\$ 825 milhões).

Em renda variável o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, de acordo com a Institutional Investors Magazine. Em 2010, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$132,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2010 em segundo lugar em número de ofertas com participação no mercado de 60,9%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance com base no número de operações realizadas em 2010, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 39 transações.

Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder

Em dezembro de 2010 o Coordenador Líder atuou como coordenador líder na emissão de debêntures da BNDESPAR, no montante de R\$2,025 bilhões, na qual recebeu remuneração de R\$1.847.805,60. Após esta transação o Coordenador Líder

passou a atuar como formador de preço de mercado negociando debêntures de emissão da BNDESPAR. O Coordenador Líder atuou como co-manager na emissão de *bonds* externos do BNDES em 2009, na qual recebeu remuneração no valor de R\$32.913,57. Além disso, o Coordenador Líder atua como repassador de linhas do BNDES e da FINAME. O Coordenador Líder tem presença expressiva no mercado de câmbio, sendo que, nos últimos 12 meses, celebrou com o BNDES contratos de câmbio no montante total aproximado de US\$221 milhões, a título de fechamento de câmbio de exportação.

O Coordenador Líder atua também como contraparte do BNDES em operações de derivativos (contratos de swap e CDS), que nesta data somavam valor noticional de R\$538 milhões. Referidos contratos foram celebrados entre abril de 2007 e março de 2012, têm prazos que variam de 2 meses a 5 anos.

Além de sua atuação, como coordenador e formador de mercado na quinta emissão de debêntures da BNDESPAR, o Coordenador Líder não participou de negociações envolvendo valores mobiliários de emissão da BNDESPAR nos últimos 12 meses, exceto pelas aquisições realizadas em razão do exercício da atividade de formador de mercado.

Na data deste Suplemento, além do disposto acima, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, derivativos, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

BB-BI

O Banco do Brasil, empresa controladora do BB-BI, em seus mais de 200 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do País ocupando a primeira colocação do Top Finanças do prêmio Top of Mind 2010. O Banco do Brasil encerrou 2010 com uma base de 54,4 milhões de clientes e 35,9 milhões de contas correntes, entre pessoas físicas e jurídicas, a partir de uma rede de mais de 18 mil pontos de atendimento, com envolvimento de 118,9 mil funcionários.

No exterior, o Banco do Brasil tem 47 pontos distribuídos em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela).

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

O BB-BI mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2010 atuou como coordenador líder do *follow on* do Banco do Brasil, como coordenador do IPO da Julio Simões Logística e da Droga Raia e do *follow on* da JBS S.A e da Petrobras, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliance, Multiplus, Hypermarcas e Mills. No acumulado de 2010 do *ranking* ANBIMA de Distribuição de Renda Variável, ocupou a primeira posição com 60,5% de participação.

Em 2011, o BB-BI atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Atuou também como coordenador a distribuição pública de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações da Minerva.

Atua também na intermediação de valores mobiliários e disponibiliza para seus clientes o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do Banco do Brasil, internet (Home Broker) e celular. O volume financeiro negociado pelo BB-BI em 2009, neste segmento, foi superior a R\$20 bilhões e possui em sua base aproximadamente 250 mil investidores com posição de custódia.

No acumulado de 2010, o BB-BI ficou em terceiro lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$14,6 bilhões originados e 19,3% de participação de mercado. No acumulado de 2011, o BB-BI ficou em segundo lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$16,9 bilhões originados e 19,7% de participação de mercado.

Abaixo, as emissões de notas promissórias e debêntures estruturadas pelo BB-BI nos dois últimos anos:

- em 2010, o BB-BI liderou a segunda emissão de debêntures da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2,7 bilhões, da primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A., no valor de R\$135 milhões, da primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$450 milhões, da primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros., no valor de R\$122 milhões, da segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A., no valor de R\$130 milhões, da primeira emissão de debêntures da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$400 milhões, da terceira emissão de debêntures da CPFL Geração de Energia S.A., no valor de R\$264 milhões, da terceira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz., no valor de R\$260 milhões, e da décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$1,2 bilhão, da terceira emissão de debêntures da Mangels S.A. no valor de R\$70 milhões, da segunda emissão de Debêntures da Júlio Simões Logística S.A., no valor de R\$120 milhões, da primeira emissão de Notas Promissórias da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$200 milhões, da segunda emissão de Debêntures da Triunfo Participações e Investimentos S.A., no valor de R\$133,5 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$600 milhões, da segunda emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$250 milhões, da quarta emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$600 milhões, da quarta emissão de debêntures da Cyrela Brazil Realty S.A., no valor de R\$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$400 milhões, da primeira emissão de debêntures da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$60 milhões, da segunda emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da WTORRE Properties S.A., no valor de R\$90 milhões, da segunda emissão de debêntures da INBEV Participações Societárias S.A., no valor de R\$2 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$450 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG., no valor de R\$350 milhões e da segunda emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A.- EPASA, no valor de R\$400 milhões. Participou da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$548,6 milhões, da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$516 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A, no valor de R\$140 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A, no valor de R\$400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$3 bilhões, da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$1,03 bilhões, e da quarta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$370 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$100 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300 milhões, da quarta emissão de Debêntures da Bandeirantes Energia S.A. no valor de R\$390 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., no valor de R\$1.100 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Fertilizantes Heringer S.A., no valor de R\$178 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Camargo Correa Investimentos em Infra-estrutura S.A., no valor de R\$325 milhões, da segunda emissão de Debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1.500 milhões, da quinta emissão de Notas Promissórias da SABESP, no valor de R\$600 milhões, da segunda emissão de Notas Promissórias da Camargo Correa S.A., no valor de R\$3.000 milhões, da quarta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$230 milhões, da quarta emissão de Debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$850 milhões, da primeira emissão de Debêntures da Locar Guindastes e Transportes Intermodais S.A., no valor de R\$150 milhões e da quinta emissão de Debêntures da BNDESPAR, no valor de R\$2.025 milhões.

- em 2011, o BB-BI liderou a nona emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$610 milhões, a primeira emissão de Debêntures da Alusa Engenharia S.A., no valor de R\$300 milhões, a primeira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$450 milhões, a primeira emissão de Debêntures da Yoki Alimentos S.A., no valor de R\$100 milhões, a primeira emissão de Debêntures da Concessionária SPMAR S.A., no valor de R\$300 milhões, a quinta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$170 milhões, a oitava emissão de Notas Promissórias da Redecard S.A., no valor de R\$2 bilhões, a primeira emissão de Debêntures da João Fortes Engenharia S.A., no valor de R\$100 milhões, a segunda emissão de Notas Promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$300 milhões, a primeira emissão de Debêntures da NCF Participações S.A., no valor de R\$2.300 milhões, a primeira emissão de Debêntures da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., no valor de R\$300 milhões, a segunda emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de até R\$350 milhões, a terceira emissão de Debêntures da Cremer S.A., no valor de R\$200 milhões, a quarta emissão de Debêntures da JSL S.A., no valor de R\$113 milhões, a quinta emissão de Notas Promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$300 milhões, a terceira emissão de Debêntures da Egesa Engenharia S.A., no valor de R\$160 milhões, a quinta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações, no valor de R\$500 milhões, a segunda emissão de Notas Promissórias da ViaRondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$415 milhões, a quinta emissão de Debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$300 milhões, a primeira emissão de Notas Promissórias da Light Energia S.A., no valor de R\$400 milhões, a sexta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$180 milhões, a quarta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500 milhões, a terceira emissão de Debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA, no valor de R\$130 milhões, a décima emissão de Debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$500 milhões, a primeira emissão de Debêntures da Estácio Participações S.A., no valor de R\$200 milhões, a terceira emissão de Notas Promissórias da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$150 milhões, a terceira emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$484 milhões, a segunda emissão de Debêntures da Marisa Lojas S.A., no valor de R\$350 milhões, a quarta emissão de Notas Promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no valor de R\$1.000 milhões, a quarta emissão de Notas Promissórias da CEMIG Distribuição S.A.- CEMIG D, no valor de R\$100 milhões e a oitava emissão de Debêntures da Light S.A., no valor de R\$425 milhões. Participou da décima terceira emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$600 milhões, da segunda emissão de Notas Promissórias da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1500 milhões, da terceira emissão de Debêntures da Marfrig Alimentos S.A., no valor de R\$598,2 milhões, da quinta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$810 milhões, da quarta emissão de Debêntures da Companhia Energética de Pernambuco, no valor de R\$360 milhões e da terceira emissão de Debêntures da Itapebi Geração de Energia S.A. no valor de R\$200 milhões, a primeira emissão de Debêntures da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no valor de R\$65 milhões, da quinta emissão de Debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$500 milhões, da quarta emissão de Debêntures da CPFL Geração, no valor de R\$680 milhões, da quinta emissão de Debêntures da Rio Grande Energia, no valor de R\$70 milhões, da segunda emissão de Debêntures da CPFL Comercialização Brasil, no valor de R\$1.320 milhões, da quinta emissão de Debêntures da CPFL Paulista Força e Luz, no valor de R\$484 milhões e da quinta emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor de R\$160 milhões, da terceira emissão de Debêntures da Bradespar S.A., no valor de R\$800 milhões, da terceira emissão de Notas Promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$250 milhões, da quinta emissão de Debêntures da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$400 milhões, da primeira emissão de Notas Promissórias da Valepar S.A., no valor de R\$1.000 milhões, da terceira emissão de Notas Promissórias da Unidas S.A., no valor de R\$325 milhões, da segunda emissão de Debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$500 milhões, da segunda emissão de Debêntures da TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A., no valor de R\$66 milhões, da primeira emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$250 milhões, da oitava emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.350 milhões, da terceira emissão de Debêntures da Rede D’or São Luiz S.A., no valor de R\$650 milhões.

Relacionamento da Emissora com o BB-BI

O BB-BI atuou como coordenador e formador de mercado (*market maker*) na segunda emissão de debêntures da BNDESPAR, realizada em dezembro de 2006, no valor de R\$600 milhões, na terceira emissão de debêntures da BNDESPAR, realizada em 2007, no valor de R\$1,35 bilhão, na quarta emissão de debêntures da BNDESPAR, realizada em dezembro de 2009, no valor de R\$1,25 bilhão, na qual recebeu remuneração no valor de R\$1.942,13 mil e na quinta emissão de debêntures da BNDESPAR, realizada em 2010, no valor de R\$2,02 bilhões, na qual recebeu remuneração no valor de R\$2.710,13 mil. O Coordenador não possui relação direta com a Emissora. Contudo, seu controlador, o Banco do Brasil, centraliza o caixa do Sistema BNDES e suas aplicações financeiras, sendo esses recursos geridos pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a partir de entendimento com gestores especializados do corpo funcional do cliente. O Banco do Brasil presta, também, serviços para pagamento de fornecedores e salários por meio de troca eletrônica de arquivos. O Banco do Brasil possui ainda posição de destaque entre os maiores repassadores de linhas do BNDES e da FINAME.

Além de sua atuação, como coordenador e formador de mercado, na segunda, na terceira, na quarta e na quinta emissões de debêntures da BNDESPAR, o BB-BI não participou de negociações envolvendo valores mobiliários de emissão da BNDESPAR nos últimos 12 meses, exceto pelas aquisições realizadas em razão do exercício da garantia firme no âmbito da segunda, terceira, quarta e quinta emissões de debêntures da BNDESPAR, conforme abaixo:

Ativo	Quantidade	Data da Aquisição
BNDS13/BNDP31	1268	30/07/2007
BNDS23/BNDP32	470	31/07/2007
BNDS14/BNDP41	843	17/12/2009
BNDS24/BNDP42	2012	18/12/2009
BNDS15/BNDP51	178	13/12/2010
BNDS25/BNDP52	49	14/12/2010
BNDS35/BNDP53	27	15/12/2010

Na data deste Suplemento, além do disposto acima e relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o BB-BI. A Emissora poderá, no futuro, contratar o BB-BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB-BI como instituição intermediária da Oferta.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições, e originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o "*Best Investment Bank 2012 in Brazil*" pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, em 2011, 183 transações nos produtos de *Investment Banking*, o que totaliza um volume de aproximadamente R\$111 bilhões.

O Bradesco BBI teve os seguintes destaques em 2011:

- Em ofertas de renda variável, marcou presença em ofertas públicas iniciais de distribuição de ações (*IPOs*) e ofertas públicas subsequentes de distribuição de ações (*Follow-ons*) que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM no período, participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* de nove ofertas, que somadas, representaram um volume de R\$9,6 bilhões. Entre as diversas transações realizadas no período destacam-se: *IPO* da Qualicorp S.A., no montante de R\$1.085 milhões; *IPO* da Abril Educação S.A., no montante de R\$371 milhões; *Follow-on* da Gerdau S.A., no montante de R\$4.985 milhões, transação vencedora da premiação "*Deal of the year*" na América Latina pela Revista Euromoney; *Follow-on* da BR Malls Participações S.A., no montante de R\$731 milhões; e fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões. Em 2011, o Bradesco BBI classificou-se em 3º lugar por número de operações, segundo a Bloomberg. Em 2010, destaca-se a

atuação como coordenador líder da oferta pública de ações da Petrobras, no montante de R\$120,2 bilhões, transação vencedora do “*Best Equity Deal of the Year*” pela Global Finance.

- Em renda fixa, o Bradesco BBI tem ocupado posição de liderança, encerrando o ano de 2011 como 1º colocado por valor no *Ranking* ANBIMA de Renda Fixa Consolidado. No período coordenou 107 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$19 bilhões. O Bradesco BBI também ocupa posição de liderança em Securitizações, classificando-se em 1º lugar, por valor e número de operações no *Ranking* ANBIMA de Securitização. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no período como *Joint Bookrunner* em 15 emissões de *Bonds* que totalizaram aproximadamente US\$10 bilhões; tendo ficado entre as três principais instituições no último trimestre de 2011. Em Financiamento de Projetos, o Bradesco BBI obteve a terceira colocação no último *ranking* ANBIMA divulgado na categoria Assessor Financeiro de Financiamento, figurando entre os líderes de mercado em *Project Finance*. Em 2011, o Bradesco BBI esteve envolvido em diversos mandatos de assessoria e estruturação financeira para projetos de geração e transmissão de energia, projetos industriais, complexos portuários, projetos de mineração e de logística.
- Em fusões e aquisições, em 2011, o Bradesco BBI ficou classificado em 1º lugar por número de transações fechadas, segundo o *Ranking* ANBIMA. Foram 27 transações anunciadas no período, dentre as quais destacamos: GFV Participações, na aquisição de participação adicional e OPA para fechamento de capital da Marisol S.A.; SP Torres (Providence *Private Equity*), na aquisição de 1.200 torres de telecomunicação da Vivo, por R\$432 milhões; Petropar, na aquisição da totalidade dos negócios de não tecidos voltados ao segmento de produtos descartáveis da Fiberweb Holdings Limited, por R\$286 milhões; Kroton, na aquisição de 100% do capital da Unopar, por R\$1,3 bilhão; Júlio Simões Logística, na aquisição de 100% da Rodoviário Schio, pelo valor de R\$405 milhões; Nadir Figueiredo, na aquisição de parte das operações de vidros da Saint-Gobain no Brasil; Folhapar, no fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões; Comitê Especial Independente da Telemar Norte Leste, na reorganização societária do Grupo OI, transação que totalizou R\$22 bilhões; Grupo Fleury, na aquisição de 100% da unidade de medicina diagnóstica da rede D’Or, pelo valor de R\$1,19 bilhão; Scopus, na aquisição de 49% do capital votante e 32,5% do total da NCR Manaus, pelo valor de R\$79,6 milhões, e Banco Bradesco, na negociação de fornecimento de pelo menos 30 mil *ATMs* até 2016; Grupo Silvio Santos Participações, na venda das Lojas do Baú para Magazine Luiza; fundo de *private equity* DLJ South American Partners, na venda de 100% Brazil Trade Shows para Informa Exhibitions; IGB Eletrônica, no processo de reestruturação do passivo da companhia e no processo de criação da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD, que teve 60% do seu capital alienado à Jabil, Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, Petros e Funcef, e o fundo de *private equity* Advent International na aquisição de 50% da TCP Terminais; dentre outras.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 25,1 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm a disposição 61,4 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,6 mil agências. Dando prosseguimento à sua estratégia de crescimento orgânico, em 2011, o Bradesco inaugurou 1.009 agências, adicionando mais de nove mil novos colaboradores nesse período. Em 2011, o lucro líquido foi de R\$11,2 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$761,5 bilhões e R\$55,6 bilhões, respectivamente.

Relacionamento da Emissora com o Bradesco BBI

O Bradesco BBI atuou como coordenador da terceira emissão de debêntures da BNDESPAR, realizada em 2007, no valor de R\$1,35 bilhão, da quarta emissão de debêntures da BNDESPAR, realizada em dezembro de 2009, no valor de R\$1,25 bilhão, na qual recebeu remuneração no valor de R\$1.007,85 mil, e na quinta emissão de debêntures da BNDESPAR, no valor de R\$2,25 bilhão, na qual recebeu remuneração no valor de R\$2.202,00 mil, das quais também é formador de mercado (*market maker*) e como *senior comanager* na emissão de *bonds* no mercado internacional em 2008, de emissão da National Development Company, permutados em junho de 2008 por *bonds* repactuados de emissão direta do BNDES, na qual recebeu remuneração no valor de US\$37,56 mil.

O BNDES tem limite de crédito aprovado, com operações contratadas com o Bradesco para operar *bonds* e *notes* por meio da tesouraria internacional e operações de derivativos de moedas e índices.

Adicionalmente, o Bradesco foi contratado para realizar atividades de formador de mercado (*market maker*) das debêntures da segunda emissão da Emissora, tendo sido ainda o coordenador líder da segunda emissão de debêntures da Emissora no âmbito de seu primeiro programa de distribuição.

Além de sua atuação, como coordenador e formador de mercado, na terceira, na quarta e na quinta emissões de debêntures da BNDESPAR, o BBI não participou de negociações envolvendo valores mobiliários de emissão da BNDESPAR nos últimos 12 meses, exceto pelas aquisições realizadas em razão do exercício da atividade de formador de mercado.

Na data deste Suplemento, além do disposto acima, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Bradesco BBI. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta.

Coordenadores Contratados

BANIF

O Banif é um banco de investimento internacional que atende clientes institucionais, corporativos, governos e pessoas físicas. O Banif integra o Grupo Banif, um conglomerado financeiro com sede em Portugal, com ações negociadas na Euronext. O Grupo Banif possui diversas empresas atuando no setor financeiro, de seguros e imobiliário, e é apoiado por uma vasta rede de distribuição, tendo presença em diversos países como Portugal, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Venezuela, África do Sul, Reino Unido, Ilhas Cayman, Argentina, Bahamas, Cabo Verde, Eslováquia, Polônia, Malta, Hungria e Espanha.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando instalou, autorizado pelo Bacen, seu escritório de representação. Em 1999, sua presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus, constituído em 1986. A atividade de banco de investimento do Grupo é desenvolvida sob a marca global Banif Investment Bank, atuando no Brasil através do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., da Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. que atua sob a marca Banif Securities, da Banif Gestão de Ativos (Brasil) S.A. que atua sob a marca Banif Investment Managers e da Beta Securitizadora S.A. Suas principais áreas de atuação são: Mercado de Capitais e Securitização, Corporate Finance e M&A, Real Estate, Crédito, Renda Fixa/ Distribuição de Ativos, Assessoria Financeira, Asset Management, Renda Variável, Research, Corporate Banking e Direção Financeira.

Em 2007, o Banif participou da distribuição da 3ª emissão pública de debêntures de BNDESPAR, no valor total de R\$1.350.000.000,00 e da oferta pública de ações do Banco do Brasil, no valor de R\$3.000.000.000,00, além de ter coordenado a oferta pública para aquisição de ações representativas de controle da João Fortes Engenharia S.A., totalizando R\$56.275.966,80. O Banif também atuou como administrador e distribuidor do Fundo de Investimento em Participações – FIP Amazônia Energia, acionista da Madeira Energia S.A. - MESA, sociedade de propósito específico, constituída para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira.

Já em 2008, o Banif participou como coordenador das seguintes emissões de debêntures: (i) Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples da Unidas S.A., no valor total de R\$250.000.000,00, (ii) Distribuição Pública de Debêntures Simples da 1ª Emissão da Trisul S.A., no valor total de R\$200.000.000,00 e (iii) Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures da Klabin Segall S.A., no valor total de R\$230.000.000,00. Além disso, promoveu a 3ª e a 4ª emissões de quotas do Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Real Estate, no valor de, respectivamente, R\$10.000.000,00 e R\$9.505.269,50 e estruturou o Fundo de Investimento em Participações Banif Real Estate III, no valor de R\$100.000.000,00.

Em 2009, o Banif desenvolveu transações em montante de cerca de R\$600.000.000,00, a sua maior parte distribuídos junto a investidores clientes do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. No período, foi concluída a venda secundária, juntamente com o Banco Santander, de 214.570.000 quotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, tornando-se este detentor de 49,9% das quotas do FIP Amazônia Energia.

Foram também realizadas com sucesso a distribuição de CRI da RB Capital Securitizadora S.A., lastreados em créditos cedidos pela BR., no montante de R\$110.100.000,00 e a distribuição de CRI da Beta Securitizadora S.A., lastreados em créditos cedidos pela Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A., no montante de R\$44.400.000,00.

Ainda em 2009, o Banif foi coordenador de operação de financiamento à Unidas S.A., no montante de R\$78.000.000,00, mediante a emissão de Cédulas de Crédito Bancário e foi estruturador do FCM - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços, no montante de R\$150.000.000,00 destinado a aquisição de direitos creditórios decorrentes de venda de mercadorias e prestação de serviços por fornecedores da BR.

Em 2010, o Banif manteve sua atuação no mercado de capitais, consolidando sua participação em operações estruturadas, oferecendo, além da estruturação, coordenação e distribuição das ofertas em operações que chegaram a um valor superior a R\$250.000.000,00. Dentre estas operações se destacam a estruturação, colocação e distribuição de CRI com valor de captação de R\$29.500.000,00 lastreados em recebíveis de contrato de locação atípico (*built-to-suit*) da AMBEV; estruturação, como coordenador, da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Unidas S.A. no montante de R\$108.000.000,00; estruturação, coordenação e distribuição de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Credipar Mais, no valor demais de R\$60.000.000,00, sendo a cedente a Negresco S.A., financeira especializada em financiamento via crédito direto ao consumidor. Ademais, o Banif atuou como Coordenador Contratado para a distribuição da 3ª Série da 5ª Emissão de debêntures do BNDESPAR no montante de R\$2.025.000.000,00.

Já no ano de 2011, o Banif, por meio de sua área de mercado de capitais, teve foco na estruturação e distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários, destacando-se a 73ª série da 1ª Emissão da Rb Capital no montante de R\$350.000.000,00. Esta emissão é lastreada em créditos imobiliários de responsabilidade da BRDistribuidora S.A. e faz parte do programa de desmobilização da companhia.

Adicionalmente, o Banif também liderou a estruturação e a distribuição de duas Séries da 2ª Emissão da Beta Securitizadora S.A. totalizando cerca de R\$60.000.000,00. As duas séries são lastreadas em créditos imobiliários resultantes de contratos de locação atípica (*Built to Suit*) em que o devedor é a Atento Brasil S.A.

Relacionamento da Emissora com o Banif

O Banif atuou como Coordenador Contratado da 2ª Emissão de Debêntures da BNDESPAR, realizada em 2006, no valor de R\$500 milhões, na 3ª Emissão de Debêntures da BNDESPAR, realizada em 2007, no valor de R\$1,35 bilhão, na 4ª Emissão de Debêntures da BNDESPAR, realizada em 2009, no valor de R\$1,25 bilhão e na 5ª Emissão de Debêntures da BNDESPAR, realizada em 2010, no valor de R\$2,025 bilhões, fazendo jus, nesta última Emissão a remuneração de R\$11.183,00.

Na data deste Suplemento, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Banif.

A Emissora poderá, no futuro, contratar o Banif ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banif como instituição intermediária da Oferta.

BCG Brasil

O Banco Caixa Geral Brasil, S.A. (BCG Brasil) é subsidiária da Caixa Geral de Depósitos (CGD), grupo financeiro português, que opera em 23 países, na Europa, Ásia, África e América, com particular presença nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

A Caixa Geral de Depósitos, matriz e controladora da totalidade do capital do BCG Brasil, ocupa uma posição destacada no contexto financeiro internacional, contando, em setembro de 2011, com ativos no valor de €116,2 bilhões e patrimônio líquido no valor de €4,8 bilhões, tendo um único acionista, titular da totalidade de seu capital, o Estado Português, não sendo uma empresa listada em Bolsa de Valores.

O BCG Brasil é um banco múltiplo que opera com carteiras comercial, de câmbio e de investimento, tendo iniciado suas atividades operacionais em 1º de abril de 2009. Tendo como estratégia ser um banco de atacado e de investimento, o BCG Brasil procura, servindo-se da rede do Grupo Caixa Geral de Depósitos, apoiar as ligações comerciais e de investimento que os seus clientes brasileiros realizam na Europa ou em África e os movimentos dos clientes do grupo no Brasil.

A importância estratégica da presença no Brasil e a dimensão dos movimentos empresariais de e para o Brasil, está expressa no reforço do investimento que o grupo decidiu realizar no país. O BCG Brasil possui uma oferta integrada de serviços financeiros, abrangendo financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras e operações de banco de investimento. Como banco de investimento, o BCG Brasil tem focado na assessoria a financiamento de projetos, a fusões e aquisições, a financiamentos estruturados e a operações de mercado de capitais. O Grupo Caixa Geral de Depósitos concretizou a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., um negócio que inclui um importante *home broker* (corretora *online*) no Brasil. Essa aquisição reforçará a capacidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos nas atividades de banco de investimento, permitindo atuação ampla e consistente no mercado de capitais brasileiro. A corretora será uma importante ferramenta para as suas atividades no Brasil junto a pessoas físicas, empresas e investidores institucionais.

Relacionamento da Emissora com o BCG Brasil

Na data deste Suplemento, a Emissora não tinha qualquer relacionamento com o BCG Brasil.

O BCG Brasil atua como repassador de recursos de BNDES, controlador da Emissora.

A Emissora poderá, no futuro, contratar o BCG Brasil ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BCG Brasil como instituição intermediária da Oferta.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos.

O BTG Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém de seu acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do BTG Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, através de operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste em que atuou como um dos coordenadores em 2006, no valor de aproximadamente R\$2,2 bilhões; emissão de debêntures do BNDESPAR em que atuou como Coordenador Líder em 2007, no valor de R\$6,1 bilhões; emissão de Notas Promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste, em que atuou como Coordenador Líder em 2008, no valor de R\$650 milhões e emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, em que atuou como Coordenador Líder em 2009, no valor de aproximadamente R\$597 milhões.

Além disso, o BTG Pactual coordenou as emissões da Vale, no valor de R\$5,5 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R\$300 milhões e atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R\$227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R\$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão. Em 2010, o BTG Pactual estruturou as seguintes emissões que merecem destaque: 4 concessionárias estaduais do Grupo OHL Brasil, no valor de R\$1,4 bilhão; Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$2 bilhões; Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., no valor de R\$400 milhões; Transmissora Aliança de Energia S.A., no valor de R\$600 milhões e da Amil Participações S.A. no valor de R\$900 milhões. Já em 2011, estruturou a primeira emissão de debêntures da Mills, no valor de R\$270 milhões, bem como as coordenou as emissões da Localiza, Iguatemi, Brookfield e das subsidiárias da Neoenergia (CELPE e Itapebi) e CCR (ViaOeste), que merecem destaque.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2011 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional *Dealogic*. Além disso, ficou em 1º lugar em 2010 em número de ofertas e 2º em volume de ofertas, ambos de acordo com a ANBIMA. Em 2009, como assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia, e depois como coordenador líder do *Follow-on* subsequente à fusão, recebeu o prêmio de *Follow-on* do Ano na América Latina pela *LatinFinance*. O BTG Pactual também recebeu o prêmio de IPO do Ano em 2009 na América Latina por sua atuação na oferta de Visanet.

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 e 2011 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*”. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “*World’s Best Equity House*” (*Euromoney*, em 2003, 2004 e 2007), além de “*Equity House of the Year*” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (*Euromoney* de 2002 a 2005 e 2007 a 2008). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” de 2003 a 2007 (*Institutional Investor*). No entanto, sua *expertise* é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no *ranking* da *Institutional Investor* de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista *Institutional Investor*.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e os IPOs de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e *lead settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros, mostrando assim sua forte capacidade de distribuição internacional.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação tanto em 2010 como em 2011, ficando em primeiro lugar no *ranking* de fusões e aquisições nos dois anos, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como, por exemplo, fusão da TAM com a LAN, *joint-venture* entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual tem assessorado seus clientes em importantes transações, tais como *Joint Venture* da CIBE com a divisão de concessão do grupo Atlantia e parceria da MPX com a E.ON.

Relacionamento da Emissora com o BTG Pactual

Atualmente, o BTG Pactual é credor da Emissora nas operações financeiras descritas na tabela abaixo:

Tipo de operação	Data de Início dos Contratos	Datas de Vencimento	Quantidade	Saldo Total em Aberto em 18.4.12 (em R\$ mil)	Taxa Contratual
Debênture BNDP-D32	01/07/2007	15/08/2013	637	82.682	IPCA + 6.8%
Debênture BND523	01/07/2007	15/08/2013	35.873	48.447	IPCA + 6.8%

Além disso, o BTG Pactual é credor do BNDES, controlador da Emissora, na operação financeira descrita na tabela abaixo:

Tipo de operação	Data de Início dos Contratos	Datas de Vencimento	Quantidade	Saldo Total em Aberto em 18.4.12 (em USD mil)	Taxa Contratual
Eurobond BNDES6.369 06/18	04/06/2008	16/06/2018	798.000	942.176	6.369%
Eurobond BNDES6.5 06/19	10/06/2009	10/06/2019	540.000	647.850	6.5%
Eurobond BNDES5.5 07/20	12/01/2010	12/07/2020	4.205.000	4.759.943	5.5%

O BTG Pactual também atua como repassador de recursos do BNDES, controlador da Emissora.

Na data deste Suplemento, além do disposto acima e relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual. A Emissora poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Citi

O Citibank é uma empresa do grupo Citi, com aproximadamente 200 milhões de contas de clientes e negócios em mais de 160 países. Conta com cerca de 300 mil funcionários e possui ativos totais de US\$2,17 trilhões, distribuídos entre pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

O Citibank possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, *project finance* e empréstimos sindicalizados. Com *know-how* internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande portes, além de instituições financeiras. Com 200 anos de história no mundo, destes mais de 95 anos no Brasil, o Citi atua como uma empresa parceira nas conquistas de nossos clientes.

Desde o início das operações na América Latina, oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe de atendimento em todas as regiões. O Citi destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história.

Em 2009, o Citibank atuou como coordenador líder da oferta pública de debêntures da Light S.A., no valor de R\$300 milhões, da emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$500 milhões, e das debêntures da Emissora, no valor de R\$1 bilhão.

No ano de 2010, o Citibank se destacou como coordenador líder nas emissões de debêntures, no valor de R\$200 milhões (com esforços restritos de colocação), e de notas promissórias, no valor de R\$200 milhões, além de atuar como coordenadora na emissão de debêntures, no valor de R\$651 milhões, da Hypermarcas. Também atuou como coordenador líder das emissões de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$550 milhões, da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – EMBRATEL, no valor de R\$2,43 bilhões, tendo, ainda, participado na estruturação e distribuição da segunda emissão de quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FDC GMAC, no valor de R\$164 milhões, e como coordenador na primeira emissão pública de debêntures simples da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, no valor de R\$600 milhões.

Dentre os principais destaques de 2011, o Citi participou como coordenador líder nas ofertas de emissão pública de debêntures da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE e da Itapebi Geração de Energia S.A., nos valores de R\$360 milhões e R\$200 milhões, respectivamente, e como coordenador nas ofertas públicas de debêntures da Light Serviços de Energia S.A. (R\$650 milhões) e Light Energia S.A. (R\$170 milhões).

Relacionamento da Emissora com o Citi

O Citi atua como repassador de recursos de BNDES, controlador da Emissora.

O Citi foi contratado pela Emissora para atuar como coordenador do Ishares Índice Carbono Eficiente (ICO2) BRASIL - Fundo de Índice, a ser gerido pela BlackRock Brasil e administrado pelo Citibank DTVM. Referida oferta foi submetida a análise da CVM em fevereiro de 2012.

O Citi celebrou com o BNDES, controlador da Emissora, contrato de derivativos de taxas de juros em USD (IRS Libor), cujo valor de referência é de R\$94,7 milhões, com vencimento em 8 de setembro de 2020.

HSBC

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é indiretamente controlada pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, parte do grupo SBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 86 países e territórios. Constituído no Brasil em 1997.

No Brasil, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo possui uma infra estrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o internet banking e o Phone Centre do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo - Serviços Bancários.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas.

No mercado de dívidas local, em 2008, a HSBC Corretora de Valores Mobiliários S.A. participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, no valor total de R\$3,325 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$530,0 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R\$105,0 milhões em debêntures simples do BIC Banco Arrendamento Mercantil S.A. e R\$220 milhões em debêntures simples pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Participou da terceira emissão de notas promissórias da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., no valor de R\$400 milhões, da quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A., no valor de R\$550 milhões, da emissão de quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Athos Farma - Distribuição Farmacêutica, no valor de R\$190 milhões, da primeira emissão de debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$250 milhões, da primeira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Trisul S.A., no valor de R\$200 milhões, da terceira emissão de debêntures do BIC Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$200 milhões, da segunda emissão de debêntures da Klabin Segall S.A., no valor de R\$230 milhões e da terceira emissão de debêntures da Energisa S.A., no valor de R\$150 milhões.

Em 2009, a HSBC Corretora de Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$14,991 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R\$495 milhões de notas promissórias simultaneamente por seis empresas controladas pela CPFL Energia S.A., de R\$1 bilhão de debêntures simultaneamente por sete empresas controladas pela CPFL Energia S.A., e de R\$208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A. Participou da segunda emissão de debêntures primeira emissão de notas promissórias da Battistella Administração e Participações S.A., no valor total de R\$162,2 milhões, da primeira emissão de debêntures da Natura Cosméticos S.A., no valor de R\$350 milhões, da segunda emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$1,0 bilhão, da quarta emissão de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A., no valor de R\$75 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$900 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$550 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2,7 bilhões, da primeira emissão de notas promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$120 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$200 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$600 milhões e da segunda emissão de debêntures da Rio Grande Energia S.A., no valor de R\$160 milhões.

Em 2010, a HSBC Corretora de Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$17,686 bilhões, atuando como coordenador líder na primeira e na segunda emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., ambas com o montante individual de R\$3 bilhões, na sétima emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, no valor de R\$80 milhões, na terceira emissão de debêntures da Julio Simões Logística S.A., no valor de R\$250 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$300 milhões, na primeira emissão de notas promissórias e na terceira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$50 milhões e R\$75 milhões, respectivamente, na segunda emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$100 milhões, na primeira emissão de debêntures da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., no valor de R\$75 milhões, e na quinta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$600 milhões.

Em 2011, a HSBC Corretora de Valores Mobiliários S.A. participou de 49 operações de emissão de notas promissórias, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$17,480 bilhões, atuando como coordenador líder na quinta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$810 milhões, na décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$600 milhões, na quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$200 milhões, na primeira emissão de debêntures da Inpar S.A., no valor de R\$300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$360 milhões, na primeira emissão de debêntures da ECTE- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$75 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$190 milhões, na quarta emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$400 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$55 milhões, na segunda emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. no valor de R\$1,8 bilhão, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., no valor de R\$70 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Madeiro S.A., no valor de R\$180 milhões, na primeira emissão de debêntures da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, no valor de R\$75 milhões, na terceira emissão de debêntures da Battistella Administração e Participações S.A., no valor de R\$120 milhões, na quarta emissão de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no valor de R\$300 milhões, na segunda emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$50 milhões, na segunda emissão de debêntures da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$200 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, no valor de R\$70 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, no valor de R\$300 milhões, na 2ª emissão de debêntures do Hospital e Maternidade São Luiz S.A., no valor de R\$100 milhões, na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$130 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$1,17 bilhão.

Em 2012, até a presente data, a HSBC Corretora de Valores Mobiliários S.A. participou de 4 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$1,858 bilhão, atuando como coordenador líder na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$300 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$1,0 bilhão.

Relacionamento da Emissora com o HSBC

Atualmente, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo é credor da Emissora nas operações financeiras descritas na tabela abaixo:

Tipo de operação	Data de Início dos Contratos	Datas de Vencimento	Valor Total Tomado (em R\$mil)	Saldo Total em Aberto em 31.12.2011 (em R\$mil)	Taxa Contratual
XCCY Swap MCF EUR USD	25/2/2011	15/9/2017	338.507	338.507	4,65% (EUR fixed) vs. 4,989% (USD Fixed)
IRS Swap USD Fixed / Floating	1/7/2008	1/8/2021	253.500	205.335	5,65% (usd fixed) vs. Libor + 1,248%

Além disso, o HSBC também atua como repassador de recursos de BNDES, controlador da Emissora.

Na data deste Suplemento, além do disposto acima e relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o HSBC. A Emissora poderá, no futuro, contratar o HSBC ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do HSBC como instituição intermediária da Oferta.

Safra

Com o objetivo de ampliar a gama de serviços oferecidos aos clientes no país, em 2004 foi criado o banco de investimento do Grupo Safra, o Banco J. Safra S.A.

O Banco J. Safra S.A. atua nas seguintes áreas de negócio:

- *Investment Banking*: Atua na originação, execução e distribuição de ofertas de ações no mercado doméstico e internacional, bem como operações de fusões e aquisições, dentre outras. Nos últimos quatro anos, atuou em trinta ofertas de ações. Em fusões e aquisições, o Safra é especializado em empresas de *middle market*, tendo conduzido operações de destaque como a venda da totalidade das ações do Grupo Niasi e do Laboratório Neo Química, ambas para a Hypermarcas S.A, além da venda integral do Drogão para a Drogaria São Paulo;
- *Private Banking*: oferece completa assessoria financeira na preservação e maximização do patrimônio pessoal e familiar de seus clientes, combinando soluções personalizadas com adequado gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e total confidencialidade. O *Private Banking* está presente nas principais cidades do país, incluindo São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Caxias do Sul, Brasília, Recife e Goiânia.
- *Asset Management*: Atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, atualmente é o oitavo maior gestor de recursos do Brasil, segundo a ANBIMA, com mais de R\$42,6 bilhões de ativos sob gestão (dados de Dezembro de 2011). Oferece aos seus clientes produtos diferenciados e apropriados a cada perfil de risco. Possui uma grade completa de fundos multimercados, desde os mais conservadores aos arrojados, com destaque para os fundos multimercados macro e de moedas.
- *Sales & Trading*: criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, índice de ações, dólar e DI, além de possuir uma equipe de análise setorial dedicada ao estudo e análise de companhias listadas em bolsa de valores atuantes nos seguintes setores, segundo classificação da BM&FBOVESPA: Siderurgia e Metalurgia; Mineração; Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Energia Elétrica; Bens Industriais; Construção e Engenharia; Água e Saneamento; Consumo; Intermediários Financeiros;

Transportes e Agropecuária.

- *Fixed Income, Derivatives & Structured Products*: Atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo debêntures, notas promissórias, eurobonds, CRIs, CCBs, Notas Estruturadas, dentre outros. Em 2011 atuou em doze operações que totalizaram aproximadamente R\$10 bilhões, envolvendo empresas dos mais variados setores.

Relacionamento da Emissora com o Safra

Em dezembro de 2010, o Safra atuou como coordenador na emissão de debêntures da BNDESPAR, no montante de R\$2,025 bilhões, na qual recebeu remuneração de R\$ 31,740,00.

O Safra também atua como repassador de recursos de BNDES, controlador da Emissora.

Na data deste Suplemento, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Safra.

A Emissora poderá, no futuro, contratar o Safra ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco J. Safra S.A. como instituição intermediária da Oferta.

Votorantim

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo BACEN em 07 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o BACEN aprovou a aquisição de participação acionária do Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passa a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, o Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda., suas controladas, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, foi autorizado o funcionamento do *Banco Votorantim Securities Inc.*, que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque e em Londres, respectivamente desde 2006 e 2011.

Atividade de *Investment Banking* do Votorantim

Na área de *investment banking*, o Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais.

Em renda variável, o Votorantim oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com a distribuição das ofertas, a Votorantim CTVM Ltda. possui amplo acesso aos vários grupos de investidores, além de possuir área de pesquisa (*research*) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia.

Em renda fixa, o Votorantim assessoria diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*, sendo que, no ano de 2011, o Votorantim ocupou a 1ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), a 3ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição de securitização e a 4ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. Com relação à atuação internacional, no ano de 2011, o Votorantim ocupou a 12ª colocação no *ranking* de emissões externas divulgado pela Bloomberg.

Em fusões e aquisições, o Votorantim possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion*.

Relacionamento da Emissora com o Votorantim

Em dezembro de 2010, o Votorantim atuou como coordenador na emissão de debêntures da BNDESPAR, no montante de R\$2,025 bilhões, na qual recebeu remuneração de R\$32.270,70.

O Votorantim também atua como repassador de recursos de BNDES, controlador da Emissora.

Na data deste Suplemento, além do disposto acima, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento além da Oferta com o Votorantim. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, derivativos, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Votorantim como instituição intermediária da Oferta.

Operações Vinculadas à Oferta

Coordenador Líder

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo Coordenador Líder.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição e Integralização.

BB-BI

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo BB-BI.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o BB-BI concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao BB-BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição e Integralização.

Bradesco BBI

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo Bradesco BBI.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Bradesco BBI concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição e Integralização.

Coordenadores Contratados

BANIF

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo Banif.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Banif concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Banif cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

BCG Brasil

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo BCG Brasil.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o BCG Brasil concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao BCG Brasil cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

BTG Pactual

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo BTG Pactual.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o BTG Pactual concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Citi

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo Citi.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Citi concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Citi cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

HSBC

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo HSBC.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o HSBC concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao HSBC cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Safra

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo Safra.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Safra concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Safra cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Votorantim

Na data deste Suplemento, não havia operações de empréstimo concedidas à Emissora e ao acionista controlador da Emissora pelo Votorantim.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Votorantim concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Oferta", na página 85 deste Suplemento, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Votorantim cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Sumário da Emissora

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures objeto de cada Emissão no âmbito do Programa de Distribuição. Antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve ler cuidadosamente este Suplemento, o Prospecto e o Formulário de Referência para uma melhor compreensão das atividades da Emissora, incluindo as informações contidas na seção "Fatores de Risco" na página 77 deste Suplemento, na seção "Fatores de Risco" na página 38 do Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", iniciadas nas páginas 141 e 175, respectivamente, do Formulário de Referência, assim como as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas incluídas no Prospecto. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures objeto de cada Emissão no âmbito do Programa de Distribuição.

Este sumário é apenas um resumo das informações da Emissora e as informações aqui contidas são consistentes com o Formulário de Referência. As informações completas sobre a Emissora estão no Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a oferta.

Emissora

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1974 como subsidiária integral do BNDES, e atua sob o nome empresarial "BNDES Participações – BNDESPAR" desde 1982. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório e pela busca do fortalecimento e da modernização do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve, perante a CVM, o registro de companhia aberta, o que lhe permite negociar títulos de sua emissão no mercado.

A BNDESPAR tem por objeto social:

- realizar operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES;
- apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade;
- apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias;
- contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio de acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e
- administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

As atividades operacionais da BNDESPAR estão integradas ao BNDES e são executadas principalmente por meio da AMC (Área de Mercado de Capitais), que concentra todas as atividades de investimento/desinvestimento e acompanhamento da carteira de renda variável, e da ACE (Área de Capital Empreendedor), que concentra as atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e a operações indiretas por meio de fundos fechados de investimento. Estas duas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

As funções corporativas da BNDESPAR são desempenhadas por diversas áreas do BNDES, dentre as quais a AA (Área Administrativa), ARH (Área de Recursos Humanos), a ACO (Área de Controle), a AC (Área de Crédito), a AF (Área Financeira), a AGR (Área de Gestão de Riscos), a AJ (Área Jurídica), a AP (Área de Planejamento) e a ATI (Área de Tecnologia da Informação e Processos). As decisões relativas à BNDESPAR são de responsabilidade de sua Diretoria, composta pelos mesmos integrantes da Diretoria do BNDES.

Embora no passado a BNDESPAR tenha constituído quadro próprio de funcionários, desde 1992 a contratação de novos funcionários é feita exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público. Em 31 de dezembro de 2011, o quadro remanescente da BNDESPAR reunia 111 profissionais. A última contratação de funcionário realizada pela BNDESPAR ocorreu em 1987. A alocação de funcionários para trabalhar na AMC, na ACE ou em outras atividades relativas à BNDESPAR independe da entidade do Sistema BNDES à qual esse funcionário esteja contratualmente vinculado.

As operações de investimentos da BNDESPAR têm seu *funding* composto principalmente pelos retornos e rendimentos provenientes de sua carteira de ativos (notadamente, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias, juros recebidos de debêntures e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementares as captações através de emissões de debêntures simples no mercado doméstico e os contratos de mútuo firmados com o BNDES. Importante ressaltar que a gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES, sendo política do BNDES suprir suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro a empresas brasileiras.

Objetivo de Atuação

A BNDESPAR tem como uma de suas prioridades o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Os principais objetivos de atuação são:

- realizar operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES;
- apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade;
- apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias;
- contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas;
- administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros;
- aprimorar os produtos tradicionais, imprimindo um padrão de governança corporativa que objetiva o aumento da liquidez e da demanda, tornando o investimento em ações muito mais atrativo;
- apoiar o desenvolvimento e a implementação de novos produtos que possam atrair recursos (humanos e financeiros) para o fortalecimento do mercado;
- desenvolver a indústria de fundos fechados no Brasil; e
- apoiar pequenas e médias empresas por meio de capital de risco.

Para atender a esses objetivos, a BNDESPAR já desenvolveu e vem buscando permanente aprimoramento, destacando-se:

- qualificação técnica de seus analistas (utilização de técnicas consagradas de análise e avaliação do negócio, bem como uso de mecanismos variados de investimento e desinvestimento);
- programas de apoio direto a empresas fechadas: Programa de Capitalização de Empresas de Base Tecnológica – Contec, Programa de Apoio a Pequenas Empresas – Contec Simplificado, Programa de Investimento em Empresas Emergentes e Programa de Apoio às Novas Sociedades Anônimas;
- programas de atuação indireta, por meio de investimento minoritário em fundos fechados administrados por terceiros (fundos de empresas emergentes, fundos de *private equity*, fundos de governança/liquidez, dentre outros), possibilitando com isso aumento da abrangência de sua atuação; e
- atuação institucional conjunta buscando o desenvolvimento do mercado de capitais pelo incentivo à adoção, por parte das empresas, de práticas de boa governança corporativa que redundem em maior transparência e respeito aos acionistas minoritários. Nesse sentido, o BNDES e a BNDESPAR vêm trabalhando em conjunto com vários outros órgãos e esferas do Governo Federal, entidades de classe e instituições privadas, notadamente o BACEN, a CVM, a ANBIMA, a CETIP e a BM&FBOVESPA.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas por meio de valores mobiliários e mantém os seus investimentos por um prazo médio de cinco a sete anos, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. As exceções estão representadas por (i) alguns investimentos em que a BNDESPAR atua como fornecedora de recursos de capital de risco para empresas emergentes; e (ii) algumas operações com o intuito de recuperação de créditos concedidos ou de preservação do investimento realizado no passado. Tais exceções demandam sempre a aprovação da Diretoria da BNDESPAR. Apesar de temporários por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por longos períodos. Adicionalmente, no início dos anos 80 e novamente no segundo semestre de 2009, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

O gerenciamento da carteira de investimentos de renda variável da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2011, tal carteira compreendia papéis de 188 empresas (incluindo ações em 154 empresas), com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, telecomunicações e papel e celulose. Adicionalmente a BNDESPAR participava como cotista de 38 fundos de investimento, nesta mesma data.

A distribuição setorial da carteira de investimentos da BNDESPAR, a valor de mercado em 31 de dezembro de 2011, encontra-se na tabela abaixo:

	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	38,7%	-	-	-	33,2%
Mineração	21,4%	14,3%	-	-	20,0%
Energia Elétrica	16,2%	20,6%	-	-	16,3%
Alimentos	8,8%	17,6%	-	-	9,6%
Telecomunicações	2,2%	12,5%	-	6,5%	3,3%
Papel e celulose	3,2%	2,9%	-	-	3,1%
Metalurgia	0,1%	15,4%	-	74,6%	2,3%
Transportes	1,4%	2,9%	-	-	1,5%
Bens de consumo	0,4%	9,7%			1,5%
Fd. Priv. Equity-PIQ	-	-	77,1%	-	1,6%
Outros	7,6%	4,1%	22,9%	18,9%	7,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Política de Investimentos

A BNDESPAR pode participar, como subscritora de valores mobiliários em sociedades anônimas com registro de companhia aberta, em emissão pública ou privada ou em emissão privada de empresas de capital fechado que, no curto ou médio prazos, possam ingressar no mercado de capitais. Os valores mobiliários subscritos podem envolver principalmente ações, debêntures, bônus de subscrição, cotas de fundos mútuos fechados e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC.

Seguindo sua estratégia de investimentos, a BNDESPAR estende apoio através de capital de risco somente para empresas que se insiram em critérios específicos. Para ser considerada como passível desta modalidade de apoio, uma empresa deve: (i) ser legalmente constituída no Brasil; (ii) ter demonstrado negócios, capacidades tecnológicas e administrativas adequados; (iii) ter perspectivas satisfatórias de retorno em investimentos; e (iv) ser registrada na CVM ou ter concordado em registrar-se na CVM e, no futuro, oferecer publicamente ações na Bolsa de Valores de São Paulo (subordinado às condições de mercado e outras condições, conforme o caso e o prazo). Além da equipe técnica que avalia as operações, as mesmas são apreciadas por um comitê técnico formado por Chefes de Departamento das áreas que operam Renda Variável (AMC e ACE), sendo posteriormente aprovadas por seus respectivos Superintendentes, pelo Comitê de Enquadramento e Crédito, composto por diversos Superintendentes de Áreas Operacionais, pelo Diretor das áreas de Renda Variável do BNDES e, por último, aprovada pela Diretoria da BNDESPAR.

A BNDESPAR tem programas especiais para pequenas e médias empresas de base tecnológica emergentes. Além dos investimentos diretos, a BNDESPAR também pode investir indiretamente, por meio de fundos fechados próprios, nos quais tem participação. Os recursos desses fundos podem ser investidos em empresas que, por sua vez, podem ter participação acionária em outras empresas. Um dos atuais objetivos da BNDESPAR é estimular a indústria de fundos de investimento privados no Brasil, participando com até 25% do patrimônio desses fundos.

Em 1995, o BNDES iniciou, por meio da BNDESPAR, programas de apoio à estruturação de fundos fechados destinados à realização de investimentos na forma de subscrição de valores mobiliários. A BNDESPAR foi uma das precursoras desse instrumento no Brasil, sendo agente indutor de algumas modalidades de fundos, seja pelo foco setorial, tamanho de empresa, nível de liquidez, entre outros fatores. Foi precursora, também, na organização de fundos de participação, com investidores nacionais e internacionais e, principalmente, na estruturação de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a BNDESPAR possuía representantes em 27 conselhos de administração, em 11 conselhos fiscais, no universo de 154 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, possuía acordo de acionistas em 67 dessas empresas e participava dos comitês de investimento de 38 fundos, contribuindo para a melhoria da transparência e da governança das empresas apoiadas.

Política de Desinvestimentos

As vendas pela BNDESPAR de seus ativos são feitas de acordo com as condições do mercado e a maturação dos investimentos da carteira. A BNDESPAR monitora com atenção o mercado, buscando as melhores oportunidades em relação a preço, volume e momento de venda. O giro da carteira da BNDESPAR é um meio importante de assegurar que novos investimentos recebam atenção e recursos suficientes, assim como contribui para aumentar a liquidez do mercado brasileiro de capitais. O processo de desinvestimento geralmente se dá por meio de alienações em pregão da BM&F Bovespa e de ofertas públicas secundárias. As decisões de venda são discutidas em Comitê Técnico (conforme referido acima) e encaminhadas para aprovação pelos respectivos Superintendentes, pelo Diretor da área de Renda Variável do BNDES e, por último, pela Diretoria da BNDESPAR.

Os principais investimentos e desinvestimento de capital realizados no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais constam na seção 6.5 do Formulário de Referência.

Investimento e desinvestimentos em andamento

Por questões de confidencialidade relacionadas às próprias atividades desempenhadas pela Emissora, não são indicados investimentos e desinvestimentos de capital em andamento que não tenham sido divulgados como fatos relevantes.

Política de Fortalecimento do Mercado de Capitais

Em busca do objetivo de estimular o desenvolvimento do mercado de capitais e promover liquidez para o mercado brasileiro de ações, a BNDESPAR contribui para aumentar o número de empresas negociadas nas bolsas de valores, assim como para elevar o nível de governança corporativa dessas empresas, inclusive introduzindo novos produtos financeiros nesses mercados. Aumentando a diversidade de produtos, a BNDESPAR tem como objetivo criar maior flexibilidade para os investidores em ações e, portanto, fortalecer o mercado brasileiro de capitais.

Um exemplo que pode ser citado nesse sentido é o PIBB, lançado em julho de 2004, que foi o primeiro fundo da América Latina indexado e negociado em bolsa. Seu objetivo é replicar a valorização do índice IBrX-50, formado pelas 50 ações mais negociadas na BM&FBOVESPA. A operação totalizou R\$600 milhões, tendo sido atendidos na oferta pública mais de 25.000 investidores de varejo e 11 investidores institucionais. Em outubro de 2005, com o objetivo de aumentar a liquidez na negociação de cotas do PIBB, e ainda de dar visibilidade ao produto, a BNDESPAR realizou novo aporte no PIBB, sendo os novos PIBBs alienados em oferta pública em uma oferta que totalizou R\$2.285 milhões. Nesse segundo lançamento, superando a performance obtida no primeiro, a oferta atingiu 120.670 investidores de varejo e 105 investidores institucionais.

Outras operações de monetização de ativos consistiram na emissão de títulos permutáveis por ações da carteira da BNDESPAR. Em fevereiro de 1998, a BNDESPAR emitiu e distribuiu no mercado internacional os "DECS" – títulos de renda fixa com prazo de vencimento de três anos, permutáveis por ADS representativos de ações ordinárias de emissão da Eletrobrás. Os títulos davam direito, além do cupom, a eventuais prêmios variáveis de acordo com o fluxo de pagamento de dividendos da Eletrobrás. Simultaneamente a essa operação externa, foi realizada pela BNDESPAR uma oferta pública local de debêntures permutáveis por ações ordinárias de emissão da Eletrobrás, no valor de R\$51 milhões. As duas operações (local e externa) totalizaram cerca de US\$200 milhões e foram liquidadas em 2001 com a entrega das ADS e ações correspondentes, tendo sido exercida pelos investidores a opção de permuta.

No mercado internacional, operação similar foi realizada pelo BNDES e operacionalizada pela BNDESPAR (por deter a titularidade das ações oferecidas) com o lançamento, em junho de 2001, de títulos permutáveis em ADS da EMBRAER, no montante de US\$300 milhões, com vencimento em junho de 2006. Além da possibilidade de permuta por ADS da EMBRAER, o título também concedia ao investidor o direito de resgate antecipado (ao par) em junho de 2004. Nessa data, investidores que detinham um volume de principal aproximado de US\$186 milhões exerceram a opção de venda dos títulos ao BNDES, sem permuta por ações. O saldo de principal restante (aproximadamente US\$114 milhões) foi liquidado pelo BNDES em 15 de junho de 2006, na data de vencimento do título, sem que tivesse sido exercida pelos investidores a opção de permuta.

A venda de ativos é realizada em condições oportunas de mercado, procurando sempre o aumento da visibilidade e liquidez dos ativos. Como exemplos de desinvestimentos podem ser citadas as ofertas públicas secundárias de ações do Banco do Brasil. Em 2006, foram vendidos R\$2,2 bilhões em conjunto com a PREVI e com o próprio BB¹ (a BNDESPAR monetizou cerca de R\$800 milhões) a mais de 100 investidores institucionais e 52 mil investidores de varejo. Em 2007, foram alienados R\$3,4 bilhões em conjunto com a Previ (R\$2,9 bilhões pela BNDESPAR) a mais de 122 mil investidores, sendo 120 mil de varejo. As ofertas de ações do Banco do Brasil, em parceria com a Previ e com o próprio BB, possibilitaram a adesão do BB ao Novo Mercado, bem como aumentaram sua visibilidade junto aos investidores, passando a ser o primeiro grande banco do País a aderir ao nível máximo de governança da Bolsa de Valores. Auxiliaram também a elevar o *free float*, que passou de menos de 7% do capital total para algo superior a 21%.

Em julho de 2009, foi realizada a oferta pública de ações da Light, em conjunto com a EDF International, em mercado de balcão nacional não organizado e com esforços de venda no exterior, cujo total atingiu cerca de R\$772 milhões (R\$451 milhões auferidos pela BNDESPAR). Com esta operação, a BNDESPAR, que detinha cerca de um terço do capital total da companhia, contribuiu para elevar a pulverização dos papéis, que passou de menos de 8% para mais de 23% de *free float*.

Cabe ressaltar que a democratização da propriedade do capital de empresas, prevista no estatuto da BNDESPAR, bem como a preocupação com o pequeno investidor, são uma constante nas operações da empresa. As ofertas públicas de ações acima ilustradas tiveram forte direcionamento ao público de varejo, que absorveu cerca de 40% (BB) e 20% (Light) das ações ofertadas, diferentemente do observado em ofertas anteriores, no âmbito das quais coube ao varejo pouco menos de 10% do total ofertado.

No contexto de sua política de fortalecimento do mercado de capitais, todas as emissões de debêntures simples realizadas pela BNDESPAR contaram com características destinadas ao desenvolvimento do mercado local de renda fixa, incluindo incentivos a uma maior pulverização do universo de investidores. A segunda emissão de debêntures da BNDESPAR, a primeira de debêntures simples, sendo também a primeira oferta no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição, foi aprovada e registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/DEB/2006/047, em 19 de dezembro de 2006, tendo sido encerrada em 21 de dezembro de 2006. A distribuição de 600.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$600 milhões e vencimento em 15 de janeiro de 2012, atingiu 4.321 adquirentes, sendo 4.140 pessoas físicas, responsáveis por uma subscrição de aproximadamente 19% do montante distribuído. A estrutura da emissão e a sua oferta incluíram aspectos como a adoção da Câmara de Arbitragem do Mercado, instalada pela BM&FBOVESPA para solução de eventuais conflitos, a listagem para negociação secundária exclusivamente em ambientes eletrônicos (BovespaFix e Plataforma da Negociação Eletrônica – CetipNET), a contratação de dois formadores de mercado (Bradesco e BB–BI) para atuação em ambos os ambientes de negociação e a veiculação, a partir de publicação do respectivo aviso ao mercado, de campanha publicitária destinada ao público de varejo, tendo sido ainda a primeira oferta local de debêntures com valor nominal atualizado pelo IPCA.

A terceira oferta correspondeu à segunda emissão de debêntures realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição. Foram emitidas duas séries, uma prefixada (primeira série) e outra indexada ao IPCA (segunda série). A primeira série e a segunda série foram aprovadas e registradas na CVM em 27 de julho de 2007 sob o n.º CVM/SRE/DEB/2007/028 e CVM/SRE/DEB/2007/029, respectivamente. A oferta foi encerrada em 1º de agosto de 2007. Foram distribuídas 1.350.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R\$1.350.000.000,00. Da primeira série, com vencimento em 1 de janeiro de 2011, foram colocadas 550.000 debêntures. Destas, 94.416 debêntures foram distribuídas junto a 4.679 pessoas físicas, responsáveis assim por mais de 17% do montante distribuído. Da segunda série com vencimento em 15 de agosto de 2013, foram colocadas 800.000 debêntures, das quais 84.970 junto a 3.816 pessoas físicas, que subscreveram desta forma cerca de 10,6% do montante distribuído.

Na quarta emissão, sendo a primeira oferta de debêntures realizada no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, foram emitidas duas séries, uma prefixada (primeira série) e outra indexada ao IPCA (segunda série). A primeira série e a segunda série foram aprovadas e registradas na CVM em 16 de dezembro de 2009 sob os n.ºs CVM/SRE/DEB/2009/023 e

¹ Em 2006, o Sistema BNDES foi instado a adquirir ações de emissão do Banco do Brasil, de propriedade do Fundo Garantidor de Exportações (FGE), para posterior alienação conjunta na operação citada com a finalidade de aumentar a liquidez do FGE.

CVM/SRE/DEB/2009/024, respectivamente. A oferta foi encerrada em 22 de dezembro de 2009. Foram distribuídas 1.250.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R\$1.250.000.000,00. Da primeira série, com vencimento em 1 de janeiro de 2013, foram colocadas 640.000 debêntures. Destas, 188.604 debêntures foram distribuídas junto a 4.044 pessoas físicas, responsáveis assim por mais de 29% do montante distribuído. Da segunda série, com vencimento em 15 de agosto de 2015, foram colocadas 610.000 debêntures, das quais 154.500 junto a 4.043 pessoas físicas, que subscreveram desta forma 25,3% do montante distribuído.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os n.ºs CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente. A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010. Foram distribuídas 2.025.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R\$2.025.000.000,00. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, sendo 72.942 debêntures distribuídas para 2.568 pessoas físicas. Na segunda série, foram subscritas 1.000.000 debêntures, sendo alocadas 77.566 debêntures para 2.569 pessoas físicas. A terceira série teve 525.000 debêntures colocadas, sendo 105.129 debêntures subscritas por 2.368 pessoas físicas. A primeira e a segunda séries têm vencimento em 1º de janeiro de 2014 e a terceira série tem vencimento em 15 de janeiro de 2017. O valor total subscrito por pessoas físicas foi de R\$303.675 mil.

Nesta última operação, a principal inovação introduzida foi a estruturação e o lançamento de série (segunda série), com remuneração flutuante trimestral, sem indexação ao CDI. Nesta estrutura a remuneração é mantida fixa dentro de cada período de capitalização de juros, sendo redefinida trimestralmente com base na aplicação de um spread fixo sobre as taxas de juros de mesmo prazo (3 meses) negociadas no mercado futuro de DI da BM&FBovespa – com resultado semelhante às estruturas baseadas na LIBOR praticadas no mercado financeiro internacional. Tal estrutura permite o alongamento do prazo de referência das taxas de juros relevantes para a remuneração das debêntures que, no Brasil, ainda são predominantemente vinculadas à variação diária do DI.

A iniciativa buscou testar o uso da nova estrutura de taxa de juros flutuantes desvinculada do CDI. Ela oferece, desta forma, perfil de remuneração adequado aos investidores que demandam títulos em taxas flutuantes ao mesmo tempo em que demonstra a viabilidade da progressiva substituição da indexação das taxas de juros do *overnight* para taxas de maior prazo – aproximando o mercado local da prática internacional.

Principais Fatores de Risco relacionados à BNDESPAR

A BNDESPAR é controlada por um único acionista, o BNDES, que influencia diretamente todas as decisões da BNDESPAR.

O BNDES, único acionista da BNDESPAR, tem plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da BNDESPAR e adotar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da BNDESPAR, podendo, dentre outras medidas, alterar seu estatuto, eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, aprovar a abertura do capital social da BNDESPAR e suas reorganizações societárias. Todos os integrantes da Diretoria da BNDESPAR são membros da Diretoria do BNDES. As deliberações da Diretoria do BNDES relacionadas ao exercício de seus poderes como acionista único da BNDESPAR, formalizadas por meio de atos decisórios específicos, produzem o efeito da ata da assembleia geral de acionistas (artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações). Dessa forma, o BNDES tem o poder de alterar a estratégia de atuação da BNDESPAR, com os consequentes reflexos nos resultados da BNDESPAR.

Dependência dos resultados das empresas investidas e da capacidade de alienar tais investimentos em condições favoráveis.

A BNDESPAR é uma companhia de investimentos que investe quase a totalidade de seus recursos em sociedades constituídas no Brasil, sendo que sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos ganhos oriundos das empresas investidas, do recebimento dos créditos relacionados às debêntures adquiridas pela BNDESPAR, da distribuição para a BNDESPAR destes ganhos na forma de dividendos e juros sobre capital próprio e da capacidade da BNDESPAR de alienar, quando necessário, parte dos investimentos de suas carteiras.

Caso os dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelas empresas investidas pela BNDESPAR não sejam suficientes, por qualquer razão, para prover a BNDESPAR com os recursos necessários aos pagamentos de suas obrigações financeiras, e caso a capacidade da BNDESPAR de alienar seus investimentos em condições favoráveis seja negativamente afetada por oscilações de mercado ou por ausências de liquidez momentâneas, a BNDESPAR não disporá de tais fontes de recursos,

sendo que não há garantias de que a BNDESPAR possa recorrer a contratos de mútuo com o BNDES para honrar suas obrigações financeiras. Mesmo o Governo Federal sendo o controlador integral indireto da BNDESPAR (por meio do BNDES), nem o Governo Federal nem o BNDES são responsáveis ou garantidores do endividamento ou das obrigações assumidas pela BNDESPAR. Assim, caso a BNDESPAR torne-se insolvente ou não tenha capacidade de honrar os seus compromissos assumidos, inclusive aqueles relativos às Debêntures emitidas no âmbito do Programa de Distribuição, os investidores não poderão recorrer ao Governo Federal ou ao BNDES.

A BNDESPAR poderá investir em outras empresas no futuro e não poderá assegurar que quaisquer destes investimentos serão bem sucedidos.

A BNDESPAR analisa regularmente novos investimentos, buscando investir em oportunidades que julga serem interessantes ao longo do tempo. Não há como garantir, todavia, que tais novos investimentos serão bem sucedidos ou que terão um retorno satisfatório em relação aos riscos envolvidos. A dificuldade na obtenção de sucesso em novos investimentos poderá ter um efeito adverso na condição financeira e no resultado das operações da BNDESPAR.

Certas participações societárias da BNDESPAR estão reguladas em acordos de acionistas. O vencimento ou o término destes acordos de acionistas podem causar impacto adverso na capacidade de a BNDESPAR influir na administração destas companhias.

A BNDESPAR é parte em acordos de acionistas que regulam, dentre outros aspectos, os investimentos nas sociedades investidas e que incluem restrições à livre transferência das ações dessas sociedades, por meio de direitos de preferência nas vendas das ações sujeitas a tais pactos. Em razão do vencimento ou término desses acordos, a BNDESPAR poderá não conseguir implementar a sua estratégia de participação efetiva nas decisões estratégicas dessas sociedades ou mesmo ter o seu poder de influir na administração drasticamente limitado.

Concentração em Ações da Carteira de Investimentos.

A carteira de investimentos da BNDESPAR tem uma elevada concentração em ações (85,6% em 31 de dezembro de 2011, a valor de mercado). Adicionalmente, a carteira de ações em si apresenta concentração de valor em algumas participações societárias (em 31 de dezembro de 2011, cinco empresas respondiam por 69,7% do valor de mercado das participações societárias). O valor de mercado de tais investimentos pode sofrer oscilações significativas no futuro, pela própria natureza do mercado acionário, que podem acarretar impacto adverso na posição financeira e nos resultados operacionais da BNDESPAR, por meio da diminuição no fluxo de recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio e/ou na geração de menores lucros nas operações de desinvestimento.

Falência, Liquidação ou Dissolução.

A BNDESPAR é uma empresa privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, subsidiária integral do BNDES, uma empresa pública federal, razão pela qual está sujeita às regras e normas de cunho privado. Os bens da BNDESPAR estão sujeitos à apreensão e execução judicial. Ao contrário do aplicável ao BNDES, a BNDESPAR está sujeita à recuperação e à falência, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses previstas no artigo 2º da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores (Lei de Falências). Em caso de falência da BNDESPAR, os credores que tenham garantia ou privilégio relativamente a seus créditos terão preferência de recebimento em relação aos titulares de debêntures quirografárias ou subordinadas, não havendo garantia de que os debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte de seus créditos contra a BNDESPAR em caso de falência desta.

Informações Financeiras Seleccionadas da Emissora

As informações financeiras seleccionadas da Emissora apresentadas abaixo são derivadas de nossas demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009, que são anexas ao Prospecto. Esta seção deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, anexas ao Prospecto, e com as seções "3. Informações Financeiras Seleccionadas" e "10. Comentários dos Diretores" nas páginas 130 e 229, respectivamente, do Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações financeiras foram auditadas de acordo com normas brasileiras e internacionais de auditoria pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria, também incluído no Prospecto, foi emitido sem ressalvas e continha parágrafo de outros assuntos com relação ao exame da demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações financeiras foram auditadas de acordo com normas brasileiras e internacionais de auditoria pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria, também incluído neste Prospecto, contém a seguinte ressalva: (i) as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR possuía investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010. Adicionalmente, o relatório de auditoria continha parágrafo de outros assuntos com relação: (i) ao exame da demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foi adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto; e (ii) ao fato de que os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de sociedades coligadas onde a Companhia possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$8.306.612 mil (R\$4.474.381 mil em 1º de janeiro de 2009), que representava 15,8% do total do ativo (12,2% em 1º de janeiro de 2009) e 22,5% do patrimônio líquido (33,05% em 1º de janeiro de 2009) e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. A opinião no que se referia aos valores desses investimentos e dos correspondentes resultados de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores. Adicionalmente, os ajustes retrospectivos dessas sociedades coligadas não foram auditados por outros auditores.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as normas emanadas pela CVM.

Em R\$ mil, exceto percentuais

	Exercício findo em 31 de dezembro de							
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2011		2010		Variação % 2011/2010	2009		Variação % 2010/2009
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	
Receita de Participações Societárias	7.216.892	83,7	6.835.684	83,0	5,6	7.761.901	86,3	(11,9)
Receita de Operações Financeiras	1.407.265	16,3	1.403.464	17,0	0,3	1.230.632	13,7	14,0
Total Receitas Operacionais	8.624.157	100,0	8.239.148	100,0	4,7	8.992.533	100,0	(8,4)
Despesas com Participações Societárias	(762.116)	(8,8)	(975.617)	(11,8)	21,9	(1.186.387)	(13,2)	17,8
Despesas de Operações Financeiras	(1.692.623)	(19,6)	(1.678.658)	(20,4)	(0,8)	(1.827.934)	(20,3)	8,2
Total Despesas Operacionais	(2.454.739)	(28,5)	(2.654.275)	(32,2)	7,5	(3.014.321)	(33,5)	11,9
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(610.080)	(7,1)	(380.222)	(4,6)	(60,5)	1.646.270	18,3	(123,1)
Resultado antes de IR/CSSL	5.559.338	64,5	5.204.651	63,2	6,8	7.624.482	84,8	(31,7)
IR/CSSL	(1.219.166)	(14,1)	(1.489.417)	(18,1)	18,1	(1.831.196)	(20,4)	18,7
Resultado antes da Participação nos Lucros	4.340.172	50,2	3.715.234	45,0	16,8	5.793.286	64,3	(35,9)
Participação nos Resultados	(32.277)	(0,4)	(46.199)	(0,6)	30,1	(17.260)	(0,2)	(167,7)
Resultado do Exercício	4.307.895	49,9	3.669.035	44,4	17,4	5.776.026	64,1	(36,5)

Em R\$ mil, exceto percentuais

	Em 31 de dezembro de							
BALANÇO PATRIMONIAL	2011		2010		Variação % 2011/2010	2009		Variação % 2010/2009
Ativo	R\$	%	R\$	%		R\$	%	
Ativo Circulante	2.662.137	2,4	2.928.994	2,3	(9,1)	5.724.407	5,3	(48,8)
Ativo Não Circulante	88.663.954	80,1	109.253.054	86,8	(18,8)	88.797.470	81,7	23,0
Investimentos	19.332.192	17,5	13.641.374	10,8	41,7	14.231.339	13,1	(4,1)
Total	110.658.283	100,0	125.823.422	100,0	(12,1)	108.753.216	100,0	15,7
Passivo	R\$	%	R\$	%	2011/2010	R\$	%	2010/2009
Passivo Circulante	2.402.600	2,2	3.201.313	2,5	(24,9)	3.177.753	2,9	0,7
Passivo Não Circulante	27.485.043	24,8	36.120.164	28,7	(23,9)	32.220.954	29,6	12,1
Patrimônio Líquido	80.770.640	73,0	86.501.945	68,7	(6,6)	73.354.509	67,5	17,9
Total	110.658.283	100,0	125.823.422	100,0	(12,1)	108.753.216	100,0	15,7

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Informações Relativas à Oferta

Destinação dos Recursos

Fatores de Risco

Capitalização

Capacidade de Pagamento

Demonstrativo do Custo da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Relativas à Oferta

Autorização

A Emissão é realizada com base nas autorizações deliberadas pela Diretoria do BNDES, em reuniões realizadas (i) em 21 de setembro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1717/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 7 de outubro de 2010, publicada na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 28 de outubro de 2010 e publicada no DOU em 29 de outubro 2010; e (ii) em 14 de outubro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1771/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010; e (iii) na reunião da Diretoria do BNDES realizada em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012; (iv) parecer do conselho fiscal n.º 03/2010, datado de 20 de setembro de 2010; e (v) parecer do conselho fiscal n.º 01/2012, datado de 23 de janeiro de 2012, que aprovaram nos termos da Instrução CVM 400, (a) o arquivamento do Programa de Distribuição; e (b) a realização da Emissão. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi aprovado pelo Diretor da Emissora responsável pela Área Financeira do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES, conforme a Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES.

A Oferta é realizada no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 10 de dezembro de 2010, sob o n.º CVM/SRE/PRO/2010/001).

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da BNDESPAR era de R\$57.428.861.286,78, representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao BNDES. Não houve qualquer alteração na composição acionária da BNDESPAR desde aquela data.

Características da Emissão

Registro para Distribuição no Mercado Primário

As Debêntures foram registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio (i) do SDT, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; e (ii) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tais sistemas.

Registro para Negociação Secundária

As Debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) da CetipNet, administrada e operacionalizada pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, e, ressalvado o disposto na parte final deste parágrafo, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros. As Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, sendo admitidas negociações cursadas fora do ambiente de negociação eletrônica CetipNet, devendo as negociações ser liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND.

Número da Emissão

A presente Emissão constitui a sexta emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a segunda realizada no âmbito do Programa de Distribuição.

Valor Total da Emissão

O valor da Emissão, na Data de Emissão, é de R\$2.000.000.000,00.

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de garantia firme de liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Não há opção de distribuição parcial.

Os Coordenadores envidarão seus melhores esforços para que as Debêntures de cada série sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, dez investidores, com participação individual máxima de 20% do valor total da respectiva série, em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa. Não obstante o disposto acima, caso as Debêntures de qualquer das séries não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, dez investidores, ou caso (i) a participação individual de qualquer investidor nas Debêntures da Primeira Série e/ou nas Debêntures da Terceira Série seja superior a 20% do valor total da respectiva série; ou (ii) a participação individual de qualquer investidor nas Debêntures da Segunda Série seja superior a 25% do valor total da respectiva série, a Oferta das Debêntures da respectiva série não será registrada no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA.

As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série foram registradas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, sendo que, com o intuito de fomentar o mercado de renda fixa de longo prazo, foi concedida pela ANBIMA, em caráter excepcional e exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, a dispensa parcial do requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, sendo admitida a participação individual máxima de até 25% do valor total da referida série; consequentemente, em caráter excepcional, tal fato não ensejará a hipótese de recompra das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no Código ANBIMA de Renda Fixa.

Foi concedido aos Investidores de Varejo e aos Investidores Institucionais o direito de desistir, respectivamente, de seus Pedidos de Reserva e intenções de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série", na página 70 deste Suplemento.

Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000,00, na Data de Emissão.

Coletas de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding)

Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, e das Debêntures da Terceira Série e, em tendo sido confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, e das Debêntures da Terceira Série, para definir, de comum acordo com a Emissora (em conjunto, "Procedimento de Bookbuilding"):

- (i) a quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, e de Debêntures da Terceira Série, conforme já definido no item "—Quantidade de Debêntures e Séries" nesta página; e
- (ii) a Remuneração da Primeira Série, a Sobretaxa da Segunda Série, e os Juros da Terceira Série, conforme previsto no item "—Remuneração" na página 61 abaixo.

O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi aprovado pelo Diretor da Emissora responsável pela Área Financeira do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, bem como foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão.

Quantidade de Debêntures e Séries

A Emissão será realizada em três séries sendo que:

- (i) a primeira série é composta por 409.000 Debêntures (Debêntures da Primeira Série);
- (ii) a segunda série é composta por 302.000 Debêntures (Debêntures da Segunda Série); e
- (iii) a terceira série é composta por 1.289.000 Debêntures (Debêntures da Terceira Série).

Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, ou às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série, em conjunto.

Forma

As Debêntures terão a forma escritural. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escriuturadora, responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

Espécie

As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária). Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2012.

Data de Vencimento

A data de vencimento:

- das Debêntures da Primeira Série será 1º de julho de 2016 (Data de Vencimento da Primeira Série), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Primeira Série em Circulação, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento;
- das Debêntures da Segunda Série será 1º de julho de 2016 (Data de Vencimento da Segunda Série), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Segunda Série em Circulação, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento; e
- das Debêntures da Terceira Série será 15 de maio de 2019 (Data de Vencimento da Terceira Série), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Terceira Série em Circulação, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data do pagamento anterior de Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

Remuneração

A partir da Data de Subscrição e Integralização, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, e as Debêntures da Terceira Série farão jus à seguinte remuneração.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 11,169% ao ano, definido no Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento (Remuneração da Primeira Série). A Remuneração da Primeira Série será paga na Data de Vencimento da Primeira Série. A forma de cálculo da Remuneração da Primeira Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série

Observado o disposto abaixo, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios, em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, correspondentes à taxa de juros de referência – TJ3 – 3 meses, com data de apuração indicada na tabela abaixo, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>) (TJ3), somada de sobretaxa equivalente 0,55% ao ano, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, (Sobretaxa da Segunda Série, e, em conjunto com a TJ3, Remuneração da Segunda Série), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e

cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, incidentes cumulativamente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga na Data de Vencimento da Segunda Série. A forma de cálculo da Remuneração da Segunda Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.

Define-se "Período de Capitalização da Segunda Série" o intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016

No caso de indisponibilidade temporária da TJ3, será utilizado, em sua substituição, para apuração da TJ3 o mesmo percentual da última TJ3 divulgada na Escritura de Emissão, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de juros devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação da TJ3 for superior ao prazo de dez dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da TJ3 às Debêntures da Segunda Série ("Evento da TJ3"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar do Evento da TJ3, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 55% do total das Debêntures da Segunda Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

O Agente Fiduciário deverá, na data de início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, disponibilizar, em sua página na Internet, a Remuneração da Segunda Série para o respectivo Período de Capitalização da Segunda Série, sem necessidade de realização de aditamento à Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente (Atualização Monetária da Terceira Série). A forma de cálculo da Atualização Monetária da Terceira Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1. A Atualização Monetária da Terceira Série será paga na Data de Vencimento da Terceira Série com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a 5,3999% ao ano, definido no Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (Juros da Terceira Série e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, Remuneração da Terceira Série, e a Remuneração da Terceira Série, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, Remuneração). Os Juros da Terceira Série serão pagos em 15 de maio de 2014, 15 de maio de 2015, 15 de maio de 2016, 15 de maio de 2017, 15 de maio de 2018 e na Data de Vencimento da Terceira Série. A forma de cálculo da Remuneração da Terceira Série está descrita na Escritura de Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 1.

O Agente Fiduciário deverá, em cada data de aniversário da Terceira Série, disponibilizar, em sua página na Internet, o Valor Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, sem necessidade de realização de aditamento à Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, para apuração do fator "C" o mesmo percentual do último IPCA divulgado, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Terceira Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de dez dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às Debêntures da Terceira Série (Evento do IPCA), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar do Evento do IPCA, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 55% do total das Debêntures da Terceira Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Remuneração da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

Preço de Subscrição e Integralização

A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data (Data de Subscrição e Integralização).

Não incidirá Remuneração entre a Data de Emissão e a Data de Subscrição e Integralização.

Aumento da Oferta

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 300.000 Debêntures suplementares (Debêntures Suplementares), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, não tendo havido tal emissão.

A Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures em até 20%, ou seja, em até 400.000 Debêntures adicionais, com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400(Debêntures Adicionais), não tendo havido tal emissão.

Caso ocorra o aumento na quantidade originalmente ofertada, conforme previsto acima, a Escritura de Emissão deverá ser aditada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas.

Recompra Obrigatória

Observado o disposto abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º, observado que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, não configurará não atendimento ao requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, caso sejam subscritas e integralizadas Debêntures da Segunda Série por, no mínimo, dez investidores, sendo admitida a participação individual máxima de 25% do valor total da referida série;
- b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

A Emissora deverá, no prazo de até dez Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos no parágrafo acima, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos do item Publicações abaixo, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- a) o evento ocorrido, nos termos do parágrafo acima;
- b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a seis meses contados da data de publicação do aviso;
- c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a trinta dias contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos do parágrafo acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

As Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série foram registradas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, sendo que, com o intuito de fomentar o mercado de renda fixa de longo prazo, foi concedida pela ANBIMA, em caráter excepcional e exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, a dispensa parcial do requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, sendo admitida a participação individual máxima de até 25% do valor total da referida série; consequentemente, em caráter excepcional, tal fato não ensejará a hipótese de recompra das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no Código ANBIMA de Renda Fixa.

Foi concedido aos Investidores de Varejo e aos Investidores Institucionais o direito de desistir, respectivamente, de seus Pedidos de Reserva e intenções de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série", na página 70 deste Suplemento.

Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e/ou Instituição Escrituradora, para os titulares das Debêntures que não estejam vinculadas à BM&FBOVESPA ou à CETIP.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto no item "—Encargos Moratórios" nesta página, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Valor Econômico", no boletim oficial da bolsa de valores e da entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Escrituradora e ao Banco Mandatário, no endereço que esta indicar, no prazo de até dez Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, desde que observando o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição e manutenção em tesouraria de mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série, e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até 30 de abril de 2014.

A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures, devendo a aquisição ser feita prioritariamente por meio da CetipNet e/ou do BOVESPAFIX.

Somente após 30 de abril de 2014, a Diretoria da Emissora poderá aprovar o cancelamento das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

Vencimento Antecipado

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, junto à Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, bem como encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento da Remuneração anterior, quando cabível, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência formulado pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora;
- b) não cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão devidas nas respectivas datas de vencimento, exceto se tal fato decorrer de (i) determinação judicial ou (ii) problemas operacionais, ligados à BM&FBOVESPA ou à CETIP ou à Instituição Escriuradora (para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA ou à CETIP), não sanados em até 48 horas contadas da data de sua ocorrência, desde que devidamente comprovado pela Emissora;
- c) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora que não sejam sanados no prazo de 30 dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$120.000.000,00 ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;
- d) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas desta Emissão;
- e) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não-pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- f) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, em qualquer documento relativo à Emissão, ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo, do Suplemento Preliminar e/ou do Suplemento Definitivo que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- g) alienação ou transferência de um ou mais ativos da Emissora que, descontados os valores relativos às aquisições ocorridas entre o término do exercício anterior e a data de tal alienação ou transferência, representem em conjunto ou individualmente redução de 50% ou mais do ativo total da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada. O cômputo desta alienação deve considerar o valor contábil de tais ativos quando de sua alienação ou transferência;
- h) alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures, bem como a transformação da Emissora de sociedade por ações em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$120.000.000,00 ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento;
- j) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora de valor igual ou superior a R\$120.000.000,00 ou valor equivalente em outras moedas, salvo se: (i) no prazo máximo de cinco Dias Úteis contados de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora (1) que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou, (2) houver impedimento legal que a impeça de sanar a causa do referido vencimento antecipado e que não tenha ocorrido o vencimento antecipado de qualquer outra dívida contraída no País e cujo cumprimento da obrigação de pagamento também deva ser executado no País, com quaisquer terceiros, em decorrência do vencimento antecipado em referência, ou (ii) no prazo máximo de 30 dias contados de sua ocorrência, especificamente para os casos em que seja necessária a obtenção de qualquer aprovação de autoridade governamental para permitir que a Emissora efetue referido pagamento, a Emissora comprove que obteve referida aprovação e sanou tal evento; e/ou

k) não cumprimento das obrigações de Recompra Obrigatória.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (i) e (j) acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (c), (d), (e), (f), (g), (h) e (k) acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até cinco Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento.

A Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima poderá, por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Terceira Série em Circulação determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto se os trabalhos da referida Assembleia Geral de Debenturistas tiverem sido suspensos para reabertura em nova data.

Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação das atas das assembleias relativas à operação.

Assembleia de Debenturistas

Convocação

As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e por Debenturistas da Terceira Série que representem 10%, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Quorum de Instalação

A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou de Debenturistas da Terceira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série ou ao Debenturista da Terceira Série, conforme o caso, eleito, na Assembleia Geral de Debenturistas, pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, presentes ao referido conclave ou àquele que for designado pela CVM. O papel de secretário da assembleia será do Agente Fiduciário, estando este encarregado da redação das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Segunda

Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, observado que alterações na Remuneração (exceto pelo disposto nas Cláusulas 3.12.2.5 e 3.12.3.1.3 da Escritura de Emissão) e/ou as Datas de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos na Escritura de Emissão deverão contar com aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 90% das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

Sem prejuízo do quorum de 90% previsto acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA e/ou da TJ3, o quorum necessário para definição do novo parâmetro da Remuneração da Segunda Série e/ou da Remuneração da Terceira Série deverá ser composto por Debenturistas da Segunda Série e/ou Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 55% das Debêntures da Segunda Série em Circulação e/ou 55% das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso.

Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 50% mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos, respectivamente, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocadas com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de seis meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

Para os efeitos da Escritura de Emissão, considera-se: (i) "Debêntures da Primeira Série em Circulação" todas as Debêntures da Primeira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas aquelas Debêntures da Primeira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora; (ii) "Debêntures da Segunda Série em Circulação" todas as Debêntures da Segunda Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas aquelas Debêntures da Segunda Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora; e (iii) "Debêntures da Terceira Série em Circulação" todas as Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas aquelas Debêntures da Terceira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a Moody's para a elaboração de relatório de classificação de risco para a Emissão, constante deste Suplemento como Anexo 3. A Moody's atribuiu às Debêntures a classificação de risco "Aaa.br".

Identificação do Público Investidor Alvo

As Debêntures da Emissão terão como público alvo:

- Investidores Institucionais: quaisquer dos investidores identificados nos seguintes itens: (i) Investidores Qualificados, exceto pelas pessoas físicas e jurídicas citadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, cujos regulamentos permitam investimentos em títulos e valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis com os das Debêntures; ou (iii) investidores que desejarem aplicar mais de R\$500.000,00 para aquisição das Debêntures objeto da Oferta; e
- Investidores de Varejo: As pessoas físicas, pessoas jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais e que realizem Pedido de Reserva em valor entre R\$1.000,00 e R\$500.000,00.

O montante equivalente a 35% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) era destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores de Varejo, observadas as condições do Pedido de Reserva. Os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam ter aumentado o montante destinado aos Investidores de Varejo, conforme os objetivos da Oferta, não tendo ocorrido tal aumento. As Debêntures da Emissão destinadas aos Investidores de Varejo que não foram alocadas aos Investidores de Varejo foram destinadas aos Investidores Institucionais, junto com as demais Debêntures.

Inadequação de Investimento

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que não estejam dispostos a correr o risco de crédito da Emissora, bem como os demais riscos relacionados à Emissora e a setores da economia, riscos relacionados à Oferta e riscos relacionados a fatores macroeconômicos. Para maiores informações sobre os riscos a que está sujeito o investimento nas Debêntures, ver seção "Fatores de Risco" na página 77 deste Suplemento. O mercado secundário de títulos privados existentes no Brasil apresenta historicamente baixa liquidez. Apesar de a Emissora ter firmado contratos de formadores de mercado para as Debêntures, não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação da totalidade das Debêntures que permita aos subscritores sua pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e as Instituições Intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até o quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento nos termos do pedido de reserva, no caso dos Investidores de Varejo, ou nos termos da intenção de investimento, no caso dos Investidores Institucionais, referido valor será devolvido sem juros ou correção monetária, com reembolso e sem dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de cinco dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item "—Cancelamento ou Revogação da Oferta", na página 70 deste Suplemento. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento nos termos do pedido de reserva, no caso dos Investidores de Varejo, ou nos termos da intenção de investimento, no caso dos Investidores Institucionais, o referido valor será devolvido sem juros ou correção monetária, com reembolso e sem dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de cinco dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento nos termos do pedido de reserva, no caso dos Investidores de Varejo, ou nos termos da intenção de investimento, no caso dos Investidores Institucionais, referido valor será devolvido sem juros ou correção monetária, com reembolso e sem dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de cinco dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série

Nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, entre o dia 10 de abril de 2012 e o dia 17 de abril de 2012 ("Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série"):

- (i) os Investidores de Varejo que realizaram Pedido de Reserva para as Debêntures da Segunda Série tiveram o direito de desistir de seu respectivo Pedido de Reserva (no que tange às Debêntures da Segunda Série) devendo, para tanto, ter informado sua decisão à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, sendo que caso não tenha informado sua decisão de desistir do Pedido de Reserva (no que tange às Debêntures da Segunda Série) dentro do Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série, o respectivo Pedido de Reserva será considerado válido, e o valor do investimento devido na Data de Liquidação da Segunda Série; e
- (ii) os Investidores Institucionais que manifestaram intenção de investimento nas Debêntures da Segunda Série tiveram o direito de desistir de sua respectiva intenção de investimento, devendo, para tanto, ter informado sua decisão à Instituição Intermediária que tenha recebido a respectiva intenção de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série, sendo que caso não tenha informado sua decisão de desistir de sua intenção de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série dentro do Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série, a respectiva intenção de investimento será considerada válida, e o valor do investimento devido na Data de Liquidação da Segunda Série.

Contrato de Distribuição

A Emissora e os Coordenadores celebraram o Contrato de Distribuição, que está disponível para consulta e obtenção de cópias com a Emissora, os Coordenadores e a CVM, nos endereços indicados na página 16 neste Suplemento.

Regime de Colocação

Os Coordenadores comprometeram-se a realizar a colocação da totalidade das Debêntures sob o regime de garantia firme de liquidação das Debêntures que tenham sido objeto de Pedidos de Reserva Admitidos por parte dos Investidores de Varejo e de intenções de investimento por parte dos Investidores Institucionais, ao Preço de Subscrição e Integralização, conforme a seguinte proporção (1/3 para cada):

- Coordenador Líder: 666.667 Debêntures, no valor de R\$666.667.000 na Data de Emissão;
- BB-BI: 666.667 Debêntures, no valor de R\$666.667.000 na Data de Emissão; e
- Bradesco BBI: 666.666 Debêntures, no valor de R\$666.666.000 na Data de Emissão.

Plano de Distribuição

Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizaram plano de distribuição, que levou em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, dos Coordenadores e da Emissora, de sorte que as Instituições Intermediárias asseguraram:

I - que o tratamento aos investidores foi justo e equitativo;

II - a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e

III - que os representantes de venda das Instituições Intermediárias tenham recebido previamente exemplar do Prospecto Definitivo e do Suplemento para leitura obrigatória e que suas dúvidas foram esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores.

A partir de cinco Dias Úteis contados da data da publicação do Aviso ao Mercado, os Coordenadores realizaram a Oferta para os Investidores de Varejo por meio de recebimento de Pedidos de Reserva, irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto no inciso IX do item "—Oferta de Varejo" abaixo e na seções "Modificação da Oferta", "Suspensão da Oferta" e "Cancelamento ou Revogação da Oferta" na página 70 acima, e aos Investidores Institucionais por meio do Procedimento de *Bookbuilding*.

As Debêntures serão distribuídas aos investidores durante o Prazo de Colocação e serão subscritas pelo Preço de Subscrição e Integralização. A liquidação física e financeira das Debêntures da Primeira Série está prevista para ser realizada até as 16 horas do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação, a liquidação física e financeira das Debêntures da Segunda Série está prevista para ser realizada até as 16 horas do segundo Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Primeira Série e a liquidação física e financeira das Debêntures da Terceira Série está prevista para ser realizada até as 16 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Liquidação da Segunda Série.

Os Investidores de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, tendo sido considerados somente os Pedidos de Reserva realizados no Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

Oferta de Varejo

Ressalvado o disposto no inciso V abaixo, o montante equivalente a 35% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) era destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva e preenchido nas condições a seguir expostas:

- I. cada um dos Investidores de Varejo interessados efetuou Pedido de Reserva de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série perante uma única Instituição Intermediária (inclusive qualquer dos Coordenadores), mediante preenchimento do Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observado o valor mínimo de R\$1.000,00 e o valor máximo de R\$500.000,00 por Investidor de Varejo: (a) no Período de Reserva; ou (b) no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas para os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas;
- II. os Investidores de Varejo tiveram a faculdade, no Pedido de Reserva:
 - (a) como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, de estipular uma taxa mínima para a Remuneração da Primeira Série e/ou uma taxa mínima para a Sobretaxa da Segunda Série, que poderia servir de base para a definição da Remuneração da Segunda Série e/ou uma taxa mínima para os Juros da Terceira Série, que poderia servir de base para a definição da Remuneração da Terceira Série; caso as taxas de juros referentes à Remuneração da respectiva série, fixadas após o Procedimento de *Bookbuilding*, fossem inferiores à(s) taxa(s) estabelecida(s) pelo Investidor de Varejo, ou caso o Investidor de Varejo tenha estipulado como taxa mínima para a Remuneração da Primeira Série e/ou para a Sobretaxa da Segunda Série e/ou para os Juros da Terceira Série uma taxa superior àquelas previstas na Escritura de Emissão e no Aviso ao Mercado, o Pedido de Reserva desse Investidor de Varejo em relação à respectiva série foi automaticamente cancelado;
 - (b) caso tenha efetuado Pedido de Reserva para duas ou para três séries objeto da Emissão, de receber Debêntures de outra(s) série(s) (conforme indicada(s) no Pedido de Reserva), na hipótese de não ter sido emitida uma ou duas das séries inicialmente indicadas pelo Investidor de Varejo, observados (i) os limites estabelecidos no Pedido de Reserva; (ii) o limite global do valor; e (iii) a condição de eficácia (a) acima para a(s) série(s) efetivamente emitida(s), caso aplicáveis, conforme apresentados no respectivo Pedido de Reserva. Assim, caso o Investidor de Varejo não tenha assinalado no Pedido de Reserva que tinha interesse em receber Debêntures de outra(s) série(s) conforme indicada(s) no Pedido de Reserva, o Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado em relação às Debêntures da(s) série(s) que não tenha(m) sido emitida(s);
- III. como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;

- IV. o total de Debêntures objeto dos Pedidos de Reserva apresentados pelos Investidores de Varejo não cancelados em virtude de desconformidade com os termos e condições da Oferta, bem como nos termos dos incisos II e III acima (Pedidos de Reserva Admitidos), foi inferior a 35% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), e foram, portanto, integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva Admitidos, e as Debêntures remanescentes foram, em seguida, destinadas aos Investidores Institucionais nos termos da Oferta Institucional;
- V. caso o total de Debêntures correspondente aos Pedidos de Reserva Admitidos tivesse excedido o percentual prioritariamente destinado à Oferta de Varejo, qual seja, 35% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam ter mantido a quantidade de Debêntures inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou ter elevado tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, procedendo, em seguida, ao atendimento dos Investidores de Varejo, de forma a atender, total ou parcialmente, os Pedidos de Reserva Admitidos, observado, se tivesse sido o caso, o critério de rateio descrito abaixo, não tendo ocorrido tal situação:
- (a) em primeiro lugar, seria realizada a divisão igualitária e sucessiva das Debêntures destinadas à Oferta de Varejo, entre todos os Pedidos de Reserva Admitidos, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$15 mil ou 15 Debêntures por Investidor de Varejo (Montante Preferencial);
 - (b) uma vez atendido o critério de rateio descrito na alínea (a) acima, as Debêntures destinadas à Oferta de Varejo remanescentes seriam rateadas entre os Investidores de Varejo, proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado nos respectivos Pedidos de Reserva Admitidos e não alocado ao Investidor de Varejo, não sendo consideradas frações de Debêntures;
 - (c) caso o montante destinado para o atendimento da Oferta de Varejo fosse superado em decorrência do atendimento prioritário de até 15 Debêntures por Investidor de Varejo, conforme estabelecido na alínea (a) acima, um novo Montante Preferencial, inferior ao originalmente fixado, deveria ser estipulado de modo que, aplicado a todos os Pedidos de Reserva Admitidos, não superasse o montante destinado para atendimento da Oferta de Varejo; e
 - (d) caberia à Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, definir a forma de realização do rateio entre as séries;
- VI. após a aprovação, pela Emissora, na forma prevista no item "— Características da Emissão – Coletas de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)" acima, do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, foi divulgado Aviso ao Mercado informando sobre tal resultado;
- VII. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados ao Investidor de Varejo, pela Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência: (a) a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, alocadas ao Investidor de Varejo, após o atendimento, se for o caso, dos critérios de rateio previstos no inciso V acima; e (b) a Remuneração da Primeira Série e/ou a Remuneração da Segunda Série e/ou a Remuneração da Terceira Série, conforme o caso;
- VIII. até as 11 horas da Data de Liquidação da Primeira Série e/ou até as 11 horas da Data de Liquidação da Segunda Série e/ou até as 11 horas da Data de Liquidação da Terceira Série, conforme o caso, cada Investidor de Varejo deverá pagar o Preço de Subscrição e Integralização das Debêntures alocadas nos termos do inciso VII acima à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, com recursos imediatamente disponíveis; e
- IX. nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo, do Suplemento Preliminar e do Suplemento Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor de Varejo, ou a sua decisão de investimento poderá o referido Investidor de Varejo desistir do Pedido de Reserva nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor de Varejo deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos do respectivo Pedido de Reserva.

Oferta Institucional

As Debêntures que não foram alocadas aos Investidores de Varejo, foram destinadas aos Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. os Investidores Institucionais interessados em subscrever Debêntures apresentaram suas intenções de investimento aos Coordenadores, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento;
- II. os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas somente puderam apresentar intenções de investimento nas Debêntures (a) com antecedência de, no mínimo, 7 (sete) Dias Úteis da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*; e (b) pela Remuneração que viesse a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas na definição da Remuneração das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*;
- III. como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;
- IV. caso tenha apresentado intenção de investimento para as Debêntures da Primeira Série, cada um dos Investidores Institucionais deveria ter indicado se desejava transferir a sua intenção de investimento feita inicialmente para as Debêntures da Segunda Série, caso sua intenção de investimento nas Debêntures da Primeira Série tenha sido realizada em remuneração superior àquela fixada no Procedimento de *Bookbuilding*;
- V. caso tenha apresentado intenção de investimento para as Debêntures da Segunda Série, cada um dos Investidores Institucionais deveria ter indicado se desejava transferir a sua intenção de investimento feita inicialmente para as Debêntures da Primeira Série, caso sua intenção de investimento nas Debêntures da Segunda Série tenha sido realizada em remuneração superior àquela fixada no Procedimento de *Bookbuilding*;
- VI. caso tenha apresentado intenção de investimento para as Debêntures da Terceira Série, cada um dos Investidores Institucionais deveria ter indicado se desejava transferir a sua intenção de investimento feita inicialmente para as Debêntures da Primeira Série ou para as Debêntures da Segunda Série, caso sua intenção de investimento nas Debêntures da Terceira Série tenha sido realizada em remuneração superior àquela fixada no Procedimento de *Bookbuilding*;
- VII. como as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais excederam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores deram prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender dos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, melhor atendiam os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Emissora e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de títulos corporativos de renda fixa, com ênfase em negociações secundárias;
- VIII. após a aprovação, pela Emissora, na forma prevista no item "— Características da Emissão – Coletas de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)" na página 60 acima, do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, foi divulgado Aviso ao Mercado informando sobre tal resultado;
- IX. o montante mínimo de 15% das Debêntures destinadas à Oferta Institucional foi preferencialmente destinado à colocação por parte dos Coordenadores Contratados e das Corretoras Consorciadas, conforme previsto no inciso X abaixo;
- X. conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, parte das Debêntures destinadas à Oferta Institucional foi preferencialmente destinada à colocação aos Coordenadores, ao Itaú Unibanco S.A. e/ou ao Banco Bradesco S.A. (tais instituições, em conjunto, "Formadores de Mercado"), a fim de possibilitar-lhes a atuação, nos ambientes em que as Debêntures serão negociadas, como formadores de mercado (*market makers*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures até o seu vencimento, nos termos da legislação aplicável e conforme contrato a ser firmado entre os Formadores de Mercado e a Emissora. As intenções de investimento dos Coordenadores foram apresentadas em até sete Dias Úteis antes da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, pela Remuneração que vier a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte dos Formadores de Mercado na definição da Remuneração das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*;

- XI. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores informarão aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile: (a) a Data de Liquidação da Primeira Série e/ou a Data de Liquidação da Segunda Série e/ou a Data de Liquidação da Terceira Série, conforme o caso, (b) a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, alocadas ao Investidor Institucional; e (c) a Remuneração da Primeira Série e/ou a Remuneração da Segunda Série e/ou a Remuneração da Terceira Série, conforme o caso; e
- XII. nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo, do Suplemento Preliminar e do Suplemento Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional, ou a sua decisão de investimento poderá o referido Investidor Institucional desistir da intenção de investimento nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar sua decisão de desistência da intenção de investimento à Instituição Intermediária que recebeu a respectiva intenção de investimento.

Entrega das Debêntures Alocadas

A entrega das Debêntures alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação da Primeira Série (com relação às Debêntures da Primeira Série) e/ou na Data de Liquidação da Segunda Série (com relação às Debêntures da Segunda Série) e/ou na Data de Liquidação da Terceira Série (com relação às Debêntures da Terceira Série), conforme o caso, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço de Subscrição e Integralização multiplicado pela quantidade de Debêntures alocada.

Comissionamento

A Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Liquidação da Terceira Série, as seguintes comissões: (a) Comissão de Estruturação e Coordenação, incidente sobre o valor apurado mediante a multiplicação do Valor Nominal Unitário das Debêntures pelo número de Debêntures emitidas; (b) Comissão de Colocação Junto aos Investidores Institucionais, incidente sobre o valor apurado mediante a multiplicação do Valor Nominal Unitário das Debêntures pelo número de Debêntures efetivamente colocadas junto a Investidores Institucionais; e (c) Comissão de Colocação Junto aos Investidores de Varejo, incidente sobre o valor apurado mediante a multiplicação do Valor Nominal Unitário das Debêntures pelo número de Debêntures efetivamente colocadas junto a Investidores de Varejo.

A Comissão de Estruturação e Coordenação será dividida igualmente entre os Coordenadores.

As comissões de colocação serão devidas a cada Coordenador e às demais instituições que fazem parte do grupo de vendas para realizar a distribuição das Debêntures, de acordo com a quantidade de Debêntures das ordens efetivamente alocadas por cada uma delas. A Emissora efetuará o pagamento das comissões de colocação aos Coordenadores, que efetuarão os respectivos repasses a cada integrante do grupo de vendas das Debêntures.

Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores ou a quaisquer das demais instituições que fazem parte do grupo de vendas para realizar a distribuição das Debêntures, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência da Oferta, sem a prévia e expressa manifestação da CVM.

Para maiores informações sobre os custos relacionados à Oferta, vide seção "Demonstrativo do Custo da Oferta" na página 85 deste Suplemento.

Reembolso de Despesas incorridas pelos Coordenadores

No âmbito da Oferta, a Emissora deverá reembolsar os Coordenadores das despesas por eles incorridas com taxas de registro do Programa de Distribuição, da Oferta na CVM e na ANBIMA, registros dos documentos da Oferta (excluindo autorizações societárias da BNDESPAR) em cartórios e juntas comerciais, disponibilização de serviços de *call center* para atendimento até a data de publicação do Anúncio de Encerramento (inclusive), prestação de serviços de controle de ordens de varejo pela câmara de liquidação utilizada para recebimento de ordens de varejo e publicidade legal (anúncios e demais publicações oficiais, bem como impressão dos *books* das apresentações a investidores, Prospecto Definitivo e Suplementos). Os reembolsos deverão ser feitos pela Emissora, ao respectivo Coordenador, no prazo de 15 dias a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios de despesas incorridas.

Contrato de Formador de Mercado

A Emissora contratou o Itaú Unibanco, o BB-BI e o Bradesco como formadores de mercado (*market makers*), nos ambientes em que as Debêntures serão negociadas (BM&FBOVESPA, CETIP ou outro ambiente de balcão organizado), com a finalidade de fomentar a liquidez das Debêntures no mercado secundário mediante a existência de ofertas firmes diárias de compra e venda para esses valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável e conforme Contratos de Prestação de Serviços de Formador de Mercado celebrados entre a Emissora, o Itaú Unibanco, o BB-BI e o Bradesco, com a interveniência da CETIP, no Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado a ser celebrado com a CETIP.

Esses formadores de mercado não farão jus ao pagamento de qualquer remuneração por parte da Emissora, em decorrência da prestação dos serviços de formador de mercado. Os Contratos de Prestação de Serviços de Formador de Mercado vigorarão até a Data de Vencimento da Primeira Série, a Data de Vencimento da Segunda Série e a Data de Vencimento da Terceira Série.

Os Contratos de Prestação de Serviços de Formador de Mercado estarão disponíveis para cópia nas sedes da BM&FBOVESPA e da CETIP, cujos endereços são: Rua XV de Novembro 275, São Paulo, SP e Av. Brigadeiro Faria Lima 1.663, 1º andar, São Paulo, SP, respectivamente.

Extrato de Custódia

O Investidor de Varejo que adquirir Debêntures no âmbito da Oferta receberá, pelo correio, um extrato relativo à aplicação (Extrato de Custódia), que será enviado pela BM&FBOVESPA.

Os investidores que possuem somente Debêntures adquiridas no âmbito da Oferta em sua conta de custódia na BM&FBOVESPA receberão o Extrato de Custódia semestralmente. Neste caso, os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas repassarão ao Investidor de Varejo apenas o custo que venha a ser cobrado pela BM&FBOVESPA, que consiste em uma taxa semestral, cujo valor, atualmente, é de R\$6,90, independentemente da quantidade de Debêntures adquiridas. Investidores que participaram das ofertas de debêntures da BNDESPAR encerradas em 2006, 2007, 2009 e 2010 não incorrerão em custos adicionais.

Para o investidor não enquadrado no item anterior, o Extrato de Custódia será encaminhado mensalmente, mantendo-se o mesmo procedimento aplicável aos seus demais investimentos depositados na BM&FBOVESPA, não ocorrendo nenhum acréscimo de custo em relação aos valores já incorridos para a manutenção da conta de custódia, independentemente da quantidade de Debêntures adquiridas.

Estarão disponíveis aos Investidores de Varejo das Debêntures todos os demais canais de comunicação da BM&FBOVESPA, a saber: (i) consulta de posição via Internet disponível 24 horas por dia (Canal Eletrônico do Investidor – CEI, em www.bmfbovespa.com.br); (ii) aviso de transferência de ativos (emitido a cada movimentação e enviado por correio); (iii) aviso de alteração de endereço (encaminhado para o endereço antigo e para o novo); e (iv) aviso de negociação de ativos contendo todas as operações de compra e venda (enviado por correio).

O Investidor de Varejo que, após a liquidação financeira da Oferta, optar pela transferência das Debêntures do ambiente da BM&FBOVESPA para a Instituição Escrituradora, passará a receber da Instituição Escrituradora, por correio, um extrato sempre que houver movimentação da conta e, se tal não ocorrer, uma vez por ano, sem custo. Cabe lembrar que se o Investidor de Varejo desejar negociar as Debêntures antes do vencimento deverá, previamente, retorná-las para o ambiente da BM&FBOVESPA.

O Investidor de Varejo deverá obter, perante seu agente de custódia, informações detalhadas sobre os custos que incorrerá em decorrência do investimento, avaliando a influência que tais custos têm na rentabilidade das Debêntures.

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Oferta serão destinados:

- à complementação e/ou reforço de seu orçamento de investimentos, na subscrição de valores mobiliários em ofertas públicas ou privadas (ações, debêntures simples ou conversíveis), não tendo a Emissora como determinar o momento em que os recursos serão utilizados ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características das aquisições que venham a ser negociadas pela Emissora, de acordo com seu objeto social; e
- à complementação e/ou reforço do caixa da Emissora, a serem utilizados no curso regular de seus negócios.

A tabela a seguir mostra as estimativas da Emissora acerca do percentual do valor destinado a cada uma das destinações dos recursos:

Destinação	Percentual Estimado	Valor Estimado (R\$mil)
Complementação e/ou Reforço do Orçamento de Investimentos	85%	1.700.000
Complementação e/ou reforço do caixa	15%	300.000
Total	100%	2.000.000

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Emissora com a Oferta em sua situação patrimonial, ver seção "Capitalização", na página 83 deste Suplemento.

Fatores de Risco

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, os fatores de risco descritos abaixo, os riscos constantes da seção "Fatores de Risco", iniciada na página 38 do Prospecto, das seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", iniciadas nas páginas 141 e 175, respectivamente, do Formulário de Referência, bem como todas as informações disponíveis neste Suplemento, no Prospecto e no Formulário de Referência e em outros documentos da Emissão.

Este Suplemento contém apenas uma descrição dos termos e condições das Debêntures. É essencial e indispensável que os investidores leiam o Prospecto, o Formulário de Referência, a Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta e compreendam integralmente suas disposições e riscos.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Emissora. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Emissora atualmente ou que a Emissora considera irrelevantes também podem afetar adversamente a Emissora.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Emissora, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Emissora, bem como no preço das Debêntures e na capacidade de pagamento da Emissora das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção inclui apenas os quatro principais fatores de risco relativos à Oferta. Para os demais fatores de risco, ver a seção "Fatores de Risco" iniciada na página 38 do Prospecto e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", iniciadas nas páginas 141 e 175, respectivamente, do Formulário de Referência.

Fatores de Risco Relacionados à Oferta

As obrigações da Emissora, constantes da Escritura de Emissão relativa à Oferta, estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão relativa à Oferta estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação à Oferta, tal como o não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão.

Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de eventual vencimento antecipado de suas obrigações no âmbito da Oferta, o que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos debenturistas.

Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures ver seção "Informações Relativas à Oferta — Vencimento Antecipado", na página 66 deste Suplemento.

Baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures

O mercado secundário de títulos privados existentes no Brasil apresenta historicamente baixa liquidez. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação das Debêntures que permita aos subscritores sua pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho de suas atividades. São analisadas, também, características das próprias emissões e dos valores mobiliários, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Um eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário, o que poderá ocasionar prejuízos aos titulares das debêntures caso optem pela venda em mercado secundário.

Subordinação das Debêntures às demais dívidas da Emissora

A debênture quirografária consiste em uma espécie de obrigação cujo pagamento está subordinado ao pagamento de todas as obrigações com garantia real e/ou privilégio da Emissora em caso de falência ou procedimento similar. Assim, em caso de liquidação da Emissora, a liquidação dos créditos relativos às Debêntures pela Emissora estará subordinada à liquidação de todos os créditos com garantia real e/ou privilégio da Emissora, preferindo, apenas: (i) às dívidas subordinadas da Emissora e (ii) ao acionista da Emissora na realização do ativo remanescente, se houver.

Distribuição parcial da Oferta

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Não haverá opção de distribuição parcial, devendo ser cancelada a Emissão em caso de não haver demanda para a totalidade de Debêntures, à remuneração que venha a ser aceita pela Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Determinada(s) série(s) das Debêntures pode(m) não ser registrada(s) no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA em função do não atendimento do número mínimo de investidores ou, ainda, a Oferta, caso registrada, poderá ser excluída da relação de ofertas realizadas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa, em função do não atendimento dos requisitos mínimos exigidos pelo Código ANBIMA de Renda Fixa.

Caso as Debêntures de qualquer das séries não sejam subscritas por no mínimo dez investidores, ou caso (i) um ou mais investidores das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Terceira Série tenham participação individual superior a 20% do valor total da respectiva série; e/ou (ii) um ou mais investidores das Debêntures da Segunda Série tenham participação individual superior a 25% do valor total das Debêntures da Segunda Série, a Oferta das Debêntures da respectiva série não será registrada no Novo Mercado de Renda Fixa. Adicionalmente, a Oferta também poderá ser excluída da relação de ofertas realizadas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa caso, após a obtenção do registro, ela deixe de observar os requisitos mínimos exigidos pelo Código ANBIMA de Renda Fixa, conforme previsto no artigo 8º do referido Código ANBIMA de Renda Fixa.

Foi concedido aos Investidores de Varejo e aos Investidores Institucionais o direito de desistir, respectivamente, de seus Pedidos de Reserva e intenções de investimento com relação às Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Período de Desistência das Debêntures da Segunda Série", na página 70 deste Suplemento.

Fatores de Risco Relacionados à BNDESPAR

A BNDESPAR é controlada por um único acionista, o BNDES, que influencia diretamente todas as decisões da BNDESPAR.

O BNDES, único acionista da BNDESPAR, tem plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da BNDESPAR e adotar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da BNDESPAR, podendo, dentre outras medidas, alterar seu estatuto, eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, aprovar a abertura do capital social da BNDESPAR e suas reorganizações societárias. Todos os integrantes da Diretoria da BNDESPAR são membros da Diretoria do BNDES. As deliberações da Diretoria do BNDES relacionadas ao exercício de seus poderes como acionista único da BNDESPAR, formalizadas por meio de atos decisórios específicos, produzem o efeito da ata da assembleia geral de acionistas (artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações). Dessa forma, o BNDES tem o poder de alterar a estratégia de atuação da BNDESPAR, com os consequentes reflexos nos resultados da BNDESPAR.

Dependência dos resultados das empresas investidas e da capacidade de alienar tais investimentos em condições favoráveis.

A BNDESPAR é uma companhia de investimentos que investe quase a totalidade de seus recursos em sociedades constituídas no Brasil, sendo que sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos ganhos oriundos das empresas investidas, do recebimento dos créditos relacionados às debêntures adquiridas pela

BNDESPAR, da distribuição para a BNDESPAR destes ganhos na forma de dividendos e juros sobre capital próprio e da capacidade da BNDESPAR de alienar, quando necessário, parte dos investimentos de suas carteiras.

Caso os dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelas empresas investidas pela BNDESPAR não sejam suficientes, por qualquer razão, para prover a BNDESPAR com os recursos necessários aos pagamentos de suas obrigações financeiras, e caso a capacidade da BNDESPAR de alienar seus investimentos em condições favoráveis seja negativamente afetada por oscilações de mercado ou por ausências de liquidez momentâneas, a BNDESPAR não disporá de tais fontes de recursos, sendo que não há garantias de que a BNDESPAR possa recorrer a contratos de mútuo com o BNDES para honrar suas obrigações financeiras. Mesmo o Governo Federal sendo o controlador integral indireto da BNDESPAR (por meio do BNDES), nem o Governo Federal nem o BNDES são responsáveis ou garantidores do endividamento ou das obrigações assumidas pela BNDESPAR. Assim, caso a BNDESPAR torne-se insolvente ou não tenha capacidade de honrar os seus compromissos assumidos, inclusive aqueles relativos às Debêntures emitidas no âmbito do Programa de Distribuição, os investidores não poderão recorrer ao Governo Federal ou ao BNDES.

A BNDESPAR poderá investir em outras empresas no futuro e não poderá assegurar que quaisquer destes investimentos serão bem sucedidos.

A BNDESPAR analisa regularmente novos investimentos, buscando investir em oportunidades que julga serem interessantes ao longo do tempo. Não há como garantir, todavia, que tais novos investimentos serão bem sucedidos ou que terão um retorno satisfatório em relação aos riscos envolvidos. A dificuldade na obtenção de sucesso em novos investimentos poderá ter um efeito adverso na condição financeira e no resultado das operações da BNDESPAR.

Certas participações societárias da BNDESPAR estão reguladas em acordos de acionistas. O vencimento ou o término destes acordos de acionistas podem causar impacto adverso na capacidade de a BNDESPAR influir na administração destas companhias.

A BNDESPAR é parte em acordos de acionistas que regulam, dentre outros aspectos, os investimentos nas sociedades investidas e que incluem restrições à livre transferência das ações dessas sociedades, por meio de direitos de preferência nas vendas das ações sujeitas a tais pactos. Em razão do vencimento ou término desses acordos, a BNDESPAR poderá não conseguir implementar a sua estratégia de participação efetiva nas decisões estratégicas dessas sociedades ou mesmo ter o seu poder de influir na administração drasticamente limitado.

Concentração Setorial da Carteira de Investimentos.

A carteira de investimentos da BNDESPAR, considerando as participações societárias, debêntures, fundos e derivativos isolados apresenta concentração nos setores de petróleo e gás (33,2%), mineração (20,0%), energia elétrica (16,3%), alimentos (9,6%), telecomunicações (3,3%) e papel e celulose (3,1%) considerando-se os valores de mercado de tais investimentos em 31 de dezembro de 2011. Acontecimentos que afetem os setores nos quais a BNDESPAR possui ou venha a possuir investimento significativo podem ter impacto adverso na posição financeira e nos resultados operacionais da BNDESPAR.

Concentração em Ações da Carteira de Investimentos.

A carteira de investimentos da BNDESPAR tem uma elevada concentração em ações (85,6% em 31 de dezembro de 2011, a valor de mercado). Adicionalmente, a carteira de ações em si apresenta concentração de valor em algumas participações societárias (em 31 de dezembro de 2011, cinco empresas respondiam por 69,7% do valor mercado das participações societárias). O valor de mercado de tais investimentos pode sofrer oscilações significativas no futuro, pela própria natureza do mercado acionário, que podem acarretar impacto adverso na posição financeira e nos resultados operacionais da BNDESPAR, por meio da diminuição no fluxo de recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio e/ou na geração de menores lucros nas operações de desinvestimento.

Concentração Setorial da Carteira de Debêntures.

As operações de renda fixa da BNDESPAR estão representadas principalmente por debêntures conversíveis, concentradas no setor de energia elétrica (20,6%), alimentos (17,6%), metalurgia (15,4%), mineração (14,3%) e telecomunicações (12,5%) considerando-se os seus valores de mercado em 31 de dezembro de 2011. Acontecimentos que afetem as companhias destes setores podem ter impacto adverso na posição financeira e nos resultados operacionais da BNDESPAR.

Falência, Liquidação ou Dissolução.

A BNDESPAR é uma empresa privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, subsidiária integral do BNDES, uma empresa pública federal, razão pela qual está sujeita às regras e normas de cunho privado. Os bens da BNDESPAR estão sujeitos à apreensão e execução judicial. Ao contrário do aplicável ao BNDES, a BNDESPAR está sujeita à recuperação e à falência, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses previstas no artigo 2º da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores (Lei de Falências). Em caso de falência da BNDESPAR, os credores que tenham garantia ou privilégio relativamente a seus créditos terão preferência de recebimento em relação aos titulares de debêntures quirografárias ou subordinadas, não havendo garantia de que os debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte de seus créditos contra a BNDESPAR em caso de falência desta.

Recursos de Financiamento Limitados e Relacionados a Riscos Inerentes ao Acionista Único, o BNDES.

A BNDESPAR obtém recursos para seus investimentos e para suas operações diárias a partir de receita proporcionada por seus investimentos (incluindo o resultado da alienação de ativos de sua carteira) e, eventualmente, de empréstimos feitos pelo BNDES.

Em 31 de dezembro de 2011, 32,8% dos passivos exigíveis do BNDES eram referentes a recursos de dois fundos institucionais: FAT (27,0%) e PIS/PASEP (5,8%). Os recursos constitucionais do FAT são alocados ao BNDES com base no artigo 239 da Constituição Federal ("FAT Constitucional"). A partir de 2008, os recursos obtidos via empréstimos do Tesouro Nacional cresceram, passando a representar 56,7% dos passivos exigíveis do BNDES em 31 de dezembro de 2011. Não há garantia de que tais recursos continuarão sendo fornecidos ao BNDES nem que suas condições financeiras se manterão atrativas. Adicionalmente, não há restrições legais ou estatutárias quanto ao montante de dividendos que o BNDES paga ao seu controlador único, o Governo Federal, podendo ocorrer distribuição em qualquer exercício de 100% do lucro após a constituição das reservas legal e de incentivos fiscais.

No passado recente, os ativos totais do BNDES têm crescido expressivamente, majoritariamente por meio da concessão de operações de crédito de longo prazo, diretamente ligadas às condições da economia brasileira como um todo. Desta forma, seja por mudanças nas captações institucionais, por restrição ao acesso a novos empréstimos do Tesouro Nacional, por pagamentos de dividendos ao Governo Federal ou por aumentos em taxas de inadimplência de seus ativos, o BNDES pode ver reduzida a disponibilidade de recursos para suas atividades próprias e para repasse às suas controladas. Não há, assim, garantia de que no futuro o BNDES continue a suprir a BNDESPAR com os fundos requeridos em condições atrativas de custo e prazo, assim como não há garantias de que as condições de custo e prazo da captação institucional do próprio BNDES manterão a atual competitividade. Caso o BNDES deixe de emprestar recursos ou fazer contribuições de capital à BNDESPAR nas condições mencionadas, a posição financeira e os resultados das operações da BNDESPAR podem sofrer efeitos negativos.

As sociedades nas quais a BNDESPAR investe estão sujeitas a riscos dos setores em que atuam.

Atualmente, a carteira de investimentos da BNDESPAR apresenta concentração nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, telecomunicações e papel e celulose. Os principais fatores que afetam os respectivos setores de atuação de tais empresas e, consequentemente, seus resultados operacionais e os resultados da BNDESPAR, incluem, sem limitação:

Com relação ao setor de petróleo e gás:

- riscos inerentes à exploração e produção de petróleo e gás natural;
- alterações na oferta e na demanda global de petróleo e gás natural;
- condições políticas e econômicas, inclusive embargos em países produtores de petróleo, ou que afetem outras atividades de produção de petróleo;

- nível da atividade global de exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como dos estoques globais de petróleo e de gás natural;
- ações praticadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- preço e quantidade das importações do petróleo e do gás natural estrangeiros;
- preço e disponibilidade de combustíveis alternativos;
- existência de reservas e aumento da capacidade de produção nas reservas existentes;
- condições de mercado ou impedimentos operacionais, que podem dificultar o acesso aos mercados de petróleo e gás natural ou atrasar a produção; e
- regulamentos governamentais nacionais e estrangeiros complexos que podem afetar o custo, a maneira ou a viabilidade da realização do negócio.

Com relação ao setor de mineração:

- riscos e perigos inerentes ao setor de mineração, tais como riscos ambientais, acidentes industriais, formações geológicas incomuns ou inesperadas ou outros problemas geológicos ou relacionados à concentração de minério; condições climáticas adversas ou perigosas; casos fortuitos ou eventos de força maior; condições operacionais desfavoráveis e perda de minério;
- riscos relacionados à mudança de políticas públicas;
- dependência do setor de siderurgia mundial e flutuações na demanda por aço;
- escassez de mão-de-obra qualificada no setor de mineração;
- riscos de sondagem, perfuração e produção, que podem afetar o processo de mineração; e
- regulamentos governamentais aplicáveis ao setor de mineração.

Com relação ao setor de energia elétrica:

- índices dos reajustes das tarifas de eletricidade;
- eventual aumento na migração dos consumidores do ambiente de tarifas reguladas para tornarem-se consumidores livres;
- aumentos de custo de aquisição e perdas de energia elétrica;
- deterioração das condições hidrológicas no Brasil;
- crise de energia (como ocorreu em 2001-2002) e racionamento relacionado a tal crise;
- aumento do nível de alavancagem financeira; e
- extensa regulação do setor elétrico brasileiro.

Com relação ao setor de alimentos:

- Risco de flutuações dos preços do gado bovino, suíno, de frangos e *commodities* de ingredientes alimentares;
- Riscos de surtos de doenças de animais;
- Riscos sanitários possíveis ou efetivos relacionados à indústria de alimentos;
- Riscos de barreiras tarifárias e sanitárias por parte de governos de países importadores;
- Mudanças nas preferências do consumidor relacionadas à indústria alimentícia e concorrência com outras proteínas;
- Riscos de responsabilidade por produto, *recall* de produto, dano à propriedade e danos a pessoas para os quais a cobertura de seguro é cara, limitada e potencialmente inadequada;
- Condições climáticas ou outros acontecimentos extremos e imprevistos; e
- Risco de flutuações de moeda, bem como riscos políticos e econômicos em outros países devido à operações internacionais e de exportação.

Com relação ao setor de telecomunicações:

- ausência de restrições regulatórias significativas relativamente ao setor de transmissão de dados;
- setor sujeito a frequentes mudanças tecnológicas;
- períodos de escassez de energia elétrica podem afetar resultados das empresas do setor;
- setor altamente regulado, podendo haver alterações em normativos vigentes;
- risco de renovação dos contratos de concessão; e
- possibilidade de ocorrer arbitragem da ANATEL na cobrança de certas tarifas, que são fontes de receitas das empresas.

Com relação ao setor de papel e celulose:

- alterações na oferta e na demanda global de celulose;
- caráter cíclico provoca alta sensibilidade e consequente volatilidade das cotações internacionais de celulose;
- instabilidade na taxa cambial pode influenciar de maneira adversa a condição financeira e resultados corporativos;
- as condições econômicas e políticas e as percepções de tais condições pelo mercado podem impactar atividades;
- condições de mercado ou impedimentos operacionais, que podem dificultar o acesso aos mercados de celulose ou atrasar a produção;
- imposições ambientais mais rigorosas podem resultar em dispêndios adicionais;
- riscos de ataques de movimentos sociais rurais; e
- inovações tecnológicas florestais e industriais podem alterar dinâmica do setor.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta o endividamento e a capitalização total da BNDESPAR em conformidade com as demonstrações financeiras auditadas da Emissora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que estão anexas ao Prospecto e devem, portanto, ser lidas em conjunto com as mesmas e com as seções "3. Informações Financeiras Seleccionadas" e "10. Comentários dos Diretores" nas páginas 130 e 229, respectivamente, do Formulário de Referência.

BNDESPAR	Em 31 de dezembro					
	2011		2010		2009	
	(Em R\$ mil, exceto percentuais)					
Endividamento	2.402.600	8,0%	3.201.313	8,1%	3.177.753	9,0%
Obrigações por Emissão de Debêntures	955.897	3,2%	306.224	0,8%	62.012	0,2%
Repasses de Curto Prazo	46.106	0,1%	872.280	2,2%	281.394	0,8%
BNDES	46.106	0,1%	872.280	2,2%	281.394	0,8%
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.400.597	4,7%	2.022.809	5,1%	2.834.347	8,0%
Endividamento de Longo Prazo	27.485.043	92,0%	36.120.164	91,9%	32.220.954	91,0%
Obrigações por Emissão de Debêntures	4.822.300	16,1%	5.693.542	14,5%	3.537.237	10,0%
Repasses de Longo Prazo	11.588.225	38,8%	13.403.679	34,1%	8.950.808	25,3%
BNDES	8.703.375	29,1%	10.819.150	27,5%	6.596.289	18,6%
Tesouro Nacional	2.884.850	9,7%	2.584.529	6,6%	2.354.519	6,7%
Outras Obrigações de Longo Prazo	11.074.518	37,1%	17.022.943	43,3%	19.732.909	55,7%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	29.887.643	100,0%	39.321.477	100,0%	35.398.707	100,0%
Capital Social	57.428.861	71,1%	46.304.356	53,5%	30.704.356	41,9%
Aumento de Capital em Curso	2.947.631	3,6%	5.124.505	5,9%	5.124.505	7,0%
Reservas de Capital	92.993	0,1%	92.993	0,1%	92.993	0,1%
Reservas de Lucros	3.205.307	4,0%	5.776.729	6,7%	947.373	1,3%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.095.848	21,2%	29.203.362	33,8%	34.341.912	46,8%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	2.143.370	2,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80.770.640	100,0%	86.501.945	100,0%	73.354.509	100,0%
Alavancagem (Endividamento de Curto Prazo e Longo Prazo / Patrimônio Líquido)	37,0%		45,5%		48,3%	

As obrigações por empréstimos e repases estão representadas principalmente por contratos de mútuo firmados com o BNDES. Por atuar como braço de participações societárias do BNDES, este repassa à BNDESPAR os recursos necessários à execução de seu objetivo social.

Os contratos entre o BNDES e a BNDESPAR são firmados nas moedas e taxas necessárias para manter o equilíbrio cambial e financeiro da BNDESPAR. Os riscos de descasamento são assumidos e administrados diretamente pelo BNDES.

Capacidade de Pagamento

A Emissora pretende pagar o montante principal de sua dívida de curto e longo prazo, inclusive as Debêntures, e os juros incidentes com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa e de captações no mercado. Para obter informações sobre a capacidade de pagamento da BNDESPAR, vide as seções "3. Informações Financeiras Seleccionadas" e "10. Comentários dos Diretores – Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos" nas páginas 128 e 229, respectivamente, do Formulário de Referência.

Demonstrativo do Custo da Oferta

A tabela abaixo indica o custo total estimado para a Emissora da Oferta, considerando o valor total da oferta de R\$2.000.000.000,00:

Comissões e Taxas	Montante (R\$)	Valor por Debênture (R\$)	Proporção em Relação ao Valor Total da Oferta (%)
Comissão de Coordenação	4.200.000,00	2,10	0,21%
Comissão de Colocação (Oferta Institucional)	3.541.571,00	1,77	0,22%
Comissão de Colocação (Oferta de Varejo)	3.901.950,00	1,95	1,00%
Consultores Legais arcado pelos Coordenadores	250.000,00	0,13	0,01%
Taxa de Registro junto à CVM	248.610,00	0,12	0,01%
Taxa de Registro junto à ANBIMA	62.640,00	0,03	0,00%
Despesas com publicação (estimada)	474.791,76	0,24	0,02%
Despesas com <i>road show</i>	18.657,00	0,01	0,00%
Despesas com auditores independentes	23.980,00	0,01	0,00%
Despesas com agente fiduciário (1)	6.000,00	0,00	0,00%
Despesas com banco mandatário e instituição escrituradora (1)	15.600,00	0,01	0,00%
Outras Despesas Estimadas (arcadas ou reembolsadas pela Emissora) (2)	1.123.790,00	0,56	0,06%
Total de Comissões e Despesas	13.867.589,76	6,93	0,69%

A tabela abaixo indica o custo estimado para a Emissora da Oferta por Debênture.

	Valor Nominal Unitário	Custo da Distribuição	Valor Líquido⁽³⁾
Por Debênture	R\$1.000,00	R\$6,93	R\$993,07

(1) Anuidade

(2) Inclui campanha publicitária, serviços de *call center* e outros

(3) Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO 1** - Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão
- ANEXO 2** - Decisões da Diretoria do BNDES, Acionista Único da BNDESPAR
- ANEXO 3** - Súmula da Classificação de Risco das Debêntures
- ANEXO 4** - Declaração da Emissora nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- ANEXO 5** - Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 1

Escritura de Emissão e Aditamento à Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEXTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

Pelo presente instrumento particular:

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Conjunto I, Bloco J, 12º e 13º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.383.281/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e,

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 3.7(i) abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 3.7(ii) abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido na Cláusula 3.7(iii) abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("Escritura de Emissão"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO PROGRAMA E DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão (conforme definido abaixo) e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações abaixo, que aprovaram, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"), (a) o arquivamento do terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, de emissão da Emissora, no valor de até R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a realização da sexta emissão (sendo a segunda emissão no âmbito do Programa de Distribuição), pela Emissora, de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com as



Sabrina Mattos Cordeira
Advogada

demaís características indicadas nesta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública ("Oferta"):

- (i) reunião da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") realizada em 21 de setembro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1717/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") em 7 de outubro de 2010 e publicada no Diário Oficial da União ("DOU"), em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010;
- (ii) reunião da Diretoria do BNDES realizada em 14 de outubro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1771/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010;
- (iii) reunião da Diretoria do BNDES realizada em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012;
- (iv) parecer do conselho fiscal n.º 03/2010, datado de 20 de setembro de 2010; e
- (v) parecer do conselho fiscal n.º 01/2012, datado de 23 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Deliberações Societárias

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 1717/2010-BNDES) realizada em 21 de setembro de 2010 foi arquivada na JCDF em 7 de outubro de 2010 e publicada no DOU, em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010.

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 1771/2010-BNDES) realizada em 14 de outubro de 2010 foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010.

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 83/2012-BNDES) realizada em 24 de janeiro de 2012 foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012.

2.2. Inscrição desta Escritura de Emissão

Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JCDF.


Saurina Mattos Centeira
Advogada

2.3. Registro pela CVM

A Oferta será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para Distribuição no Mercado Primário

As Debêntures serão registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio (i) do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") e as Debêntures custodiadas e registradas no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; e (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tais sistemas.

2.5. Registro para Negociação Secundária

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) da Plataforma de Negociação Eletrônica – CetipNet ("CetipNet"), administrada e operacionalizada pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, e, ressalvado o disposto na parte final desta Cláusula, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros. As Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, sendo admitidas negociações cursadas fora do ambiente de negociação eletrônica CetipNet, devendo as negociações ser liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND.

2.6. Registro pela ANBIMA

A Oferta será registrada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") (i) na forma e prazo previstos no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA") e (ii) no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa", de 1º de outubro de 2011 ("Código ANBIMA de Renda Fixa").

 **BNDES**


Sabrina Mattos Cortes
Advogada

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social:

- (i) a realização de operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES;
- (ii) o apoio a empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas e retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade;
- (iii) o apoio ao desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias;
- (iv) contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e
- (v) administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 6ª (sexta) emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a 2ª (segunda) realizada no âmbito do Programa de Distribuição.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo).

3.4. Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples da Sexta Emissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a ser firmado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). Não haverá opção de distribuição parcial, devendo ser cancelada a Emissão em caso de não haver demanda para a totalidade de Debêntures, à remuneração que venha a ser aceita pela Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

 **BNDES**


Sabrina Mattos Cardozo
Advogada

3.5. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.6. Coletas de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)

Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série e, em sendo confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, para definir, de comum acordo com a Emissora (em conjunto, "Procedimento de *Bookbuilding*"):

- (i) a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série, observados os limites previstos na Cláusula 3.7 abaixo; e
- (ii) a Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo) e/ou a Sobretaxa da Segunda Série (conforme definido abaixo) e/ou os Juros da Terceira Série (conforme definido abaixo).

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será aprovado por um membro da Diretoria do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES.

Até o Dia Útil (conforme definido na Cláusula 3.19 abaixo) seguinte ao que for realizado o Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora disponibilizará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (i.e., a quantidade de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série e a Remuneração da Primeira Série e/ou a Sobretaxa da Segunda Série e/ou os Juros da Terceira Série) em sua página na Internet, sendo que, com relação à Remuneração da Primeira Série e/ou à Sobretaxa da Segunda Série e/ou aos Juros da Terceira Série, as informações disponibilizadas poderão, ainda, ser expressas na forma de sobretaxa (*spread*), a ser adicionada à remuneração do instrumento financeiro aplicável, que será usado como parâmetro para a definição da Remuneração, conforme Cláusula 3.12 (e suas subcláusulas) abaixo.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

3.7. Quantidade de Debêntures e Séries

A Emissão será realizada em até três séries, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série não

 BNDES


Sabrina Mattos Cerdas
Advogada

poderá exceder R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) e, consequentemente, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). A existência e a quantidade de cada série será definida no Procedimento de *Bookbuilding* (não havendo possibilidade de distribuição parcial, conforme previsto na Cláusula 3.4 acima), sendo que:

- (i) a primeira série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por, no mínimo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures e, no máximo, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Primeira Série");
- (ii) a segunda série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por, no mínimo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures e, no máximo, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Segunda Série"); e
- (iii) a terceira série se, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, for emitida, será composta por, no mínimo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures e, no máximo, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Terceira Série").

Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série ou às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, em conjunto.

3.8. Forma

As Debêntures terão a forma escritural. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido abaixo), responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

3.9. Espécie

As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária). Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.



Sabrina Mattos Cordata
Advogada

3.10. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2012 ("Data de Emissão").

3.11. Data de Vencimento

A data de vencimento:

- (i) das Debêntures da Primeira Série será 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Primeira Série"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo) até a data do efetivo pagamento;
- (ii) das Debêntures da Segunda Série será 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Segunda Série"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento; e
- (iii) das Debêntures da Terceira Série será 15 de maio de 2019 ("Data de Vencimento da Terceira Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Data de Vencimento"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Terceira Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data do pagamento anterior de Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

3.12. Remuneração

A partir da Data de Subscrição e Integralização, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série farão jus à seguinte remuneração.

3.12.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

3.12.1.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

3.12.1.2. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em

qualquer caso, limitado ao resultado da soma de 0,70% (setenta centésimos por cento) à taxa de juros efetiva anual de ajuste do contrato futuro de taxa média de DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, com vencimento em 2 de janeiro de 2017, código F17, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>) referente à taxa de fechamento na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNe \times [FatorJuros - 1]\}$, onde:

J = Valor da Remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série no final do Período de Capitalização da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série na Data de Subscrição e Integralização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização da Primeira Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização e termina na Data de Vencimento da Primeira Série.

3.12.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

3.12.2.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado.

3.12.2.2. Juros Remuneratórios. Observado o disposto na Cláusula 3.12.2.6 abaixo, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios, em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série (conforme definido abaixo), correspondentes à taxa de juros de referência – TJ3 – 3 meses, com data de apuração indicada na tabela abaixo, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>) ("TJ3"), somada de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a TJ3, "Remuneração da Segunda Série"), breve 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, incidentes cumulativamente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga na Data de Vencimento da Segunda Série. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNe \times [FatorJuros - 1]\}$, onde:

J = Valor Nominal Unitário da Remuneração da Segunda Série devida na Data de Vencimento da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série na Data de Subscrição e Integralização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \prod_{k=1}^n \left\{ \left[\left(\frac{TJ3_k + sobretaxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DJ_k}{252}} \right\}, \text{ onde:}$$

n = número total de Períodos de Capitalização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

$TJ3_k$ = TJ3 para cada Período "k" de Capitalização da Segunda Série, informada com 3 (três) casas decimais;

Sobretaxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

 **BNDES**


Sabino Mattos Cordoba
Advogado

DP_k = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série, para o primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, se "k" for igual a "1" ou (ii) a data de início do Período de Capitalização da Segunda Série se "k" for diferente de "1", e a data de (a) início do Período de Capitalização da Segunda Série seguinte, não inclusive, ou (b) data de cálculo, não inclusive, se a data de cálculo estiver contida no período "n", sendo " DP_k " um número inteiro

Define-se "Período de Capitalização da Segunda Série" o intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016

3.12.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da TJ3, será utilizado, em sua substituição, para apuração da TJ3, o mesmo percentual da última TJ3 divulgada na forma da Cláusula 3.12.2.2 acima, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de juros devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação da TJ3 for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 3.12.2.4. e 3.12.2.5. abaixo.

3.12.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da TJ3 às Debêntures da Segunda Série ("Evento da TJ3"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento da TJ3, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo) (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série a ser proposto pela Emissora.

 BNDES


Sabrina Mouton Candeia
Advogada

3.12.2.5. Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures da Segunda Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

3.12.2.6. O Agente Fiduciário deverá, na data de início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, disponibilizar, em sua página na Internet, a Remuneração da Segunda Série para o respectivo Período de Capitalização da Segunda Série, sem necessidade de realização de aditamento a esta Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

3.12.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série

3.12.3.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente ("Atualização Monetária da Terceira Série"). A Atualização Monetária da Terceira Série será paga na Data de Vencimento da Terceira Série com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$VNa = VNe \times C$, onde:

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{360}{360}} \right], \text{ onde:}$$

 **BNDES**


Sabrina Mutton Cardoso
Advogada

n = número total de índices considerados na atualização das Debêntures da Terceira Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Terceira Série, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a data de aniversário anterior, para os demais meses, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preços, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a data de aniversário anterior e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Os fatores resultantes das expressões $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês. Caso o dia 15 (quinze) de cada mês não seja Dia Útil, prorroga-se a data para o primeiro Dia Útil subsequente.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

3.12.3.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, para apuração do fator "C", o mesmo percentual do último IPCA divulgado, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Terceira Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 3.12.3.1.2 e 3.12.3.1.3 abaixo.

3.12.3.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às Debêntures da Terceira Série ("Evento do IPCA"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento do IPCA, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série (conforme

definido na Cláusula 7.1 abaixo) (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série a ser proposto pela Emissora.

3.12.3.1.3. Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures da Terceira Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Remuneração da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

3.12.3.2. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,70% (setenta centésimos por cento) somado à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B com vencimento em 15 de agosto de 2020, que deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Terceira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, "Remuneração da Terceira Série", e a Remuneração da Terceira Série, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração"). Os Juros da Terceira Série serão pagos em 15 de maio de 2014, 15 de maio de 2015, 15 de maio de 2016, 15 de maio de 2017, 15 de maio de 2018 e na Data de Vencimento da Terceira Série. Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$, onde:

$J =$ Valor Nominal Unitário dos Juros da Terceira Série devidos no final de cada Período de Capitalização da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$VNa =$ Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros =$ fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right], \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização da Terceira Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização da Terceira Série, ou na data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, no caso dos demais Períodos de Capitalização da Terceira Série, e termina na data de pagamento dos Juros da Terceira Série correspondente ao respectivo Período de Capitalização da Terceira Série. Cada Período de Capitalização da Terceira Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.12.3.3. O Agente Fiduciário deverá, em cada data de aniversário da Terceira Série, disponibilizar, em sua página na Internet, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, sem necessidade de realização de aditamento a esta Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série.

3.13. Preço de Subscrição e Integralização

3.13.1. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

3.13.2. Não incidirá Remuneração entre a Data de Emissão e a Data de Subscrição e Integralização.

3.14. Aumento da Oferta

3.14.1. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 300.000 (trezentas mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela

Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de publicação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série.

3.14.2. A Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures adicionais, com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início ("Debêntures Adicionais"). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série.

3.14.3. Caso ocorra o aumento na quantidade originalmente ofertada, conforme previsto na(s) Cláusula(s) 3.14.1 e/ou 3.14.2 acima, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas.

3.15. Recompra Obrigatória

Observado o disposto nas Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2 abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º;
- b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

3.15.1 A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.15 acima, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 3.22 abaixo, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escriutadora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

 **BNDES**


Sabrina Mendes Cordeira
Advogada

- a) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula 3.15 acima;
- b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

3.15.2 O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula 3.15 acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

3.16. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados: (i) à complementação e/ou reforço de seu orçamento de investimentos, na subscrição de valores mobiliários em ofertas públicas ou privadas (ações, debêntures simples ou conversíveis), não tendo a Emissora como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características das aquisições que venham a ser negociadas pela Emissora, de acordo com seu objeto social; e (ii) à complementação e/ou reforço do caixa da Emissora, a serem utilizados no curso regular de seus negócios.

3.17. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

3.18. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e/ou Instituição Escrituradora, para os titulares das Debêntures que não estejam vinculadas à BM&FBOVESPA ou à CETIP.



Sabrina Milton Curdeira
Advogada

3.19. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Para os fins desta Escritura de Emissão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja um sábado, domingo ou feriado nacional.

3.20. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.21. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.20 acima, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

3.22. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Valor Econômico", no boletim oficial da bolsa de valores e entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

3.23. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Escriutadora e ao Banco Mandatário, no endereço que esta indicar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção

tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.24. Banco Mandatário e Instituição Escriuradora

A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", sendo que essa definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriuradora", sendo que essa definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Escriuradora na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

3.25. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

Av. República do Chile 100, sala 514

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Selmo Aronovich

Superintendente da Área Financeira do BNDES

Telefone: (21) 2172-7528

Fac-símile: (21) 2172-6228

E-mail: selmo@bnades.gov.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 04

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

 **BNDES**


Sabrina Mattos Córdova
Advogada

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Back Office)
Srta. Nathalia Machado (Jurídico)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br
juridico@pentagonotrustee.com.br

CLÁUSULA IV - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, desde que observando o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição e manutenção em tesouraria de mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até 30 de abril de 2014.

4.1.1. A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures, devendo a aquisição ser feita prioritariamente por meio da CetipNet e/ou do BOVESPAFIX.

4.1.2. Somente após 30 de abril de 2014, a Diretoria da Emissora poderá aprovar o cancelamento das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

4.2. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.3. Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

4.4. Vencimento Antecipado

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 4.4.1 e 4.4.2 abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, junto à Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, bem como encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da data de pagamento da Remuneração anterior, quando cabível, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de aut falência formulado pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora;

b) não cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão devidas nas respectivas datas de vencimento, exceto se tal fato decorrer de

(i) determinação judicial ou (ii) problemas operacionais, ligados à BM&FBOVESPA ou à CETIP ou à Instituição Escrituradora (para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA ou à CETIP), não sanados em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de sua ocorrência, desde que devidamente comprovado pela Emissora;

c) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;

d) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas desta Emissão;

e) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

f) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, em qualquer documento relativo à Emissão, ou de qualquer informação constante do prospecto definitivo atualizado do Programa de Distribuição, incluindo o Formulário de Referência e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), do suplemento preliminar da Emissão e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações ("Suplemento Preliminar") e/ou do suplemento definitivo da Emissão e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações ("Suplemento Definitivo" e, em conjunto com o Suplemento Preliminar, "Suplementos") que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

g) alienação ou transferência de um ou mais ativos da Emissora que, descontados os valores relativos às aquisições ocorridas entre o término do exercício anterior e a data de tal alienação ou transferência, representem em conjunto ou individualmente redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais do ativo total da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada. O cômputo desta alienação deve considerar o valor contábil de tais ativos quando de sua alienação ou transferência;

h) alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures, bem como a transformação da Emissora de sociedade por ações em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

 **BNDES**


Sabrina Mattos Cardozo
Advogada

i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento;

j) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora de valor igual ou superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se: (i) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora (1) que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou, (2) houver impedimento legal que a impeça de sanar a causa do referido vencimento antecipado e que não tenha ocorrido o vencimento antecipado de qualquer outra dívida contraída no País e cujo cumprimento da obrigação de pagamento também deva ser executado no País, com quaisquer terceiros, em decorrência do vencimento antecipado em referência, ou (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência, especificamente para os casos em que seja necessária a obtenção de qualquer aprovação de autoridade governamental para permitir que a Emissora efetue referido pagamento, a Emissora comprove que obteve referida aprovação e sanou tal evento; e/ou

k) não cumprimento da obrigação prevista na Cláusula 3.15 acima.

4.4.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (i) e (j) da Cláusula 4.4 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

4.4.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (c), (d), (e), (f), (g), (h) e (k) da Cláusula 4.4 acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento.

4.4.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.4.2 acima poderá, por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.4.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto se os trabalhos da referida Assembleia Geral de Debenturistas tiverem sido suspensos para reabertura em nova data.

 **BNDES**


Sabrina Mattos Coutinho
Advogada

4.4.5. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas das assembleias relativas à operação.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a) encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:
 - a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento das disposições da presente Escritura de Emissão;
 - a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;
 - a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.22 acima;
 - a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
 - a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;
 - a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Vencimento;
 - a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.4 acima, imediatamente após a sua ocorrência;



Sabrina Mattos Cordoba
Advogada

a.8) retransmitir, em até um Dia Útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na Cláusula 6.4 abaixo, alínea (f);

- b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e, 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas;
- c) convocar, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- d) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- g) estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- i) tomar todas as medidas necessárias para:
 - i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do respectivo objeto social;
 - i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios;
 - i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras.
- j) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;

- k) manter perante companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, os seguros relevantes para a manutenção de sua atividade principal;
- l) informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- m) informar a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o seu valor e a data de pagamento de todos e quaisquer rendimentos a elas referentes;
- n) manter contratada agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o seu vencimento;
- o) encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea (n) anterior;
- p) estabelecer, em conjunto com os Coordenadores da distribuição pública das Debêntures, os critérios de distribuição/colocação do lote que será destinado para distribuição pulverizada no varejo; e
- q) decidir, em conjunto com os Coordenadores, se haverá ou não aumento na oferta para a presente Emissão de Debêntures, na forma da Cláusula 3.14 acima.

CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

6.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:



Sabrina Mattos Cordeira
Advogada

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g) que esta Escritura de Emissão contém obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28");
- i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- k) atua, também, como agente fiduciário das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quinta emissão da Emissora, no valor total de R\$2.025.000.000,00 (dois bilhões, vinte e cinco milhões), composta por 2.025.000 (dois milhões, vinte e cinco mil) debêntures, em três séries, sendo que a primeira série é composta por 500.000 (quinhentos mil) debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, a segunda série é composta por 1.000.000 (um milhão) de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, e a terceira série é composta por 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo havido qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento até o momento.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

6.3. Substituição

6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, ou pela CVM.

6.3.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

6.3.3. A remuneração do novo Agente Fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.3.7 abaixo.

6.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.3.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

6.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

6.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou, no caso do Agente Fiduciário substituto, de eventual aditamento em que for nomeado como substituto do Agente Fiduciário para exercer a função. O Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou, caso não seja substituído, até o que ocorrer por último entre a Data de Vencimento das Debêntures ou o integral e regular pagamento das Debêntures.

6.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JCDF, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- j.1) enviar à Emissora com até 3 (três) dias após a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas, nas situações em que a convocação seja realizada pelo Agente Fiduciário;
- k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

k.1) enviar à Emissora, 2 (dois) Dias Úteis após a data de encerramento de cada Assembleia Geral de Debenturistas cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas, quando a convocação for realizada pelo Agente Fiduciário ou quando da ausência da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas;

l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

l.8) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea (l) aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

BNDES


Sabrina Mello Cordal
Advogada

m.3) na CVM;

m.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e

m.5) na instituição líder da colocação das Debêntures;

- n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório de que trata a alínea (l) se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (m);
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, a BM&FBOVESPA e a CETIP;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.22 acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1) à CVM;

q.2) à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP; e

q.3) ao Banco Central do Brasil; e

- r) fazer a Emissora cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 5.1 acima, alíneas (n) e (o), e, ainda, de encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) objeto da atualização.

6.5. Atribuições Específicas

6.5.1. Sem prejuízo das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.5.2. Ressalvadas as disposições contidas na cláusula 4.4, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 6.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem a unanimidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a unanimidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e de Debenturistas da Terceira Série que representem a unanimidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) da Cláusula 6.5.1 acima.

6.6. Remuneração

6.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), a primeira a ser paga 5 (cinco) dias após a obtenção do registro da Oferta na CVM e as demais, no mesmo dia nos 5 (cinco) anos seguintes;
- b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento (exceto em relação ao primeiro pagamento, que deverá observar uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias), sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- c) As remunerações previstas nas alíneas anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IPCA, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela, conforme descrito na alínea (a) acima, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas pro rata dia se necessário;

 **BNDES**

Sabrina Mattos Oestrela
Advogada

- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação e no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da documentação comprobatória de tais despesas. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e
- h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.6.2. Em caso de sua substituição, o Agente Fiduciário se obriga a restituir à Emissora parte da remuneração anual correspondente aos meses em que não mais desempenhará as funções aqui descritas.

 **BNDES**


Sabrina Mattos Cordoba
Advogada

CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

A assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série"), a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série") e a assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, "Assembleia Geral de Debenturistas") pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e por Debenturistas da Terceira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

7.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.2. Quorum de Instalação

A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou de Debenturistas da Terceira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.2.1. Para os efeitos da presente Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação", "Debêntures da Segunda Série em Circulação" e "Debêntures da Terceira Série em Circulação", respectivamente, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

7.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série ou ao Debenturista da Terceira Série, conforme o caso, eleito, na Assembleia Geral de Debenturistas, pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o

caso, presentes ao referido conclave ou àquele que for designado pela CVM. O papel de secretário da assembleia será do Agente Fiduciário, estando este encarregado da redação das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, observado que alterações na Remuneração (exceto pelo disposto nas Cláusulas 3.12.2.5 e 3.12.3.1.3) e/ou as Datas de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão deverão contar com aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:
 - b.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - b.2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
 - b.3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

 **BNDES**


Sabrina Mattos Cordisira
Advogada

- c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações válidas e eficazes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) o Prospecto Definitivo e os Suplementos contêm e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- f) as declarações contidas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora e ao BNDES são verdadeiras nas respectivas datas em que foram dadas e não são enganosas, incorretas, insuficientes ou inverídicas;
- g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora, foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas do Prospecto Definitivo e dos Suplementos, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Definitivo e nos Suplementos cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo ou dos Suplementos, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- i) as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora, são verdadeiros, completos, suficientes e verídicos;
- j) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao exercício social imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- k) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- l) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

- m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. Divisão

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.3. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

9.4. Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.5. Resolução de Conflitos

9.5.1. Observado o disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas e quaisquer dúvidas e controvérsias que porventura vierem a surgir em relação aos termos e condições desta Escritura de Emissão serão resolvidas por arbitragem de direito, de acordo com o previsto na presente Escritura e na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e alterações posteriores ("Lei da Arbitragem"), cuja decisão será imediatamente acatada pela Emissora e Debenturistas, estes representados pelo Agente Fiduciário.

 **BNDES**


Sabrina Mattos Cordora
Advogada

9.5.2. A arbitragem não será admitida caso o regulamento a que esta esteja sujeita prejudique, por qualquer forma, o fornecimento de informações pela Emissora ao Tribunal de Contas da União, conforme exigido nos termos do artigo 70 e seguintes da Constituição Federal, ou outros órgãos de controle a que a Emissora estiver sujeita. A menos que expressamente acordado com a Emissora, todas as decisões em procedimentos arbitrais deverão ser proferidas com base exclusivamente em direito (arbitragem de direito), nos termos do artigo 2º da Lei da Arbitragem.

9.5.3. A arbitragem será conduzida perante e administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instalada pela BM&FBOVESPA ("CAM"), e caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na CAM, de acordo com os procedimentos de BM&FBOVESPA ("Tribunal Arbitral").

9.5.3.1. Cada parte indicará um árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes. Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CAM.

9.5.4. A parte vencida deverá pagar à parte vencedora as despesas da arbitragem e os honorários advocatícios arbitrados pela CAM. Caso haja sucumbência parcial de ambas as partes, caberá à CAM definir a proporção da responsabilidade de cada vencido. As partes concordam que, no caso de realização de acordo para extinção do processo, as despesas da arbitragem serão custeadas igualmente pelas partes, sendo certo que cada parte arcará com os honorários de seus patronos.

9.5.5. Sem prejuízo do disposto acima, qualquer das partes poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do conflito à arbitragem, observado o disposto na Lei da Arbitragem a esse respeito.

 **BNDES**

Sabrina Mattos Cerdas
Advogada

9.6. Foro

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o exercício do direito de ação previsto no artigo 33 da Lei da Arbitragem, para a proposição de medidas cautelares conforme previsto na Cláusula 9.5.5 acima e para a execução de sentença arbitral e das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

 **BNDES**

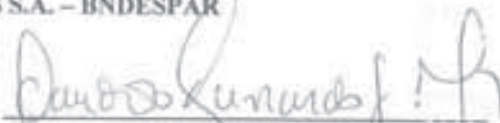

Gabriela Mattos Cerdas
Advogada

Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, celebrado em 1º de março de 2012, entre BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 1/3.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR



Nome:
Cargo: Luciane Coutinho
Diretor-Presidente



Nome:
Cargo: Claudio Bernardo G. Moraes
Diretor Substituto

 **BNDES**


Setina Mattos Cordoba
Advogada

Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 1º de março de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor

 BNDES


Sabina Mattos Cordeiro
Advogada

Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, celebrado em 1º de março de 2012, entre BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Renata Henriquez Ordinali
Nome: RENATA HENRIQUES ORDINALI
Id.: 12081871-1, SP/RS
CPF: 091.163.967-58

Julia de Oliveira Magalhães
Nome: JULIA DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Id.: 117961169
CPF: 092.191-327-37



 **BNDES**


Sabrina Mattos Cordata
Advogada

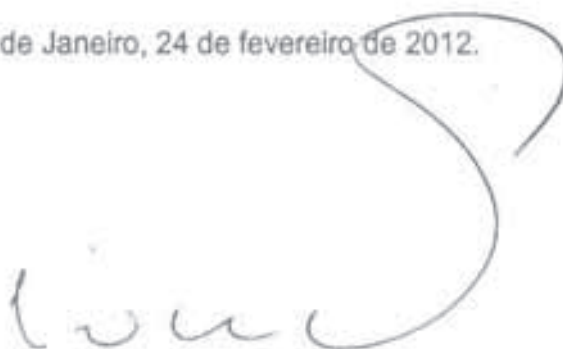
Portaria DPRESI nº 010/2012 – BNDESPAR

O Diretor-Presidente da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso VIII, do Estatuto Social, consolidado pela Decisão da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Acionista Único da Empresa, nº Dir. 149/2002, de 11/03/2002, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Designar CLAUDIO BERNARDO GUIMARÃES DE MORAES, Superintendente da Área de Operações Indiretas – AOI, para substituir o Diretor Mauricio Borges Lemos no período de 24/02 a 02/03/2012.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2012.



LUCIANO COUTINHO
Diretor-Presidente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEXTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

Pelo presente instrumento particular:

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Conjunto 1, Bloco J, 12º e 13º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.383.281/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e,

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 3.7(i) abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 3.7(ii) abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série"), dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido na Cláusula 3.7(iii) abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, "Debenturistas";

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

CONSIDERANDO que:

- (A) em 1º de março de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR" ("Escritura de Emissão Original");
- (B) conforme previsto na Escritura de Emissão Original, houve a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), pelo qual foi definida:
- (i) a emissão das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Escritura de Emissão Original), das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão Original), das Debêntures da Terceira Série (conforme definido na Escritura de Emissão Original);

BNDES


Renata Henriques Cardinal
Advogada

- (ii) a emissão de (a) 409.000 (quatrocentas e nove mil) Debêntures da Primeira Série (não tendo havido emissão de Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) ou de Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo)); (b) 302.000 (trezentas e duas mil) Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (não tendo havido emissão de Debêntures Suplementares ou de Debêntures Adicionais); e (c) 1.289.000 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil) Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo) (não tendo havido emissão de Debêntures Suplementares ou de Debêntures Adicionais);
 - (iii) a Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), correspondente a juros prefixados de 11,169% ao ano, a Sobretaxa da Segunda Série (conforme definido abaixo), correspondente a juros prefixados de 0,55% ao ano e os Juros da Terceira Série (conforme definido abaixo), correspondente a juros prefixados de 5,3999% ao ano;
 - (iv) a Diretoria do BNDES (conforme definido abaixo), em reunião realizada em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES, delegou a um de seus membros poderes para a aprovação final do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, que, por sua vez, aprovou os termos acima previstos;
- (C) as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série foram registradas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), sendo que, com o intuito de fomentar o mercado de renda fixa de longo prazo, foi concedida pela ANBIMA, em caráter excepcional e exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, a dispensa parcial do requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, sendo admitida a participação individual máxima de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da referida série; consequentemente, em caráter excepcional, tal fato não ensejará a hipótese de recompra das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto no Código ANBIMA de Renda Fixa; e
- (D) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão Original para refletir (i) o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a dispensa concedida pela ANBIMA nos termos do considerando (C) acima;

resolvem aditar e consolidar a Escritura de Emissão Original, que, nos termos deste "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR" ("Escritura de Emissão"), passa a vigorar de acordo com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA I – DO PROGRAMA E DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão (conforme definido abaixo) e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações abaixo, que aprovaram, nos termos da Instrução da


Renata Henriques Cardinalli
Advogada

CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"), (a) o arquivamento do terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, de emissão da Emissora, no valor de até R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a realização da sexta emissão (sendo a segunda emissão no âmbito do Programa de Distribuição), pela Emissora, de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com as demais características indicadas nesta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública ("Oferta");

- (i) reunião da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") realizada em 21 de setembro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1717/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF") em 7 de outubro de 2010 e publicada no Diário Oficial da União ("DOU"), em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010;
- (ii) reunião da Diretoria do BNDES realizada em 14 de outubro de 2010, conforme Decisão n.º Dir. 1771/2010-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010;
- (iii) reunião da Diretoria do BNDES realizada em 24 de janeiro de 2012, conforme Decisão n.º Dir. 83/2012-BNDES, cuja ata foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012;
- (iv) parecer do conselho fiscal n.º 03/2010, datado de 20 de setembro de 2010; e
- (v) parecer do conselho fiscal n.º 01/2012, datado de 23 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Deliberações Societárias

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 1717/2010-BNDES) realizada em 21 de setembro de 2010 foi arquivada na JCDF em 7 de outubro de 2010 e publicada no DOU, em 29 de outubro de 2010, e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", em 28 de outubro de 2010.

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 1771/2010-BNDES) realizada em 14 de outubro de 2010 foi arquivada na JCDF em 5 de novembro de 2010 e publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 17 de novembro de 2010.




Renata Henriques Cardinali
Advogada

A ata da Decisão de Diretoria do BNDES (Decisão n.º Dir 83/2012-BNDES) realizada em 24 de janeiro de 2012 foi arquivada na JCDF em 10 de fevereiro de 2012 e foi publicada no DOU e na edição nacional do jornal "Valor Econômico" em 22 de fevereiro de 2012.

2.2. Inscrição desta Escritura de Emissão

Esta Escritura de Emissão foi inscrita na JCDF em 15 de março de 2012, e seus aditamentos serão inscritos na JCDF.

2.3. Registro pela CVM

A Oferta será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para Distribuição no Mercado Primário

As Debêntures serão registradas para distribuição pública, no mercado primário, por meio (i) do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") e as Debêntures custodiadas e registradas no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; e (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, observadas, ainda, as normas e os procedimentos de operacionalização de tais sistemas.

2.5. Registro para Negociação Secundária

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) da Plataforma de Negociação Eletrônica – CetipNet ("CetipNet"), administrada e operacionalizada pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso, e, ressalvado o disposto na parte final desta Cláusula, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros. As Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, sendo admitidas negociações cursadas fora do ambiente de negociação eletrônica CetipNet, devendo as negociações ser liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas e registradas no SND.

BNDES


Renata Henriques Cardinall
Advogada

2.6. Registro pela ANBIMA

A Oferta será registrada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") (i) na forma e prazo previstos no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA") e (ii) no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa", de 1º de outubro de 2011 ("Código ANBIMA de Renda Fixa").

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social:

- (i) a realização de operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES;
- (ii) o apoio a empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas e retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade;
- (iii) o apoio ao desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias;
- (iv) contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e
- (v) administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 6ª (sexta) emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a 2ª (segunda) realizada no âmbito do Programa de Distribuição.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

 **BNDES**


Renata Henriques Cardina
Advogada

3.4. Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples da Sexta Emissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, firmado em 4 de abril de 2012 entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). Não haverá opção de distribuição parcial, devendo ser cancelada a Emissão em caso de não haver demanda para a totalidade de Debêntures, à remuneração que venha a ser aceita pela Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

3.5. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.6. Coletas de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)

Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, tendo sido definidas, em comum acordo com a Emissora, a emissão das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série e (em conjunto, "Procedimento de *Bookbuilding*"):

- (i) a quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série e de Debêntures da Terceira Série, nos termos da Cláusula 3.7 abaixo; e
- (ii) a Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), a Sobretaxa da Segunda Série (conforme definido abaixo) e os Juros da Terceira Série (conforme definido abaixo).

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi aprovado por um membro da Diretoria do BNDES, por delegação expressa de poderes aprovada pela Diretoria do BNDES.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

3.7. Quantidade de Debêntures e Séries

A Emissão será realizada em três séries, sendo que:

- (i) a primeira série é composta por 409.000 (quatrocentas e nove mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série");



Renata Henriques Cardinalli
Advogada

- (ii) a segunda série é composta por 302.000 (trezentas e duas mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série"); e
- (iii) a terceira série é composta por 1.289.000 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil) Debêntures ("Debêntures da Terceira Série").

Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série ou às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, em conjunto.

3.8. Forma

As Debêntures terão a forma escritural. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escriutadora (conforme definido abaixo), responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

3.9. Espécie

As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária). Desse modo, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

3.10. Data de Emissão


Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2012 ("Data de Emissão").

3.11. Data de Vencimento

A data de vencimento:

- (i) das Debêntures da Primeira Série será 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Primeira Série"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo) até a data do efetivo pagamento;

 **BNDES**


Ronata Henriques Cardinalli
Advogada

- (ii) das Debêntures da Segunda Série será 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento da Segunda Série"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data do efetivo pagamento; e
- (iii) das Debêntures da Terceira Série será 15 de maio de 2019 ("Data de Vencimento da Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Data de Vencimento"), data em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures da Terceira Série em Circulação (conforme definido na Cláusula 7.2.1 abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data do pagamento anterior de Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

3.12. Remuneração

A partir da Data de Subscrição e Integralização, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série farão jus à seguinte remuneração.

3.12.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

3.12.1.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

3.12.1.2. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 11,169% por cento) ao ano, conforme definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNe \times [FatorJuros - 1]\}$, onde:

J = Valor da Remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série no final do Período de Capitalização da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série na Data de Subscrição e Integralização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



Renata Henriques Cardinoff
Advogada

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = 11,169;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização da Primeira Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização e termina na Data de Vencimento da Primeira Série.

3.12.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

3.12.2.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado.

3.12.2.2. Juros Remuneratórios. Observado o disposto na Cláusula 3.12.2.6 abaixo, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios, em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série (conforme definido abaixo), correspondentes à taxa de juros de referência – TJ3 – 3 meses, com data de apuração indicada na tabela abaixo, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros), disponível em sua página na Internet (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/cotacoes/boletim-diario/BoletimDiario.asp>) ("TJ3"), somada de sobretaxa equivalente 0,55% ao ano, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a TJ3, "Remuneração da Segunda Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos em cada um dos Períodos de Capitalização da Segunda Série, incidentes cumulativamente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga na Data de Vencimento da Segunda Série. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNe \times [\text{FatorJuros} - 1]\}$, onde:

J = Valor Nominal Unitário da Remuneração da Segunda Série devida na Data de Vencimento da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

BNDES


Renata Henriques Cardinali
Advogada

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série na Data de Subscrição e Integralização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \prod_{k=1}^n \left\{ \left[\left(\frac{TJ3_k + \text{sobretaxa}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DP_k}{252}} \right\}, \text{ onde:}$$

n = número total de Períodos de Capitalização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

TJ3_k = TJ3 para cada Período "k" de Capitalização da Segunda Série, informada com 3 (três) casas decimais;

Sobretaxa = 0,55; e

DP_k = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série, para o primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, se "k" for igual a "1" ou (ii) a data de início do Período de Capitalização da Segunda Série se "k" for diferente de "1", e a data de (a) início do Período de Capitalização da Segunda Série seguinte, não inclusive, ou (b) data de cálculo, não inclusive, se a data de cálculo estiver contida no período "n", sendo "DP_k" um número inteiro

Define-se "Período de Capitalização da Segunda Série" o intervalo de tempo entre o início e o término de cada um dos períodos indicados na tabela abaixo, sendo que cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade:

Período de Capitalização da Segunda Série	Início do Período de Capitalização	Término do Período de Capitalização	Data-Base de Apuração da TJ3
1	Data de Subscrição e Integralização	30/06/2012	Data do Procedimento de Bookbuilding
2	01/07/2012	30/9/2012	02/07/2012
3	01/10/2012	31/12/2012	01/10/2012
4	01/01/2013	31/3/2013	02/01/2013
5	01/04/2013	30/06/2013	01/04/2013
6	01/07/2013	30/9/2013	01/07/2013
7	01/10/2013	31/12/2013	01/10/2013
8	01/01/2014	31/3/2014	02/01/2014
9	01/04/2014	30/06/2014	01/04/2014
10	01/07/2014	30/9/2014	01/07/2014
11	01/10/2014	31/12/2014	01/10/2014
12	01/01/2015	31/3/2015	02/01/2015
13	01/04/2015	30/06/2015	01/04/2015
14	01/07/2015	30/9/2015	01/07/2015
15	01/10/2015	31/12/2015	01/10/2015
16	01/01/2016	31/3/2016	04/01/2016
17	01/04/2016	30/06/2016	01/04/2016



Renata Henriques Cardinell
Advogada

3.12.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da TJ3, será utilizado, em sua substituição, para apuração da TJ3, o mesmo percentual da última TJ3 divulgada na forma da Cláusula 3.12.2.2 acima, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de juros devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação da TJ3 for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 3.12.2.4. e 3.12.2.5. abaixo.

3.12.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da TJ3 às Debêntures da Segunda Série ("Evento da TJ3"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento da TJ3, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo) (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série a ser proposto pela Emissora.

3.12.2.5. Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures da Segunda Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

3.12.2.6. O Agente Fiduciário deverá, na data de início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, disponibilizar, em sua página na Internet, a Remuneração da Segunda Série para o respectivo Período de Capitalização da Segunda Série, sem necessidade de realização de aditamento a esta Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série.

3.12.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série

3.12.3.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), desde a Data de Subscrição e Integralização até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série automaticamente ("Atualização Monetária da Terceira Série"). A Atualização Monetária da Terceira Série será paga na Data de Vencimento da Terceira Série com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

BNDES

Renata Henriques Cardinelli
Advogada

$VNa = VNe \times C$, onde:

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}} \right], \text{ onde:}$$

n = número total de índices considerados na atualização das Debêntures da Terceira Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Terceira Série, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a data de aniversário anterior, para os demais meses, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preços, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a data de aniversário anterior e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Os fatores resultantes das expressões $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês. Caso o dia 15 (quinze) de cada mês não seja Dia Útil, prorroga-se a data para o primeiro Dia Útil subsequente.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

3.12.3.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, para apuração do fator "C", o mesmo percentual do último IPCA divulgado, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Terceira Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 3.12.3.1.2 e 3.12.3.1.3 abaixo.

3.12.3.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IPCA às Debêntures da Terceira Série ("Evento do IPCA"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do Evento do IPCA, realizar Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo) (modos e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, dos novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série a ser proposto pela Emissora.

3.12.3.1.3. Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros de remuneração das Debêntures da Terceira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Terceira Série representando, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) do total das Debêntures da Terceira Série em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Remuneração da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento anterior dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

3.12.3.2. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros prefixados, correspondentes a 5,3999% ao ano, definido no Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da Terceira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, "Remuneração da Terceira Série", e a Remuneração da Terceira Série, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, "Remuneração"). Os Juros da Terceira Série serão pagos em 15 de maio de 2014, 15 de maio de 2015, 15 de maio de 2016, 15 de maio de 2017, 15 de maio de 2018 e na Data de Vencimento da Terceira Série. Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$, onde:

BNDÉS

Renata Henriques Cardinali
Advogada

$J =$ Valor Nominal Unitário dos Juros da Terceira Série devidos no final de cada Período de Capitalização da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$VNa =$ Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros =$ fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

$taxa = 5,3999$; e

$DP =$ número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização ou a data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Define-se "Período de Capitalização da Terceira Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização da Terceira Série, ou na data anterior de pagamento dos Juros da Terceira Série, no caso dos demais Períodos de Capitalização da Terceira Série, e termina na data de pagamento dos Juros da Terceira Série correspondente ao respectivo Período de Capitalização da Terceira Série. Cada Período de Capitalização da Terceira Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.12.3.3. O Agente Fiduciário deverá, em cada data de aniversário da Terceira Série, disponibilizar, em sua página na Internet, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, sem necessidade de realização de aditamento a esta Escritura de Emissão e/ou de Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série.

3.13. Preço de Subscrição e Integralização

3.13.1. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à BM&FBOVESPA ou à CETIP, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

3.13.2. Não incidirá Remuneração entre a Data de Emissão e a Data de Subscrição e Integralização.

3.14. Aumento da Oferta

3.14.1. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 300.000 (trezentas mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de publicação do Anúncio de Início, não tendo havido tal emissão.

3.14.2. A Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures adicionais, com relação à quantidade originalmente prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"), não tendo havido tal emissão.

3.15. Recompra Obrigatória

Observado o disposto nas Cláusulas 3.15.1 e 3.15.2 abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º, observado que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série, não configurará não atendimento ao requisito previsto no artigo 4º, inciso II, do Código ANBIMA de Renda Fixa, caso sejam subscritas e integralizadas Debêntures da Segunda Série por, no mínimo, 10 (dez) investidores, sendo admitida a participação individual máxima de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da referida série;
- b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.




Renata Henriques Cardinali
Advogada

3.15.1 A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.15 acima, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 3.22 abaixo, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- a) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula 3.15 acima;
- b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

3.15.2 O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula 3.15 acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

3.16. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados: (i) à complementação e/ou reforço de seu orçamento de investimentos, na subscrição de valores mobiliários em ofertas públicas ou privadas (ações, debêntures simples ou conversíveis), não tendo a Emissora como determinar o momento em que os recursos serão utilizados, ou os montantes a serem empregados, uma vez que essa determinação dependerá das características das aquisições que venham a ser negociadas pela Emissora, de acordo com seu objeto social; e (ii) à complementação e/ou reforço do caixa da Emissora, a serem utilizados no curso regular de seus negócios.

3.17. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

3.18. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no

 **BNDES**


Renata Henriques Cardinalli
Advogada

BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e/ou Instituição Escriutadora, para os titulares das Debêntures que não estejam vinculadas à BM&FBOVESPA ou à CETIP.

3.19. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Para os fins desta Escritura de Emissão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja um sábado, domingo ou feriado nacional.

3.20. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.21. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.20 acima, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

3.22. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Valor Econômico", no boletim oficial da bolsa de valores e entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

 **BNDES**


Ronata Henriques Cardinalli
Advogada

3.23. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Escriutadora e ao Banco Mandatário, no endereço que esta indicar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.24. Banco Mandatário e Instituição Escriutadora

A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", sendo que essa definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriutadora", sendo que essa definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Escriutadora na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

3.25. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

Av. República do Chile 100, sala 514

20031-917 Rio de Janeiro, RJ

At.: Selmo Aronovich

Superintendente da Área Financeira do BNDES

Telefone: (21) 2172-7528

Fac-símile: (21) 2172-6228

E-mail: selmo@bndes.gov.br

 **BNDES**


Renata Henriques Cardinali
Advogada

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 04
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Back Office)
Srta. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br
juridico@pentagonotrustee.com.br

CLÁUSULA IV - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, desde que observando o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo vedada a aquisição e manutenção em tesouraria de mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série até 30 de abril de 2014.

4.1.1. A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures, devendo a aquisição ser feita prioritariamente por meio da CetipNet e/ou do BOVESPAFIX.

4.1.2. Somente após 30 de abril de 2014, a Diretoria da Emissora poderá aprovar o cancelamento das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

4.2. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.3. Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

4.4. Vencimento Antecipado

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 4.4.1 e 4.4.2 abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, junto à Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, bem como encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e

 **BNDES**




Renata Henriques Cardinali
Advogada

Integralização ou da data de pagamento da Remuneração anterior, quando cabível, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência formulado pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora;
- b) não cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão devidas nas respectivas datas de vencimento, exceto se tal fato decorrer de (i) determinação judicial ou (ii) problemas operacionais, ligados à BM&FBOVESPA ou à CETIP ou à Instituição Escriuradora (para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA ou à CETIP), não sanados em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de sua ocorrência, desde que devidamente comprovado pela Emissora;
- c) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;
- d) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas desta Emissão;
- e) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- f) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, em qualquer documento relativo à Emissão, ou de qualquer informação constante do prospecto definitivo atualizado do Programa de Distribuição, incluindo o Formulário de Referência e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), do suplemento preliminar da Emissão e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações ("Suplemento Preliminar") e/ou do suplemento definitivo da Emissão e suas respectivas eventuais alterações, complementações, erratas ou atualizações ("Suplemento Definitivo") e, em conjunto com o Suplemento Preliminar, "Suplementos") que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- g) alienação ou transferência de um ou mais ativos da Emissora que, descontados os valores relativos às aquisições ocorridas entre o término do exercício anterior e a data de tal alienação ou transferência, representem em conjunto ou individualmente redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais do ativo total da Emissora no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada. O

 **BNDES**


Renata Henriques Cardinali
Advogada

cômputo desta alienação deve considerar o valor contábil de tais ativos quando de sua alienação ou transferência;

h) alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures, bem como a transformação da Emissora de sociedade por ações em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento;

j) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora de valor igual ou superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se: (i) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora (1) que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou, (2) houver impedimento legal que a impeça de sanar a causa do referido vencimento antecipado e que não tenha ocorrido o vencimento antecipado de qualquer outra dívida contraída no País e cujo cumprimento da obrigação de pagamento também deva ser executado no País, com quaisquer terceiros, em decorrência do vencimento antecipado em referência, ou (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência, especificamente para os casos em que seja necessária a obtenção de qualquer aprovação de autoridade governamental para permitir que a Emissora efetue referido pagamento, a Emissora comprove que obteve referida aprovação e sanou tal evento; e/ou

k) não cumprimento da obrigação prevista na Cláusula 3.15 acima.

4.4.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (i) e (j) da Cláusula 4.4 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

4.4.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (c), (d), (e), (f), (g), (h) e (k) da Cláusula 4.4 acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento.

4.4.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.4.2 acima poderá, por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

 **BNDES**


Ronata Henriques Cardinalli
Advogada

4.4.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto se os trabalhos da referida Assembleia Geral de Debenturistas tiverem sido suspensos para reabertura em nova data.

4.4.5. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures da Terceira Série em Circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas das assembleias relativas à operação.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a) encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:
 - a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento das disposições da presente Escritura de Emissão;
 - a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;
 - a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.22 acima;
 - a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
 - a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

BNDDES


Renata Henriques Cardinalli
Advogada

- a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva Data de Vencimento;
- a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.4 acima, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.8) retransmitir, em até um Dia Útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na Cláusula 6.4 abaixo, alínea (I);
- b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e, 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- c) convocar, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- d) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- g) estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- i) tomar todas as medidas necessárias para:
- i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do respectivo objeto social,
- i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios,

- i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras.
- j) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- k) manter perante companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, os seguros relevantes para a manutenção de sua atividade principal;
- l) informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- m) informar a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o seu valor e a data de pagamento de todos e quaisquer rendimentos a elas referentes;
- n) manter contratada agência classificadora de risco para atualização, pelo menos anualmente, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o seu vencimento;
- o) encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea (n) anterior;
- p) estabelecer, em conjunto com os Coordenadores da distribuição pública das Debêntures, os critérios de distribuição/colocação do lote que será destinado para distribuição pulverizada no varejo; e
- q) decidir, em conjunto com os Coordenadores, se haverá ou não aumento na oferta para a presente Emissão de Debêntures, na forma da Cláusula 3.14 acima.

CLÁUSULA VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

BND
ES


Renata Henriques Cardinalli
Advogada

6.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g) que esta Escritura de Emissão contém obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.
- h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28");
- i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- k) atua, também, como agente fiduciário das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quinta emissão da Emissora, no valor total de R\$2.025.000.000,00 (dois bilhões, vinte e cinco milhões), composta por 2.025.000 (dois milhões, vinte e cinco mil) debêntures, em três séries, sendo que a primeira série é composta por 500.000 (quinhentos mil) debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, a segunda série é composta por 1.000.000 (um milhão) de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, e a terceira série é composta por 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não




Renata Henriques Cardinalli
Advogada

tendo havido qualquer evento de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento até o momento.

A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

6.3. Substituição

6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, Debêntures da Segunda Série em Circulação e Debêntures da Terceira Série em Circulação, ou pela CVM.

6.3.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

6.3.3. A remuneração do novo Agente Fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.3.7 abaixo.

6.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.3.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

6.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

6.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou, no caso do Agente Fiduciário substituto, de eventual aditamento em que for nomeado como substituto do Agente Fiduciário para

exercer a função. O Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou, caso não seja substituído, até o que ocorrer por último entre a Data de Vencimento das Debêntures ou o integral e regular pagamento das Debêntures.

6.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JCDF, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;

 **BNDES**


Renata Henriques Cardinali
Advogada

- j.1) enviar à Emissora com até 3 (três) dias após a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas, nas situações em que a convocação seja realizada pelo Agente Fiduciário;
- k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- k.1) enviar à Emissora, 2 (dois) Dias Úteis após a data de encerramento de cada Assembleia Geral de Debenturistas cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas, quando a convocação for realizada pelo Agente Fiduciário ou quando da ausência da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- l.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
- l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- l.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- l.8) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea (l) aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e
 - m.5) na instituição líder da colocação das Debêntures;
- n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório de que trata a alínea (l) se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (m);
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, a BM&FBOVESPA e a CETIP;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.22 acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- q.1) à CVM;
 - q.2) à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP; e
 - q.3) ao Banco Central do Brasil; e
- r) fazer a Emissora cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 5.1 acima, alíneas (n) e (o), e, ainda, de encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) objeto da atualização.

6.5. Atribuições Específicas

6.5.1. Sem prejuízo das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a

BNDES

Renata Henriques Cardinali
Advogada

Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.5.2. Ressalvadas as disposições contidas na cláusula 4.4, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 6.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas da Primeira Série que representem a unanimidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a unanimidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação e de Debenturistas da Terceira Série que representem a unanimidade das Debêntures da Terceira Série em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação e das Debêntures da Terceira Série em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) da Cláusula 6.5.1 acima.

6.6. Remuneração

6.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), a primeira a ser paga 5 (cinco) dias após a obtenção do registro da Oferta na CVM e as demais, no mesmo dia nos 5 (cinco) anos seguintes;
- b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento (exceto em relação ao primeiro pagamento, que deverá observar uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias), sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;



Renata Henriques Cardinaffi
Advogada

- c) As remunerações previstas nas alíneas anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IPCA, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela, conforme descrito na alínea (a) acima, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas pro rata dia se necessário;
- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação e no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da documentação comprobatória de tais despesas. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

BNPES

Renata Henriques Cardinalli
Advogada

6.6.2. Em caso de sua substituição, o Agente Fiduciário se obriga a restituir à Emissora parte da remuneração anual correspondente aos meses em que não mais desempenhará as funções aqui descritas.

CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

A assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série"), a assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série") e a assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, "Assembleia Geral de Debenturistas") pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, e por Debenturistas da Terceira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

7.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.2. Quorum de Instalação

A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, de Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou de Debenturistas da Terceira Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.2.1. Para os efeitos da presente Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação", "Debêntures da Segunda Série em Circulação" e "Debêntures da Terceira Série em Circulação", respectivamente, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de sua controladora e de administradores da Emissora ou de sua controladora.

7.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série ou ao Debenturista da Terceira Série, conforme o caso, eleito, na Assembleia Geral de Debenturistas, pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, presentes ao referido conclave ou àquele que for designado pela CVM. O papel de secretário da assembleia será do Agente Fiduciário, estando este encarregado da redação das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, observado que alterações na Remuneração (exceto pelo disposto nas Cláusulas 3.12.2.5 e 3.12.3.1.3) e/ou as Datas de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão deverão contar com aprovação de Debenturistas da Primeira Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, por Debenturistas da Segunda Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou por Debenturistas da Terceira Série que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em:
 - b.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos,

BNDES

Renata Henriques Cardinelli
Advogada

- b.2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
- b.3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações válidas e eficazes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) o Prospecto Definitivo e os Suplementos contêm e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- f) as declarações contidas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora e ao BNDES são verdadeiras nas respectivas datas em que foram dadas e não são enganosas, incorretas, insuficientes ou inverídicas;
- g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora, foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas do Prospecto Definitivo e dos Suplementos, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Definitivo e nos Suplementos cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo ou dos Suplementos, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- i) as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, em relação à Emissora, são verdadeiros, completos, suficientes e verídicos;
- j) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao exercício social imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- k) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e

financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- l) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Definitivo e nos Suplementos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. Divisão

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.3. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.


9.4. Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.5. Resolução de Conflitos

9.5.1. Observado o disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas e quaisquer dúvidas e controvérsias que porventura vierem a surgir em relação aos termos e condições desta

 **BNDES**


Ronata Henriques Cardinali
Advogada

9.6. Foro

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o exercício do direito de ação previsto no artigo 33 da Lei da Arbitragem, para a proposição de medidas cautelares conforme previsto na Cláusula 9.5.5 acima e para a execução de sentença arbitral e das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

 **BNDES**



Renata Henriques Cardinalli
Advogada


Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 5 de abril de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/3.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

pp. 
Nome: **Luiz Fernando Cardoso**
Cargo: **Chefe de Departamento
AF/DEJUR**

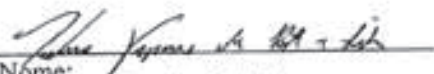
pp. 
Nome: **Eduardo Lourenço**
Cargo: **Chefe de Departamento
AF/DEFIX**

 **BNDES**


Renata Henriques Cardinelli
Advogada

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 5 de abril de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

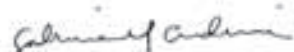
Nome: _____
Cargo: _____


 **BNDES**


Renata Henriques Cardinalli
Advogada

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, celebrado em 5 de abril de 2012, entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.


Testemunhas:


Nome: SABRINA MATTOS CORDEIRO
Id.: 11330181-5 PF
CPF: 025442767-70


Nome: RAMON ROBERTO AMORIM
Id.: 5451.127-1 CPF
CPF: 844.136.919-34






Renata Henriques Cardinalli
Advogada

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 2

Decisões da Diretoria do BNDES, Acionista Único da BNDESPAR



Decisão nº Dir.

83 /2012-BNDES

Reunião de 24 JAN. 2012

Interessado: BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
CNPJ: 00.383.281/0001-09

Assunto: Oferta Pública de Debêntures Simples no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da BNDESPAR

Referência: Informação Padronizada AF/DEFIX nº 01/2012, de 18.01.12.

Endossando o parecer do Relator, a Diretoria decidiu, por unanimidade:

Luciano Coutinho
Presidente

Roberto Zurli Maciel
Diretor

Elvio Lima Gaspar
Diretor

Levi Fernando Cardoso Chaves
Chefe de Departamento
AF/DEJUR

Eduardo Lourenço
Chefe de Departamento
AF/DEFIX

Mário J. S. Estêvão Filho
Área Financeira
Superintendente Substituto

Sabrina Mattos Cerdeira
Gerente
AF/DEJUR/GJUR2

174

Osvaldo Bernardino Leme
Diretor Substituto

1. Aprovar a emissão pública, pela BNDESPAR, de debêntures simples ("Debêntures"), sendo esta a 6ª emissão de debêntures pela BNDESPAR e a 2ª a ser efetuada ao amparo do Terceiro Programa de Valores Mobiliários arquivado em 10/12/2010 na CVM, com as seguintes características:

(i) valor da emissão e quantidade de séries: oferta inicial de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), em até três séries, podendo ser aumentada em até 35% nos termos do § 2º do art. 14 e do artigo 24 da Instrução CVM 400. Não haverá opção de distribuição parcial, devendo ser cancelada a Emissão e a Oferta em caso de não haver demanda para a totalidade de Debêntures ao nível de remuneração aceito pela BNDESPAR. Respeitado o volume total inicial de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), o montante mínimo de cada série não poderá ser inferior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), devendo ser cancelada a realização da emissão da série cuja demanda, ao nível de remuneração aceito, seja inferior a tal montante; (ii) número e valor nominal: serão emitidas até

Paulo Faveret Filho
Diretor Substituto

Júlio C. M. Ramundo
Diretor

Maurício Borges Lemos
Diretor

2.000.000 (dois milhões) de debêntures, podendo tal montante ser aumentado em até 35% nos termos do item (i) acima, sendo o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. Cada série somente será emitida com quantidade mínima de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures; (iii) garantias: sem garantia e sem preferência, sendo as Debêntures da espécie quirografária; (iv) atualização: as Debêntures de uma série terão o seu valor nominal unitário atualizado, a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (v) convertibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações; (vi) datas de emissão, de vencimento e de pagamento de juros: as Debêntures da série cujo valor será atualizado pelo IPCA terão como data de emissão o dia 01/04/2012 e como data de vencimento o dia 15/05/2019, sendo que (a) o principal devido, atualizado conforme item (iv) acima, será pago em uma única parcela, no vencimento, e (b) os juros serão pagos em 15/05/2014, 15/05/2015, 15/05/2016, 15/05/2017, 15/05/2018 e na data de vencimento da série, em 15/05/2019. As debêntures das outras duas séries terão como data de emissão o dia 01/04/2012 e como data de vencimento o dia 01/07/2016, sendo que o principal e os juros devidos serão pagos em uma única parcela, na data de vencimento; (vii) remuneração: as Debêntures pagarão juros remuneratórios a serem apurados para cada série por meio de processo de *bookbuilding*, considerando taxa máxima a ser divulgada como teto de remuneração de cada série, incidentes a partir da data de subscrição e integralização, sendo a remuneração da série sujeita a atualização pelo IPCA calculada sobre o valor nominal atualizado conforme item (iv) acima; (viii) preço de subscrição: as Debêntures serão subscritas ao par, pelo valor nominal unitário definido conforme item (ii) acima; (ix) modo de subscrição e colocação: a integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis

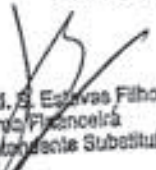

Luciano Coutinho
Presidente


Roberto Zurli Machado
Diretor



Elvio Lima Gaspar
Diretor



Luiz Fernando Cardoso Chaves
Chefe de Departamento
AF/DEJUR


Eduardo Lourenço
Chefe de Departamento
AF/DEFIX


Mario J. S. Estivas Filho
Assessor Pleno
Superintendente Substituto


Sabrina Mattos Lemos
Gerente
AF/DEJUR/GJUR2


Paulo Faveret Filho
Diretor Substituto


Paulo Faveret Filho
Diretor Substituto


João C. M. Ramundo
Diretor


Eduardo Lourenço
Diretor

à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou CETIP - CETIP S.A. - Mercados Organizados, conforme o caso. Serão garantidos (a) a prioridade para colocação junto a investidores de varejo em, no mínimo, 35% da oferta inicial, caso haja demanda neste segmento para tal montante, (b) o atendimento preferencial de lote de até 15 debêntures por investidor de varejo, sujeito ao valor destinado à oferta de varejo e (c) a alocação integral para os investidores institucionais do montante relacionado ao eventual incremento da oferta nos termos do item (i) acima; aos investidores de varejo deverá ser assegurada a faculdade de, na hipótese de a série de sua escolha deixar de ser emitida, consoante o disposto no item (i), adquirir debêntures de outra série; (x) negociação secundária: na BM&FBOVESPA S.A., os negócios secundários com as Debêntures somente poderão ser cursados em ambiente eletrônico; na CETIP S.A., os negócios secundários com as Debêntures poderão ser cursados em ambiente eletrônico ou poderão ser firmados entre as partes no mercado de balcão, devendo ser objeto de registro posterior; (xi) formador de mercado: as Debêntures deverão contar com formador(es) de mercado nos ambientes de sua negociação; e (xii) ambiente regulatório: as Debêntures serão emitidas para distribuição pública conforme as regras da Instrução CVM 400 e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e (xiii) recompra obrigatória: caso a Emissão venha a ser registrada no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, nos termos do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa" de 1º de outubro de 2011, observadas eventuais dispensas que venham a ser concedidas, a BNDESPAR obriga-se a recomprar as Debêntures de titularidade dos debenturistas que venham a solicitá-la, nos prazos e condições a serem previstos na escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão").


Luciano Coutinho
Presidente


Roberto Zurli Machado
Diretor



Elvio Lima Gaspar
Diretor


Luis Fernando Cardozo Chaves
Chefe do Departamento
AF/DEJUR


Eduardo Lourenço
Chefe do Departamento
AF/DEJUR


Mario J. S. Estevao Filho
Área Financeira
Superintendente Substituto


Sabrina Mattos Lordeira
Gerente
AF/DEJUR/GJUR2


Paulo Favaret Filho
Diretor Substituto


Júlio C. M. Ramundo
Diretor


Maurício Borges Leal
Diretor



2. ressalvado o disposto no item 4, aprovar os limites de remuneração das debêntures da 6ª emissão da BNDESPAR, observando o seguinte:

(i) Primeira Série: A remuneração máxima ("Teto do Livro da Primeira Série") corresponderá a uma taxa fixa não superior ao resultado da soma de 0,70% (setenta centésimos por cento) à taxa de juros efetiva anual do Contrato Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia ("taxa de DI Futuro") vincendo em 02/01/2017, sendo que a taxa de DI Futuro deverá ser obtida pela taxa de ajuste do dia do *bookbuilding*, divulgada pela BM&FBOVESPA S.A., (ii) Segunda Série: para cada período trimestral de capitalização de juros o *spread* máximo ("Teto do Livro da Segunda Série") a ser acrescido às taxas de juros de referência de três meses - TJ3, divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A., referentes ao primeiro dia útil de cada período de capitalização de juros será de 0,70% a.a. (setenta centésimos por cento) ; e (iii) Terceira Série: a Taxa de Juros máxima ("Teto do Livro da Terceira Série"), incidente sobre o valor atualizado da debênture segundo a variação do IPCA, corresponderá a uma taxa fixa não superior ao resultado da soma de 0,70% (setenta centésimos por cento) à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) vincenda em 15 de agosto de 2020 ("Taxa da NTN-B"), sendo que a taxa de retorno da NTN-B deverá ser a cotação indicativa de fechamento do dia útil anterior ao *bookbuilding* divulgada pela ANBIMA.

Luciano Coutinho
Presidente

Roberto Zerli Machado
Diretor

Elvio Lima Gaspar
Diretor

Paulo Favaret Filho
Primeiro Substituto

3. delegar ao Diretor da BNDESPAR responsável pela Área Financeira do BNDES:

(i) a aprovação final da remuneração das debêntures da 6ª emissão da BNDESPAR, observados os limites contidos na alínea anterior, bem como dos contratos e respectivos aditamentos, documentos e instrumentos necessários à implementação da operação;

Júlio C. M. Ramundo
Diretor

Georges Lemos
Diretor

Luiz Fernando Carlos Chaves
Chefe de Departamento
AF/DEJUR

Eduardo Lourenço
Chefe de Departamento
AF/DEFIX

Sabrina Matos Pereira
Gerente
AF/DEJUR/G17782

Mário J. S. Bastos Filho
Área Financeira
Superintendente Substituto

Gláucio Borges Leme
Diretor Substituto


(ii) a decisão sobre a quantidade de debêntures a serem emitidas por série, bem como a emissão de até 2.700.000 (dois milhões e setecentos mil) debêntures.


4. delegar poderes à Diretoria da BNDESPAR para aprovar e firmar todos os contratos e respectivos aditamentos, documentos e instrumentos necessários à realização da Emissão, bem como determinar as demais condições da Emissão, na forma que venham a ser previstas na Escritura da Emissão e demais documentos relacionados, incluindo cláusulas de recompra obrigatória, vencimento antecipado, quoruns de deliberação, encargos moratórios e, enfim, tudo o mais que for necessário para a consecução da operação.

Nos termos do art. 10 do Estatuto da BNDESPAR, a deliberação da Diretoria do Acionista Único- BNDES, supre todos os atos formais exigidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, produzindo os mesmos efeitos das atas das assembléias gerais de acionistas, a que se refere o art. 130 da referida Lei.



Luiz Fernando Cardoso Chaves
Chefe de Departamento
AF/DEJUR


Elvio Lima Gaspar
Diretor


Edson Roberto Borges Lins
Diretor Substituto


Luciano Coutinho
Presidente



Roberto Zurli Machado
Diretor


Paulo Roberto de Fátima
Diretor Substituto


Eduardo Lourenço
Chefe de Departamento
AF/DEJUR


Mario J. S. Estayes Filho
Ass. Financeira
Superintendente Substituto


Sabrina Mattos Cerdeira
Gerente
AF/DEJUR/GJUR2


Júlio C. M. Ramundo
Diretor


Mauricio Borges Lima
Diretor



PARECER
Nº 01/2012

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, tendo examinado a proposta contida na IP AF/DEFIX 01/2012, de 18 de janeiro de 2012, de arquivamento de emissão pública, pela BNDESPAR, de debêntures simples, sendo esta a 6ª emissão de debêntures pela BNDESPAR e a 2ª a ser efetuada no âmbito do Terceiro Programa de Valores Mobiliários arquivado em 10/12/2010 na CVM; somos da opinião de que a referida proposta foi elaborada nos termos da regulamentação aplicável para ser submetida à deliberação pela Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos termos do art. 23 do estatuto social da BNDESPAR, não havendo por parte deste Conselho ressalvas ou observações a serem feitas relativamente a tal proposição.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012



Cleber Ubiratan de Oliveira



Ricardo Schaefer



Cláudio de Almeida Neves



Luiz Fernando Cardoso Chaves
Chefe de Departamento
AF/DEJUR



Mario J. S. Esteva Filho
Área Financeira
Superintendente Substituto



Eduardo Lourenço
Chefe de Departamento
AF/DEFIX

BNDES
INFORMAÇÃO
PADRONIZADA – IP
ORIGEM DO ASSUNTO

IP Nº AF/DEFIX nº13/2012 DATA DE EMISSÃO
04/04/2012
ÁREA/U.A.P./SUBUNIDADE (SIGLA)
AF/DEFIX



INTERESSADO (EMPRESA, ÓRGÃO OU PESSOA) **BNDESPAR** DOCUMENTO
NATUREZA NÚMERO DATA

ASSUNTO
Aprovação das Taxas de Juros e das Quantidades das debêntures objeto da sexta emissão pública de debêntures simples da BNDESPAR, sendo a segunda no âmbito do seu Terceiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários.

LEGISLAÇÃO E/OU NORMAS APLICÁVEIS:
Estatuto da BNDESPAR
Leis nº 6.404/1976 e 6.385/1976, e suas alterações
Instrução CVM nº 400/2003, e suas alterações
Dec. nº. Dir. 83/2012 - BNDES

ALÇADA DECISÓRIA
Diretor da BNDESPAR
Responsável pela Área
Financeira do BNDES

ÓRGÃO EXECUTOR (SIGLA)
AF/DEFIX

PROPOSIÇÃO
Propõe-se ao Diretor do BNDES Responsável pela Área Financeira, no exercício dos poderes conferidos pela Dec. nº Dir. 83/2012 - BNDES, baseado no resultado apurado no procedimento de *bookbuilding* realizado nesta data, que aprove:

a) a taxa de juros de 11,169 % ao ano para a Remuneração da Primeira Série, a sobretaxa de 0,55 % ao ano para cálculo da Remuneração da Segunda Série e a taxa de juros de 5,3999 % ao ano para os Juros da Terceira Série das debêntures da 6ª emissão pública da BNDESPAR, sendo a segunda no âmbito de seu Terceiro Programa de Distribuição Pública; e

b) a quantidade total de 2.000.000 debêntures para a emissão referida no item anterior, sendo:

409.000 para a Primeira Série;
302.000 para a Segunda Série; e
1.289.000 para a Terceira Série,

OBSERVAÇÃO

Se propõe correspondência, a ser encaminhada

Luiz Fernando Cardoso Chaves
Chefe do Departamento
AF/DEFIX

Guilherme Lourenço
Chefe do Departamento
AF/DEFIX

DESPACHO

Salmo Arenovich
Supervisor
Área Financeira

AUTORIZAÇÃO PARA EXECUTAR

DECISÃO (PREFIXO E Nº)

DATA

04.04.2012

Maurício Borges Lemes
Diretor

ÓRGÃO EXECUTOR

ANOTAÇÕES

Maurício Borges Lemes
Diretor

DATA

CONSULTAS

UNIDADE CONSULTADA
(SIGLA)

MEIOS

C - Consulta Interna (CI), P - Publicação Oficial Interna, V - Verbal, T - Telefone

REFERÊNCIA OU INFORMAÇÃO CONSIDERADA

242 OFÍCIO DE NOTAS - JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
 Av. Almirante Barroso, 139 - Lapa - Fone: 3553-6021 NR:120403073355

AUTENTICAÇÃO - Ffz de

Autentico a presente cópia xerográfica conforme o original a mim apresentado, de que sou fê.

Valores Rio de Janeiro, 5 de Abril de 2012.

Autentic.:.....R\$ 1.36
 Proc. Judic.:.....R\$ 1.45
 Total.....R\$ 2.81 CARLOS GUTENBERG BAPTISTA



	JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/04/2012 SOB N.: 20120239310
	Protocolo: 12/023931-0, DE 09/04/2012
Empresa: 53 3 0000237-1	
BNDP PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR	
	 LUIZ FERNANDO P. DE FIGUEIREDO SECRETARIO-GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 3

Súmula da Classificação de Risco das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Rating Action: Moody's Atribui Rating Aaa.br às Debêntures Propostas da BNDESPAR

Global Credit Research - 29 Feb 2012

New York, February 29, 2012 -- A Moody's Investors Service atribuiu um rating global de dívida em moeda local de A3 à proposta emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$2.000.000.000,00 a ser realizada pela BNDES Participações S.A. -- BNDESPAR. Ao mesmo tempo, a Moody's América Latina atribuiu um rating de dívida na Escala Nacional Brasileira de Aaa.br às debêntures propostas. As classificações tem perspectiva estável.

A emissão das debêntures será feita em até três séries, no valor total de R\$2 bilhões, ou em até R\$2,7 bilhões se incluídas as emissões de debêntures suplementares e adicionais, com a primeira e a segunda série vencendo em 1º de julho de 2016 e a terceira série vencendo em 15 de maio de 2019.

FUNDAMENTOS DOS RATINGS

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. -- BNDES, classificado pela Moody's como Aaa.br na Escala Nacional e A3 na Escala Global em Moeda Local. O principal papel da BNDESPAR é apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, assim como por intermédio de instrumentos de dívida com o objetivo de fortalecer as estruturas financeiras das empresas. O controle direto do BNDES sobre a BNDESPAR oferece suporte aos ratings.

A última ação de rating para o BNDES ocorreu em 13 de julho de 2011, quando a Moody's atribuiu o rating de longo-prazo de dívida sênior em moeda estrangeira de Baa1 à emissão de dívida sênior do BNDES no valor de CHF 200 milhões.

A última ação de rating para o BNDESPAR ocorreu em 29 de outubro de 2010, quando a Moody's atribuiu rating provisório de dívida sênior na Escala Nacional Brasileira de (P)Aaa.br e rating provisório de dívida sênior em moeda local de (P)A3 ao programa de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$8,0 bilhões e com um prazo de dois anos emitidas pela BNDESPAR. A Moody's também atribuiu rating de dívida sênior na Escala Nacional Brasileira de Aaa.br e rating de dívida sênior em moeda local de A3 à primeira emissão da BNDESPAR no programa no valor de R\$2,025 bilhões.

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".mx" no caso do México. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em março de 2011 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

As principais metodologias utilizadas na classificação do Banco Bannrisul foram "Ratings de Força Financeira de Bancos: Metodologia Global" ("Bank Financial Strength Ratings: Global Methodology") publicada em fevereiro de 2007 e "Incorporação da Análise de Default-Conjunta nos Ratings de Bancos da Moody's: Metodologia Refinada" ("Incorporation of Joint-Default Analysis into Moody's Bank Ratings: A Refined Methodology") publicada em março de 2007.

O BNDES está sediado no Rio de Janeiro, Brasil. Em dezembro de 2011, o BNDES possuía ativos de R\$624,8 bilhões. A BNDESPAR possuía ativos de R\$110,7 bilhões em dezembro de 2011.

Os seguintes ratings foram atribuídos à proposta emissão de debêntures no valor de R\$2,0 bilhões da BNDES Participações S.A. -- BNDESPAR:

Rating de longo-prazo de dívida sênior na escala global em moeda local: A3, com perspectiva estável;

Rating de longo-prazo de dívida sênior na escala nacional brasileira: Aaa.br, com perspectiva estável.

O analista local deste rating é Alexandre Albuquerque, 55-11-3043-7356.

DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

Embora este rating de crédito tenha sido atribuído em um país não pertencente à União Europeia e não reconhecido como aprovável até o presente momento, este rating é considerado "qualificado por extensão pela UE" e pode ainda ser utilizado por instituições financeiras, para fins regulatórios, até 30 de abril de 2012. Maiores informações sobre o status de aprovação da União Europeia e sobre o escritório da Moody's que atribuiu um Rating de Crédito específico encontram-se disponíveis no site www.moodys.com.

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a

cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating dos provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no www.moody's.com.

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating de crédito são as seguintes: partes envolvidas nos ratings, informações públicas, e informações confidenciais e de propriedade da Moody's Investors Service.

A Moody's considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em www.moody's.com para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em www.moody's.com para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no www.moody's.com para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no www.moody's.com para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website www.moody's.com para obter maiores informações.

Consulte o www.moody's.com para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal da Moody's que emitiu o rating.

Jeanne Del Casino
VP - Senior Credit Officer
Financial Institutions Group
Moody's Investors Service, Inc.
250 Greenwich Street
New York, NY 10007
U.S.A.
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

M. Celina Vansetti
MD - Banking
Financial Institutions Group
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:
Moody's Investors Service, Inc.
250 Greenwich Street
New York, NY 10007
U.S.A.
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

© 2012 Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at www.moody.com under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 4

Declaração da Emissora nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, sociedade por ações com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Conjunto 1, Bloco J, 12º e 13º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.383.281/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), vem, no âmbito do pedido de registro da segunda emissão, pela Emissora, realizada com amparo no terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, com prazo de duração de dois anos e até o limite de R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 10 de dezembro de 2010, sob o n.º CVM/SRE/PRO/2010/001 ("Programa de Distribuição"), de 2.000.000 de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o valor total inicial de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), para distribuição pública ("Debêntures" e "Oferta"), declarar, para os fins do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do arquivamento do Programa de Distribuição e do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas por ocasião do arquivamento do Programa de Distribuição e do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (iii) o prospecto definitivo atualizado do Programa de Distribuição, incluindo o formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ("Prospecto Definitivo"), e o suplemento preliminar da Oferta ("Suplemento Preliminar"), contém, e o suplemento definitivo da Oferta ("Suplemento Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iv) o Prospecto Definitivo e o Suplemento Preliminar foram, e o Suplemento Definitivo será, elaborados de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2012.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Nome:
Cargo:

Luciano Coutinho
Diretor-Presidente

Nome:
Cargo:

Julio C. M. Rasmundo
Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 5

Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, no âmbito do pedido de registro da segunda emissão, pela **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR** ("Emissora"), realizada com amparo no terceiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou subordinada, com prazo de duração de dois anos e até o limite de R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 10 de dezembro de 2010, sob o n.º CVM/SRE/PRO/2010/001 ("Programa de Distribuição"), de 2.000.000 de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o valor total inicial de R\$2.000.000.000,00, para distribuição pública ("Debêntures" e "Oferta"), para os fins do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores:

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na atualização do prospecto definitivo do Programa de Distribuição e na implementação da Oferta;
- (B) para a atualização do prospecto definitivo do Programa de Distribuição e a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Emissora, a qual prosseguirá até a divulgação da versão final do prospecto definitivo atualizado do Programa de Distribuição, incluindo o formulário de referência da Emissora (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), e do suplemento definitivo da Oferta ("Suplemento Definitivo");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Emissora contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, com relação ao Prospecto Definitivo, ao suplemento preliminar da Oferta ("Suplemento Preliminar") e ao Suplemento Definitivo;
- (D) foram disponibilizados pela Emissora os documentos que a Emissora considerou relevantes para o Programa de Distribuição e a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o Considerando (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Emissora; e
- (F) a Emissora confirmou ter disponibilizado todos os documentos e ter prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

DECLARAR QUE:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:
 - (a) as informações prestadas pela Emissora no Prospecto Definitivo, no Suplemento Preliminar e no Suplemento Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Definitivo e o Suplemento Preliminar e que venham a integrar o Suplemento Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Definitivo e o Suplemento Preliminar contêm, e o Suplemento Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Definitivo e o Suplemento Preliminar foram e o Suplemento Definitivo será, elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2012.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:
Cargo:



João De Blasi
Diretor

Nome:
Cargo:



Alexandre Acade
Diretor Executivo



BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR



BNDES



11 3231 3003
winnerpublicidade.com